CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

CRIANÇAS/ADOLESCENTES E AS UNIDADES DE ACOLHIMENTO: ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AS DEMANDAS DESTE PÚBLICO ESPECÍFICO.

Graciane Oliveira Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos- PPDSP, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador(a): Júlio César Santos da Silva

Rio de Janeiro
Abril/2023

CRIANÇAS/ADOLESCENTES E AS UNIDADES DE ACOLHIMENTO: ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AS DEMANDAS DESTE PÚBLICO ESPECÍFICO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos- PPDSP, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Graciane Oliveira Costa

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIO CESAR SANTOS DA SILVA
Data: 08/05/2023 18:53:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Presidente, Professor Dr. Júlio César Santos da Silva (CEFET/RJ) (orientador)

Professora Dra. Cristiane Rosa Magalhães (CEFET/RJ)

Professora Dra. Sindely Chahim de Avellar Alchorne (PUC/RJ)

Rio de Janeiro
Abril/2023

Cefet/RJ – Sistema de Bibliotecas – *campus* Nova Iguaçu

C837 Costa, Graciane Oliveira.
Crianças/adolescentes e as unidades de acolhimento : acompanhamento das políticas públicas as demandas deste público específico / Graciane Oliveira Costa. - 2023.
117 f. : il. (algumas color.)

Dissertação (mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2023.
Bibliografia: f. 98-110.
Orientador: Júlio César Santos da Silva.

1. Planejamento regional. 2. Abrigos para jovens – Pesquisa. 3. Crianças – Assistência em instituições. 4. Assistência a menores. 5. Assistência social – Legislação – Brasil. 6. Política pública. 7. Bem-estar social – Análise. I. Silva, Júlio César Santos da (orient.). II. Título.

CDD 338.9

Ficha catalográfica elaborada por: Vania Coutinho Gomes Andrade – CRB7-4952

RESUMO

Crianças/Adolescentes e as Unidades de Acolhimento: Acompanhamento das políticas públicas as demandas deste público específico.

Identifica-se que o acompanhamento das crianças e adolescentes institucionalizadas nas unidades de acolhimento e de seus familiares acaba se materializando de forma deficitária. A rede de serviços exerce um papel fundamental na proteção e cuidado desse público específico, uma vez que por meio da efetivação do acompanhamento será possibilitado o acesso aos direitos fundamentais, contribuindo assim para alcançar o rompimento dos motivos que desencadearam o acolhimento institucional, frente às diversas expressões da questão social apresentada. As perguntas norteadoras dessa pesquisa foram: é possível assegurarmos que os serviços responsáveis no trato dessas mazelas, advindas da questão social, foram eficientes no acompanhamento? Será que estes serviços conseguirão contribuir no processo de superação dos motivos que ensejaram o acolhimento institucional da criança/ adolescente? Essa pesquisa possui abordagem mista, com métodos qualitativos e quantitativos, através da análise dos dados da baixada fluminense contidos no 29º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e a aplicação de um questionário junto aos profissionais inseridos na equipe técnica das unidades de acolhimentos para crianças e adolescentes da baixada fluminense. Foram utilizadas as ferramentas de análise do Excel e o Software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires- *IRaMuTeQ* para análise dos dados coletados. O objetivo geral da pesquisa foi ressaltar a importância do acompanhamento sistemático e efetivo de toda a rede de proteção às crianças e adolescentes acolhidos e de seus familiares. Enquanto objetivos específicos, buscou-se elucidar a Assistência Social como Política Pública, direito do cidadão e dever do Estado, assim como enfatizar caráter excepcional e temporário do acolhimento institucional descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente, tal qual, evidenciar a essencialidade da intersetorialidade entre as políticas públicas, e o papel de corresponsabilidade de todos os serviços de proteção no acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidos e de seus familiares. A pesquisa almejou identificar o andamento do acompanhamento realizado, bem como seus entraves e desafios, para assim, clarificar a essencialidade da existência da intersetorialidade das demais políticas públicas nesta prestação de serviço. Esta pesquisa trouxe contribuições significativas, evidenciando que não é possível proporcionar a proteção as crianças e adolescentes acolhidos, sem a existência de uma rede fortalecida, integrada e articulada, e acima de tudo que compreenda a família como norte de atuação. As políticas públicas devem conceber sua função enquanto corresponsáveis no atendimento das demandas das crianças e adolescentes e de seus familiares, de modo a conceber a integralidade dessa atenção conforme o proposto no Sistema de Garantia dos Direitos, que visa a promoção, defesa e controle por meio de mecanismos, e ações articuladas e integradas entre os atores sociais envolvidos neste processo de garantia dos direitos humanos da infância e adolescência. As ações e encontros visando a proximidade, o diálogo e a articulação entre os atores dessa rede intersetorial foram considerados necessários, assim como a capacitação e formação continuada.

Palavras-chave: Crianças e adolescente; Acolhimento Institucional; Rede Serviços.

ABSTRACT

Children/Adolescents and Shelter Units: Monitoring public policies and the demands of this specific public.

It is identified that the monitoring of institutionalized children and adolescents in shelter units and their families ends up materializing in a deficient way. The network of services plays a fundamental role in the protection and care of this specific public, since through the execution of the follow-up, access to fundamental rights will be made possible, thus contributing to achieving the rupture of the reasons that triggered the institutional reception, in the face of the various expressions of the social issue presented. The guiding questions of this research were: is it possible to ensure that the services responsible for dealing with these ills, arising from the social issue, were efficient in monitoring? Will these services be able to contribute to the process of overcoming the reasons that gave rise to the institutional care of the child/adolescent? This research has a mixed approach, with qualitative and quantitative methods, through the analysis of data from the Baixada Fluminense contained in the 29th Census of the Child and Adolescent Population in the State of Rio de Janeiro of the Public Ministry of the State of Rio de Janeiro, and the application of a questionnaire together with the professionals included in the technical team of the reception units for children and adolescents in the Baixada Fluminense region. Excel analysis tools and the Software Interface de R pour les Analyzes Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires-IRaMuTeQ were used to analyze the collected data. The general objective of the research was to highlight the importance of systematic and effective monitoring of the entire protection network for sheltered children and adolescents and their families. As specific objectives, we sought to elucidate Social Assistance as a Public Policy, a citizen's right and a duty of the State, as well as to emphasize the exceptional and temporary nature of the institutional reception described in the Statute of the Child and Adolescent, as well as to highlight the essentiality of intersectoriality between public policies, and the role of co-responsibility of all protection services in monitoring sheltered children and adolescents and their families. The research aimed to identify the progress of the follow-up carried out, as well as its obstacles and challenges, in order to clarify the essentiality of the existence of the intersectoriality of the other public policies in this service provision. This research brought significant contributions, showing that it is not possible to provide protection to sheltered children and adolescents, without the existence of a strengthened, integrated and articulated network, and above all that understands the family as the north of action. Public policies must conceive their role as co-responsible for meeting the demands of children and adolescents and their families, in order to conceive the comprehensiveness of this care as proposed in the Rights Guarantee System, which aims to promote, defend and control through of mechanisms, and articulated and integrated actions among the social actors involved in this process of guaranteeing the human rights of children and adolescents. Actions and meetings aimed at proximity, dialogue and articulation between the actors of this intersectoral network were considered necessary, as well as training and continuing education.

Keywords: Children and teenager; Institutional Reception; Network Services.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **7**
1. REFERENCIAL TEÓRICO **15**
1.1. REVISÃO DA LITERATURA: ESTADO DA ARTE. 21
2. CONTEXTO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA: COVID-19 E AS UNIDADES DE ACOLHIMENTO **33**
2.1. INDICADORES: ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E OS IMPACTOS DA COVID-19. 41
3. METODOLOGIA **50**
3.1. PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS 56
3.1.1. Dados do 29º Censo: unidades de acolhimento na modalidade abrigo institucional. 57
3.1.2. Perfil das crianças e adolescentes inseridos nas unidades de acolhimento nas modalidades abrigo institucional, casa-lar e família acolhedora. 59
4. RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS **68**
4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES 69
4.1.1. Característica das unidades de acolhimento 71
4.2. *IRAMUTEQ* E DIFERENTES ANÁLISES 73
4.2.1. Análise de estatística 74
4.2.2. Análise de especificidade e fatorial de correspondência 75
4.2.3. Análise de classificação hierárquica descendente: dendrogramas. 76
4.2.4. Análise por meio da nuvem de palavras 79
4.2.5. Análise de similitude 80
4.3. DISCUSSÃO DOS DADOS 81
CONSIDERAÇÕES FINAIS **94**
REFERÊNCIAS **97**
APÊNDICES **111**

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o intuito de apresentar o tema relacionado as crianças e adolescentes das unidades de acolhimento e suas demandas de acompanhamento da rede de serviços, acerca do debate sobre os entraves e desafios existentes na intervenção realizada pelas políticas públicas junto a este público infantojuvenil e seus familiares, a partir da visão de profissional inserido no contexto da Política da Assistência Social. Dessa forma, para abordar sobre o acolhimento se torna necessário nos remeter a esta política pública que é responsável pela execução deste serviço, em conjunto com o poder judiciário e compondo o Sistema de Garantia dos Direitos- SGD. Para promover esse debate faz-se necessário elucidar os aparatos legais que norteiam os profissionais no campo de sua atuação, de forma a explicitar que a propositura e materialização das ações voltadas para o acompanhamento do público descrito, determinará o acesso aos direitos fundamentais constituídos em lei, como também irá contribuir na busca para alcançar o rompimento dos motivos que desencadearam o acolhimento institucional, frente às diversas expressões da questão social apresentada.

Destaca-se que a Constituição Federal de 1988, por meio do seu artigo 194 evidencia a Assistência Social enquanto conjunto integrante da seguridade social, juntamente com à saúde e a previdência social. Este artigo enfatiza os objetivos para a organização da seguridade social, no entanto podemos encontrar no artigo 203, os objetivos específicos acerca da Assistência Social. Essa constituição cidadã, sendo ela um ordenamento jurídico, supremo e fundamental do Brasil é a base para a construção dos subsequentes aparatos legais que regem a Assistência Social, como a Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS de nº 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/2011 que dispõe sobre a organização dessa política pública. Ainda sobre este aspecto, visando a materialização dos preceitos contidos na LOAS, esforços foram direcionados para a construção de uma resolução, sendo ela de nº 145, de 15 de outubro de 2004 que deu origem a Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004[1], enquanto estrutura do Sistema de Proteção Social Brasileiro e com vista a implementação do Sistema Único

[1] Convém salientar que antecedendo esta normativa, em 16 de dezembro de 1998 por meio da resolução Nº 207- CNAS foi aprovado a PNAS/98 e a Norma Operacional Básica da Assistência Social- NOB2.

de Assistência Social- SUAS regulando e organizando as ações socioassistenciais no Brasil, ocorrendo dessa maneira sua gestão de forma descentralizada e participativa acerca de seus entes federados, seus conselhos de assistência social e por meio das organizações e entidades dessa matéria.

Agregando os instrumentos norteadores da Assistência Social é importante sinalizar sobre a publicação da Norma Operacional Básica do SUAS- NOB-SUAS/2005 que posteriormente viera ser alterada em 2012 e da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS- NOB-RH/2006, constituídos respectivamente como marco fundante da estrutura da Assistência Social (BRASIL, 2012) e como mecanismo contendo as diretrizes para área da gestão pública do trabalho no SUAS (BRASIL, 2006). Já no ano de 2009 uma nova normativa foi publicada, sendo ela a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais que nela é contido, como também apresentado na PNAS/2004, os níveis de proteção social do SUAS, sendo a Proteção Social Básica e a Especial, assim como nesta última, o seu nível de complexidade descritas como média e alta, e delimitando e esmiuçando sobre os serviços a serem ofertados em cada nível de proteção social, assim como os usuários, os objetivos, dentre outras informações pertinentes a execução das ações, dessa forma padronizando o direcionamento nacionalmente (BRASIL, 2014).

Destarte assim, que a Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS de 1993, dentre as demais normativas seguintes foram permeadas por meio da Constituição Federal de 1988, possibilitando assim evidenciar a concepção de Assistência Social enquanto Política Pública não contributiva, que compõe o tripé da seguridade social, e que contém objetivos, princípios e diretrizes que norteiam a execução das intervenções nesta esfera, visando a proteção social e a atenção à família em diversos aspectos, por meio da integralidade entre as políticas setoriais, se formando assim a rede de proteção. Nesse sentido a Assistência Social, como parte integrante da rede de proteção, deverá intervir para garantia e efetivação dos direitos sociais e fundamentais da população usuária, por meio da oferta dos serviços socioassistenciais, como também assegurando o acesso as demais políticas públicas como educação, saúde, trabalho e renda, habitação, dentre outros aspectos necessários para uma vida digna (BRASIL, 2009a).

Já sobre a população infantojuvenil, antecedendo aos tempos atuais, no que concerne as normativas legais voltadas para as crianças e os adolescentes, convém

ressaltar que no Brasil, resgatando a história da infância, é identificado que este público específico não era concebido enquanto sujeito de direitos em processo peculiar de desenvolvimento e sim marginalizados, considerados como um perigo para a sociedade e com grande desamparo do Estado. No Brasil, a atuação frente ao público infantojuvenil perpassou pelos focos caritativo, filantrópico e do "bem-estar do menor" até o ECA atualmente (POLETTO, 2012; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; OLIVEIRA; SILVA, 2019; DINIZ; ASSIS; SOUZA, 2018).

No período escravagista as crianças sofriam diversas formas de violações, essas eram consideradas como propriedade privada, como força de trabalho (POLETTO, 2012). No Brasil, como no exterior, também existiu a roda dos expostos para as crianças órfãs e abandonadas, que posteriormente culminou no surgimento de instituições com iniciativas caritativas com o objetivo de educar e exercer o papel de cuidado, porém sem promover uma alteração na estrutura da sociedade, cabendo salientar que esses espaços eram dotados de cunho religiosos (SCHACH, 2015). Já na segunda metade do século XIX a filantropia tomou espaço nas ações investidas para as crianças e adolescentes abandonados e desamparados, sendo assim, Schach (2015) destaca que a partir do 1850, para além do cuidado e da educação, a assistência prestada nessa fase buscava também atuar frente as causas da vulnerabilidade vivenciada pelo público específico. Todavia, Poletto, (2012) evidencia que embora nessa fase tenha havido uma evolução quanto a obrigatoriedade do ensino aos meninos a partir de 8 anos, onde a pobreza deixou de ser um impedimento para a realização deste feito, outro aspecto ganha espaço no debate, sendo ele relacionado a ideia higienista, a higienização das cidades, onde a instituição para as crianças pobres para além do cuidado e da educação, possuía o objetivo de segregação social, de limpeza dos centros, de tranquilidade para a população, pois eram vistos como menores que praticavam delitos.

Em 1927 as rodas dos expostos foram extintas na sociedade brasileira, ao menos no teor da lei, devido a promulgação do Código do Menor, Decreto de nº 17.943-A, que corrobora com as leis de assistência e proteção aos "menores" (SCHACH, 2015). Nesta normativa legal as crianças e adolescentes, podendo assim dizer pobres, são nomeados como "menores", e a expressão delinquente ganha demasiada evidência, sendo posteriormente revogada pela Lei de nº 6.697/1979. Convém pontuar que em 1964 por meio da Lei de nº 4.513 foi sancionado a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar

do Menor- FUNABEM sendo eles incumbidos de lidar com as demandas provenientes das crianças e adolescentes formulando e implantando a política nacional do bem-estar do menor (BRASIL, 1964), com ações que visava disciplinar e controlar as crianças e adolescentes, assim como em suas unidades estaduais, ou seja por meio da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor- FEBEM que eram vistas como local de privação de direitos e de violência (MIRANDA, 2020).

A partir dos preceitos norteadores do ECA, é que as crianças e adolescentes são vistos enquanto sujeitos de direitos, garantindo a estes a proteção de forma integral (POLETTO, 2012; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; OLIVEIRA; SILVA, 2019; DINIZ; ASSIS; SOUZA, 2018). O ECA transpôs a ideia de intervenção voltada apenas para a situação irregular desse público específico, no entanto, esta evolução e mudança de paradigma na maneira de conceber e tratar as crianças e adolescentes se deu a partir da Constituição Federal de 1988, que passa a direcionar a atenção destes, enquanto prioridade incondicional, tanto da sociedade, quanto do Estado, propondo assim a proteção integral (NUNES; CONCEIÇÃO, 2020) Atualmente, lamentavelmente, mesmo com as normativas legais que ampara e protege a criança e ao adolescente, é possível ainda falar sobre a marginalização da infância, dando exemplo daqueles que não são acompanhados pelas políticas públicas, tidos como fora da norma, assim como devido a existência das opressões, dos padrões adultocêntricos e da violência que acaba se acentuando frente as desigualdades sociais (SERAFIM, 2021).

Posto isto, vale frisar que a Assistência Social prevê em sua organização a oferta de serviços com intuito de ações preventivas e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, tal qual aqueles prestados para as pessoas em circunstância de violação de direitos e ameaça por meio de atendimento especializado, assim como aqueles ligados ao acolhimento institucional, a casa-lar, a família acolhedora e a república. Convém salientar que se aplica a medida protetiva de acolhimento às crianças e aos adolescentes para os casos de abandono e para aqueles identificado necessário o afastamento familiar, devido a ocorrência de violação dos direitos, configurado por meio da violência intrafamiliar, seja ela psicológica, física e sexual, como também a relacionada a negligência grave, dentre outras situações que ameace a vida e cause danos ao seu desenvolvimento (BRASIL, 2009b).

Na esfera da Política da Assistência Social, os serviços de acolhimento para

crianças e adolescentes, segundo os aparatos legais e norteadores, como o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA e as normativas do SUAS exercem o papel de proteção e cuidado desse público específico enquanto medida protetiva, primando pelo direito à convivência familiar e comunitária, devendo ser concebidos enquanto seu caráter excepcional e provisório. Para tanto, os serviços de acolhimento devem garantir e ofertar a qualidade dos atendimentos de forma que possa minimizar os impactos do acolhimento, por meio de vivências reparadoras junto às crianças e aos adolescentes e a preparação para o retorno da convivência familiar. Nesse sentido o serviço de acolhimento tem a perspectiva de cumprimento da "função protetiva, e de restabelecimento de direitos, compondo uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e o empoderamento de suas famílias". (BRASIL, 2009b).

Por oportuno, cabe destacar que devido a excepcionalidade do acolhimento, as ações, intervenções e acompanhamento junto às famílias devem ocorrer de forma preventiva, através da oferta e a promoção do acesso as políticas públicas e demais serviços, evitando assim o afastamento da convivência familiar, ou seja da institucionalização da criança ou adolescente. Para os casos julgados necessários a aplicação dessa medida protetiva, frente a existência de circunstâncias de grave risco a vida da criança ou adolescente, seja na esfera física ou psíquica, essa institucionalização deverá perdurar pelo período menor que dois anos, devendo assim ser elaboradas propostas de intervenção, com o intuito de superação dos motivos que ensejaram o acolhimento, consequentemente em busca do desligamento institucional (BRASIL, 2009b).

Ressalta-se que os serviços de acolhimento são compostos por quatro modalidades, sendo elas: abrigo institucional, casa lar, família acolhedora e a república. Contudo neste estudo, frente ao objeto da pesquisa, o debate será restrito acerca dos abrigos institucionais. O abrigo institucional funciona todos os dias da semana, 24horas, devendo possuir característica própria de uma residência, com espaço acolhedor e proporcionando condições dignas de atendimento. Para garantir o aspecto residencial e evitar a estigmatização das crianças e dos adolescentes acolhidos é impedido a identificação institucional por meio de placas ou algo semelhante (BRASIL,

2009b).

O abrigo institucional, foco desta pesquisa, possui enquanto público alvo, crianças e adolescente de 0 a 18 anos de idade incompleto, com ou sem deficiência e/ou dependência química a depender do perfil pactuado pelos municípios, assim como sua capacidade de atendimento que não excederá ao quantitativo máximo de 20 crianças e adolescentes. No que diz respeito a infraestrutura e seus espaços mínimos sugeridos essas instituições devem possuir quartos, sala de estar, sala de jantar/copa, local para estudo, banheiros, cozinha, área de serviço, área externa, assim como espaços específicos para atuação técnica, como sala para esta equipe, para a coordenação, bem como para reuniões. Destaca-se que os ambientes devem ser estruturados considerando a acessibilidade para pessoas com deficiência (BRASIL, 2009b).

Com a intenção de fundamentar este estudo será realizada uma breve introdução sobre a Política da Assistência Social enquanto instância garantidora dos direitos dos cidadãos e com objetivo de proteção social, onde neste processo é notória a essencialidade da existência da intersetorialidade das demais políticas públicas. Esta análise buscará problematizar a fragilidade do acompanhamento da rede de proteção realizado junto aos familiares dessas crianças e adolescentes, no momento anterior ao acolhimento institucional, haja vista o caráter excepcional dessa medida protetiva, podendo assim considerar que os esforços aplicados na busca para cessar a violência, quando identificadas, não foram consideradas satisfatórias.

Cabe destacar que encontramos na maioria dos casos de crianças e adolescentes acolhidos um histórico familiar contendo o uso abusivo de drogas lícitas, como também de drogas ilícitas, que sobremaneira contribui nesse processo de negligência, violência e impossibilidade da função protetiva. Sendo assim, essas situações envolve a atuação da política de saúde, dentre outras, além da assistência social. Neste sentido, convém analisarmos: é possível assegurarmos que os serviços responsáveis no trato dessas mazelas, advindas da questão social, foram eficientes no acompanhamento? Diante desta indagação, se torna necessário pensar em outra questão, será que estes serviços conseguirão contribuir no processo de superação dos motivos que ensejaram o acolhimento institucional da criança/ adolescente?

A identificação com o tema neste campo e os fatores motivadores para o desenvolvimento deste estudo, se deu a partir dos desafios encontrados na

operacionalização da atuação técnica, enquanto Assistente Social, em uma unidade de acolhimento para crianças e adolescentes, onde foi possível se deparar com alguns resultados negativos nesse processo de envolvimento dos demais serviços no acompanhamento, principalmente quando o assunto está relacionado com a articulação e atuação da rede após o desacolhimento. A equipe técnica constantemente se depara com a necessidade de se posicionar, muitas das vezes criando embates com os demais serviços para enfatizar a importância da atuação efetiva destes no sistema de garantia de direitos e no acompanhamento do público específico, ressaltando se tratar de grupo prioritário para atendimento, haja vista a dual relação existente, uma vez que estamos nos referindo a crianças e adolescentes institucionalizadas, os colocam assim em condições de extrema vulnerabilidade social.

Acredita-se que este debate é de grande relevância para a dimensão teórica, ao passo que possibilitará por meio das discussões traçadas desmistificar a ideia que os demais serviços, como saúde, habitação, trabalho e renda, dentre outros acabam exercendo um papel meramente complementar na realização do acompanhamento, e enquanto rede de proteção. Este fator acaba contribuindo para que estes serviços envolvidos neste acompanhamento necessário, venham se afastar de possíveis "responsabilidades", assim permeando o sentimento de não pertencimento das demandas apresentadas pelas crianças/adolescentes e familiares em sua totalidade, caracterizando o falso entendimento que as questões apresentadas por este público é exclusivamente alvo de atuação da unidade de acolhimento e de sua equipe.

Quando o assunto está relacionado à contribuição operativa desse debate, a importância se materializa por meio do entendimento da essencialidade da interação e envolvimento entre as políticas intersetoriais. Todavia possibilitará ao profissional, por meio da unidade teórico-prática e a investigação/intervenção, oferecer respostas propositivas, criativas, qualificadas para o acompanhamento da rede de serviços, consequentemente os reflexos que este fato ocasiona na vida das crianças/adolescentes.

Cabe pontuar que este estudo também mostrará relevância para o meio social, uma vez que reitera que todos os atores, executores das políticas e representante do Estado, possuem o papel de buscar a efetivação dos direitos e proteção das crianças e adolescentes, onde é necessário concebê-los enquanto sujeitos de direitos, principalmente quando se trata daquelas que se encontram em acolhimento, pois já

vivenciaram alguma forma de violação.

É certo afirmar que podemos encontrar diversos debates teóricos acerca do acompanhamento familiar nas diversas esferas das políticas públicas, não podendo assim dizer que esta seria uma discussão totalmente inovadora, no entanto, apesar disso, podemos constatar a existência da fragilidade desse debate, uma vez que a operacionalização não vem ocorrendo conforme prevê as normativas que direcionam o nosso trabalho. Logo, com a massificação de informações e debates evidenciando sobre o imprescindível acompanhamento efetivo da rede de serviço, espera-se que este estudo venha modificar paradigmas vigentes frente à forma de condução do trabalho executado em nossa atualidade, mesmo que gradualmente, de maneira que contribua para compreensão explicita que o resultado da condução dessa prática repercutirá diretamente no futuro das crianças e adolescentes em questão. Torna-se primordial pensar no melhor interesse da criança e do adolescente em todas as circunstâncias.

Diante do exposto, busca-se enquanto objetivo geral dessa pesquisa ressaltar a importância do acompanhamento sistemático e efetivo de toda a rede de proteção às crianças e adolescentes que se encontram nas unidades de acolhimento, na modalidade abrigo institucional e de seus familiares, com vista a garantia dos direitos e ao acesso aos direitos fundamentais. Já enquanto objetivos específicos é pretendido elucidar a Assistência Social enquanto Política Pública, direito do cidadão e dever do Estado, enfatizar os preceitos contidos no ECA, no que diz respeito ao caráter excepcional e temporário do acolhimento institucional, assim como, evidenciar a essencialidade da intersetorialidade entre as políticas públicas, e o papel de corresponsabilidade de todos os serviços de proteção no acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidos e de seus familiares. Salienta-se, sobretudo, que este estudo pretende superar perspectivas isoladas e dicotômicas no que tange as políticas públicas e os serviços executados, assim sendo necessárias novas aproximações reflexivas, pesquisas e questionamentos, para dar assim seguimento a este debate proposto.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Quando o assunto está relacionado à criança e adolescente, no que diz respeito às intervenções do Estado e a visão da sociedade perante esse público específico, é possível identificar que no Brasil existiram variações de condutas e tratamento nestes quesitos ao longo do período, até os dias atuais, decorrente das transformações societárias, assim como destaca Poletto (2012, p. 2) em seu artigo ao descrever as fases que perpassam pelos focos caritativos, filantrópicos e de bem-estar do menor, até chegar os preceitos direcionados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei de nº 8.069 de 1990 que vem elucidar a proteção de forma integral desse público, preconizando estes como sujeitos de direito.

A partir da Constituição Federal de 1988 as políticas públicas tornam-se direitos constituídos em lei, com caráter universal, onde destaca-se como um dos princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana conforme evidencia o Art.1°, inciso III desta Constituição. Por oportuno, como mencionado anteriormente, a Assistência Social compõe o tripé da Seguridade Social como direito do cidadão e dever do Estado por meio da implementação e execução de um conjunto de ações intersetoriais com o objetivo de promover e garantir o acesso às políticas públicas como um todo e atender as necessidades básicas dos usuários. Segundo o Art. 6º da Constituição Federal de 1988 são direitos sociais: "a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a alimentação, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

A Constituição de 1988 permeou a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS de número 8.742 de 7 de dezembro de 1993, posteriormente alterada pela Lei 12.435/2011, onde encontramos os objetivos, princípios, diretrizes, dentre outros direcionamentos que norteiam a execução da assistência social como política pública. Para tanto, estas leis evidenciam a organização desta política descrevendo em seus objetivos não somente a proteção restrita a criança e ao adolescente, mas sim envolvendo a totalidade do âmbito a qual estes estão introjetados por meio da atenção a família em seus múltiplos aspectos. Dessa forma os objetivos descritos no artigo 2º desta Lei são:

> I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
> a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (BRASIL, 2011).

Dando seguimento, neste mesmo artigo por meio do seu parágrafo único, podemos encontrar o direcionamento de como proceder para materializar estes objetivos, com vista ao enfrentamento da pobreza, sendo destacado sobre a prática da integralidade entre a Assistência Social e as demais políticas setoriais para que dessa forma sejam garantidos os "mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais" (BRASIL, 2011). Logo, baseado nesse pressuposto e no que tange a um dos princípios da LOAS, a assistência social, diante da sua maior interação com a comunidade/territórios, por meio da sua atuação deve assegurar que seus usuários acessem as demais políticas, como saúde, habitação, trabalho e renda, dentre outras necessárias para se pensar na efetivação dos direitos sociais do cidadão.

As autoras Behring e Boschetti (2007), afirmam que a Assistência Social, como sendo um dos pilares da Seguridade Social, é a política que mais sofre com os resquícios históricos que geram impactos e dificuldades para ser considerada enquanto política pública.

> O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído a partir de 2004, se propõe alterar esse quadro e, neste cenário tão difícil, traz avanços que precisam ser reconhecidos, a exemplo de uma concretização do sistema descentralizado e participativo que considera dimensão territorial e fortalece as proposições da LOAS quanto à articulação entre Planos, Fundos e Conselhos... (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 162).

Quando pensamos em política pública enquanto direito de cidadania, é necessário apreender o processo histórico enquanto reprodução das relações sociais, mergulhado de lutas e reivindicações responsáveis para que tais feitos fossem

legitimados com avanços e retrocessos que vivenciamos até a atualidade.

A política de assistência social juntamente com a categoria trabalho do assistente social, conforme Almeida e Alencar (2011) descrevem, não pode nos dias atuais ser concebida sem fazer menção aos aparatos norteadores das mesmas, como exemplo: a Política Nacional de Assistência Social- PNAS (2004) e o Sistema Único de Assistência Social- SUAS, bem como as leis, que corroboram para a materialização das ações e prática profissional nesse âmbito.

É certo considerar que a Assistência Social conforme descreve a Constituição Federal de 1988, mais especificamente nos artigos 203 e 204, é dever do Estado e direito de todos os cidadãos como mencionado anteriormente. Entretanto, pensar Proteção Social requer considerar um conjunto articulado de ações entre as demais políticas públicas, cada qual com suas especificidades, visando um único objetivo, permear o acesso e garantia dos direitos dos usuários atendidos.

A família tem o direito de zelar por seus membros, mas para que isso ocorra, a mesma deve ser protegida. Devemos conceber o conceito de família se estendendo por meio de laços parentais de solidariedade e afetividade, ou seja, a família ampliada considerada para além da ligação consanguínea. A Política de Assistência Social visa à criação de políticas socioassistenciais voltadas para o novo conceito de família, garantindo assim as condições na vida comunitária e manutenção da família.

Um dos conceitos que a PNAS (2004) evidencia como eixo estruturante é a matricialidade sociofamiliar e esta deve ser compreendida como base fundante do trabalho social realizado nos órgãos de proteção social. Para propor intervenções efetivas, é necessário conceber a família como foco central, apreendendo suas particularidades e buscando envolver todos desta composição no plano de ação desenvolvido, assim movendo esforços para afastar a prática que prioriza a atenção individual e focalizada apenas em um integrante, nesta última situação a mulher/mãe acaba assumindo o papel da responsabilidade de forma solitária.

Segundo Jaccoud (2009, p. 58) “A proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais”. Cabe destacar que a proteção social na assistência social oferece segurança no conjunto das condições de vida do indivíduo por meio de dois níveis de proteções, básica e

especial.

A Proteção Social Básica-PSB desempenha as ações diretamente às famílias em vulnerabilidade social que os laços afetivos não foram rompidos, na luta para que seus direitos não sejam violados, incluindo assim nos serviços socioassistenciais e realizando a articulação com as demais políticas públicas por meio do acompanhamento familiar, assim buscando uma mudança na condição de vida dos usuários dos serviços.

Já a Proteção Social Especial- PSE está voltada para o desempenhar das ações por meio de atendimentos junto a população que se encontra em risco pessoal e social, ou seja, quando ocorrida a suspeita ou materialização da violação dos direitos. Dessa maneira, diante da complexidade das questões apresentadas no decorrer de todo acompanhamento, torna-se constante e essencial à interlocução juntamente com as instâncias do judiciário e Ministério Público, como também se fundamenta com os demais órgãos e serviços que compõe a rede de proteção. Diante deste prisma, evidencia-se que as unidades de acolhimentos compõem os serviços de alta complexidade ofertados na PSE.

Enquanto normativa legal, o ECA prevê a aplicabilidade de medidas de proteção quando identificada ameaça ou violação dos direitos desse público específico. Neste sentido, o acolhimento institucional é uma das medidas de proteção contidas no art. 101 desta lei. Posto isso, e diante do breve conceito de PSB e PSE, é possível constatar que a medida protetiva relacionada ao acolhimento institucional ocorre diante das investidas sem sucesso dos demais serviços no acompanhamento das crianças/adolescentes e seus familiares, já que esta institucionalização é concebida, ou deveria ser, a última alternativa frente ao seu caráter excepcional e provisório.

Em relação ao ponto fundamental que diz respeito ao trabalho técnico a ser executado, é necessário no acompanhamento familiar compreender os determinantes sociais objetivos e subjetivos existente na relação familiar, corroborando dessa forma para evitar novas formas de violência, prevenir o distanciamento familiar e dar o suporte no processo de reintegração, conforme descreve as orientações técnicas dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (BRASIL, 2009b).

> Ressalte-se que lidar com questões objetivas é fundamental para prevenir situações que possam gerar uma tensão excessiva na família, em função do processo de exclusão social ou das dificuldades reais para conciliar o cuidado com a criança e o adolescente e a sobrevivência do núcleo familiar. Tais

> situações podem dificultar, inclusive, o desenvolvimento de relações afetivas que contribua para o exercício de seu papel de proteção e cuidados (BRASIL, 2009b, p. 37).

Destarte, podemos evidenciar que ao longo do processo de acompanhamento das crianças/adolescentes e seus familiares e frente à busca da sua materialização de forma efetiva, esbarramos em diversos desapontamentos e fatores dificultadores que envolve a ausência da interação e atuação dos demais serviços. Em determinados momentos nos deparamos com entraves e desafios no próprio âmbito da Política da Assistência Social, onde ocorre a inércia da evolução e impede o caminhar do acompanhamento proposto para o público-alvo de atuação. Não isoladamente, nos deparamos também com algumas limitações das famílias, frente aos seus preceitos adquiridos de forma geracional, ligado intrinsecamente a sua história de vida.

Frente às dificuldades expostas acima, que diz respeito à ineficiência do acompanhamento familiar realizado ou a ser realizado, com vista à superação da violação dos direitos que ensejaram o acolhimento, como podemos sugerir à propositura do desacolhimento, uma vez que devemos considerar que a "reintegração à família de origem, extensa ou excepcionalmente, colocação em família substituta devem ser realizadas segundos parâmetros que assegurem condições favoráveis ao desenvolvimento da criança e do adolescente" (BRASIL, 2009b, p. 18). A resposta para que isso ocorra está no acompanhamento. É fundamental o envolvimento da rede de serviços a fim de efetivar esse preceito.

Em vista disto, é preciso refletir, poderemos garantir os direitos das crianças e adolescentes acolhidas sem o acompanhamento efetivo dessa rede? O que podemos esperar da família após a reintegração familiar da criança/adolescente, isso quando possível acontecer, uma vez que não ocorre de forma efetiva o acompanhamento da rede de proteção?

É notado que em grande maioria das sentenças de desacolhimento institucional, encontramos entre as decisões descritas, o ordenamento para oficiar à rede de serviços do território, a qual passará a ser local de moradia da criança/ adolescente para a continuidade do acompanhamento sistemático do núcleo familiar. No entanto, mesmo diante da determinação judicial demonstrando a obrigatoriedade para a realização deste feito, não podemos considerar eficiente o envolvimento dos serviços nesta prática. É

claro, que referente a este quesito existem muitas dúvidas e questionamentos em relação à funcionalidade do fluxo de comunicação entre a instância do judiciário com a rede de serviços a qual deverá prestar o acompanhamento, no entanto, a princípio, este ponto de análise não será alvo a ser problematizado neste estudo.

Não obstante, frente a isso cabe a indagação, se uma determinação judicial que visa a execução de uma ação convergente com as orientações e parâmetros de atuação nessa área, visando o melhor interesse da criança/ adolescente, não surte o efeito esperado que é o acompanhamento, o que poderíamos lançar mão para propor estratégias impulsionadoras deste ato?

Convém neste momento ressaltar sobre a obrigatoriedade que os técnicos têm de assumir seu papel primando os princípios éticos a qual estes profissionais devem zelar conforme suas categorias, não abstendo de sua autonomia, mesmo que relativa, para defender o público a qual propuseram a intervir. Conforme Barbosa, Cardoso e Almeida (1998) mencionam, embora o Assistente Social detenha de sua autonomia frente ao seu fazer profissional, o mesmo se depara com circunstância que acaba por refrear esta prática no cotidiano, como a sua condição de trabalhador assalariado e a burocracia existente. A autonomia legal do Assistente social para estes autores é:

> ...confrontada com a própria condição de assalariamento com que o assistente social sempre exerceu o seu trabalho. Pois, ao vender sua força de trabalho para sobreviver, fica privado ou tem reduzido o controle sobre os meios de produção do seu trabalho, submetendo-se às normas regulatórias e hierarquias administrativas que organizam os serviços (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p.118).

Compreende-se que a equipe técnica, independente do local de atuação, devido sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho como profissional assalariado, vivencia constantemente tensões em sua prática profissional em meio à correlação de forças existentes na relação institucional. Contudo, as estratégias são necessárias para se pensar e materializar ações para além de práticas burocráticas, pragmáticas e imediatas, que caso venham acontecer, repercutirá diretamente na condição de vida do público atendido.

1.1. REVISÃO DA LITERATURA: ESTADO DA ARTE.

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS de número 8.742 de 7 de dezembro de 1993, alterada posteriormente pela Lei 12.435/2011, apresentam os objetivos, princípios, diretrizes, dentre outros direcionamentos que norteiam a execução da Assistência Social como Política Pública. Para tanto, essa lei evidencia a organização desta política descrevendo em seus objetivos não somente a proteção restrita a criança e ao adolescente, mas sim envolvendo a totalidade do âmbito a qual estes estão introjetados, por meio da atenção a família em seus múltiplos aspectos, garantindo assim, a proteção social em seu sentido amplo, a vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos (BRASIL, 2011).

Na materialização da Política da Assistência Social, as unidades de acolhimento para as crianças e adolescentes, compõem os serviços de alta complexidade, inseridos no âmbito da proteção social especial, que estão voltadas para o desempenhar das ações por meio de atendimentos junto ao público que se encontram em risco pessoal e social, ou seja, quando ocorrida a suspeita ou materialização da violação dos direitos (BRASIL, 2009b). Enquanto normativa legal, o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA prevê a aplicabilidade de medidas de proteção quando identificada ameaça ou violação dos direitos desse público específico (RODRIGUES; PREBIANCHI, 2021).

Neste sentido, o acolhimento institucional é uma das medidas de proteção contidas no art. 101 desta lei (BRASIL, 1990). Contudo, é possível constatar que a medida protetiva relacionada ao acolhimento institucional ocorre diante das investidas sem sucesso dos demais serviços no acompanhamento das crianças/adolescentes e seus familiares, já que esta institucionalização é concebida, ou deveria ser, a última alternativa frente ao seu caráter excepcional e provisório (ACIOLI et al. 2018; MORÉ; SPERANCETTA, 2010; BRASIL, 2009b). No entanto, com o acolhimento da criança e do adolescente, as unidades devem primar pela a materialização dos preceitos descritos no ECA, garantindo a convivência familiar e comunitária, proporcionando um ambiente saudável, e promovendo atividades diversas, contribuindo assim para o processo de desenvolvimento infantil, sendo considerado neste prisma a atenção junto aos aspectos

cognitivos, sociais e afetivos de forma equilibrada e integralizada (DINIZ; ASSIS; SOUZA, 2018).

Dessa forma, acredita-se que este debate é de grande relevância para a dimensão teórica, operativa e social, assim sendo também para o campo das políticas públicas, haja vista se tratar de uma abordagem que evidencia que todos os atores, executores das políticas, possuem o papel de promoção dos direitos e proteção das crianças e adolescentes, onde é necessário concebê-los enquanto sujeitos de direitos (ECA, lei de nº 8.069 de 1990), principalmente quando se trata daqueles que se encontram em acolhimento, pois já vivenciaram alguma forma de violação. Tendo em vista essa temática a pergunta investigativa que norteou a produção deste estudo foi: Quais são os temas atuais em debate, produzidos pelos pesquisadores quando o assunto envolve o público infantojuvenil das unidades de acolhimento, na modalidade abrigo institucional.

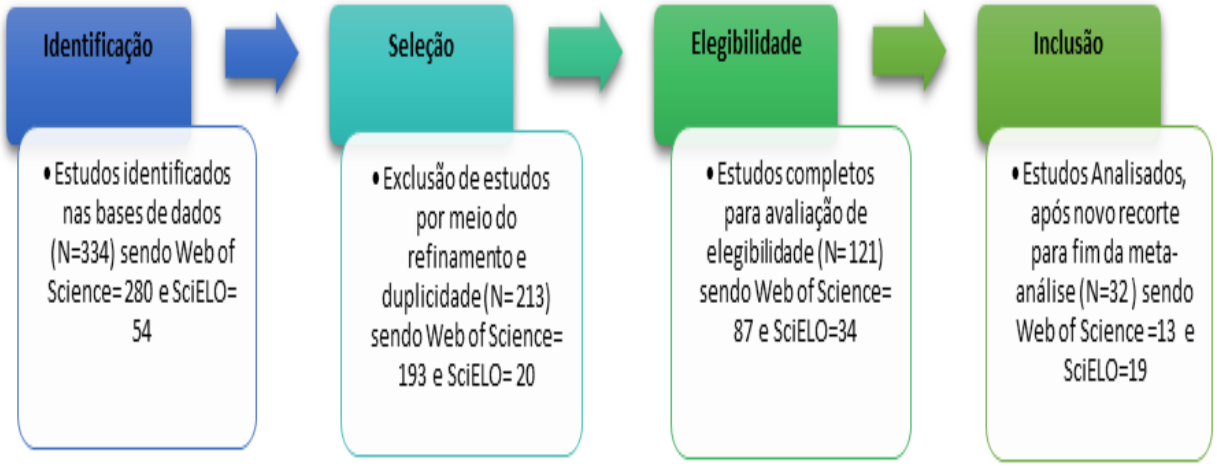
Com o intuito de responder essa pergunta investigativa, essa pesquisa foi realizada por meio de uma revisão sistemática. Para tanto, esse estudo objetiva analisar as produções científica em periódicos indexados na coleção Web Of Science e SciELO sobre os temas crianças e adolescentes e abrigos.

O processo empregado para a realização deste estudo foi a análise bibliométria que envolve o uso de ferramentas de software para a análise e mapeamento científico, bem como a utilização de pacotes como é o exemplo da linguagem de programação funcional R., que neste caso específico é aberto e transmuta as informações para os quadros estatísticos e gráficos (ARIA; CUCCURULLO, 2017; GULER; WAAIJER; PALMBLAD, 2016; DERVIS, 2019).

Dessa maneira a metodologia utilizada neste estudo foi a revisão sistemática, sendo ela considerada de caráter exploratório, onde a seleção se deu por meio da *Preferred Reporting Itens for Systematic Reviews and Meta-Analyses- PRISMA (*PROCÓPIO; MELLO; SILVA, 2019), com o intuito de sintetizar os resultados a respeito dos temas crianças e adolescentes e abrigos. Para este fim, o norte utilizado foi o acesso ao Portal de Periódicos Capes/MEC no campo Comunidade Acadêmica Federada- CAFe, que permitiu buscar na base de dados a coleção principal da Web of Science e SciELO acerca da temática escolhida. Após este processo de busca dos temas propostos, tais estudos elencados foram extraídos da plataforma e submetidos a ferramenta R, Bibliometrix, para o mapeamento científico, nos permitindo a análise

bibliométrica, sendo ela considerada uma técnica objetiva, confiável e útil (ARIA; CUCCURULLO, 2017) e posterior revisão dos conteúdos. Nesse sentido, as seguintes etapas foram empregadas, sendo elas: A) Identificação dos temas a serem investigados. B) Seleção da amostragem; C) Elegibilidade dos conteúdos e; D) Inclusão. Segue abaixo a Figura 1 explicitando tal processo.

Figura 1: *Etapas da Revisão Sistemática*



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Para a busca da amostragem na *Web of Science e SciELO* foram utilizados, aplicando entre eles o operador And, os seguintes descritores norteadores sendo eles: Shelter; Children and Adolescentes, empregando também a busca por tópico que resultou no quantitativo de 334 estudos. Foram excluídos os conteúdos em duplicidades, assim como aqueles que por meio do refinamento encontrava-se com acesso fechado, delimitando também o tempo estipulado, onde foram selecionados por interesse, apenas os anos entre 2010 a 2022, apresentando assim, como resultado o quantitativo de 121 literaturas utilizadas para aplicar a elegibilidade dos conteúdos. Os tipos de documentos selecionados foram: Artigo de revisão; Acesso antecipado; Artigos; Artigos de Conferência; e Materiais Editoriais.

Dando continuidade ao processo de recorde para fim da meta-análise, aplicou-se a seguinte linha de exclusão**:** I). Temáticas diferenciadas ao proposto nesse estudo, ou seja, não abordando sobre crianças e adolescentes nas unidades de acolhimento/ abrigo institucional. Após o recorte realizado (32) estudos foram elencados para fins da análise

e revisão integrativa. Cabe sinalizar que neste último momento não foram suscitados nos resultados estudos específicos do ano de 2022, haja vista o ano em curso e em seu início.

Dentre os 32 estudos científicos, como resultado da busca realizada acerca das temáticas relacionadas a crianças e adolescentes e abrigo, foi possível identificar que as literaturas abrangiam as seguintes áreas, sendo elas: Education & Educational Research; Public, Environmental & Occupational Health; Family Studies & Social Work; Geography & Women's Studies; Government & Law; Nursing; Orthopedics & Rehabilitation; Pediatrics; Psychology; e Social Sciences - Other Topics. Para melhor visualização, segue Tabela 1 abaixo, contendo os autores, título, e área temática das obras estudadas.

Tabela 1: *Literaturas*

AUTOR (ES)	TÍTULO	ÁREA TEMÁTICA
DE PAIVA IL;MOREIRA TAS;LIMA AD	Institutional shelter: families of origin and re-institutionalization	Government & Law
HINDT et al.	Impact of emergency shelter utilization and kinship involvement on children's behavioral outcomes	Family Studies; Social Work
GUHA M	'Safe spaces' and 'bad' girls: 'child marriage victims" experiences from a shelter in eastern india	Geography; Women's Studies
EPIFANIO TP;GONCALVES MV	Children as subjectos endowed with right: a systematic review of children in situation of institutional care	Public, Environmental & Occupational Health
MIURA PO;TARDIVO LSDC;BARRIENTOS DMS	Helplessness experienced by adolescent mothers and pregnant adolescents sheltered in institutions	Public, Environmental & Occupational Health
DE ARAUJO et al.	Analysis of fine motor control in institutionalized sheltered children and adolescents through performance in computer software	Pediatrics
MUKHTAR et al	Prevalence and associated factors of depression and anxiety in adolescents	Social Sciences -

	residing in malay-operated non-government-run sheltered homes in selangor, malaysia	Other Topics
CARLOS et al.	Institutional shelter to protect adolescent victims of domestic violence: theory or practice?	Nursing
IANNELLI AM;ASSIS SG;PINTO LW	Family reintegration of children and adolescents in foster care in brazilian municipalities with different population sizes	Public, Environmental & Occupational Health
ACIOLI et al	Evaluation of institutional foster care services for children and adolescents in recife	Public, Environmental & Occupational Health
MIRANDA et al.	Perception and practices of caregivers of childhood and youth shelters concerning oral health in the city of belem, brazil	Public, Environmental & Occupational Health
BASSOLI EN;FIGUEIREDO VCN	Challenges of the work of female social educators in shelters	Education & Educational Research
ACIOLI RML et al.	Foster care time and characteristics of adolescents under foster care by type of institutional services. Recife, brazil, 2009-2013	Public, Environmental & Occupational Health
FERREIRA FPM	Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais	Family Studies; Social Work
MOR CLOO;SPERANCETTA A	Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes	Psychology
PENNA et al.	A maternidade no contexto de abrigamento: concepções das adolescentes abrigadas	Nursing
RODRIGUES LH F;PREBIANCHI HB	Estresse e estratégias de enfrentamento em crianças e adolescentes em acolhimento institucional em casas lares	Psychology
NASCIMENTO ML DO	Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização	Psychology

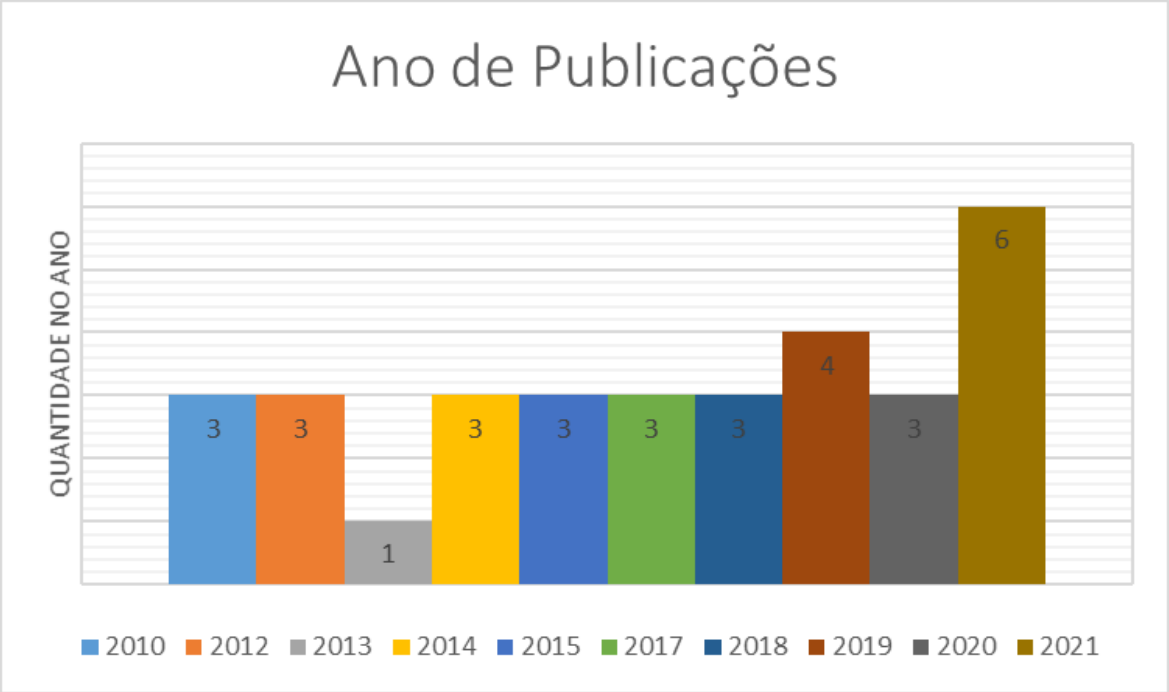
MASTROIANNI et al.	(Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados	Psychology
FERREIRA VV DE F;LITTIG PMCB;VESCOVI RGL	Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situção de rua	Psychology
SANTOS et al.	Motor learning in children and adolescents institutionalized in shelters	Orthopedics; Rehabilitation
LIMA RS	Uma interpretação marxista sobre a infância e os abrigos	Family Studies; Social Work
PENNA et al.	Care of adolescents sheltered in maternity hospitals from the perspective of health professionals	Nursing
HALPERN EE;LEITE LMC;MORAES MAYARA CMB	Seleção, capacitação e formação da equipe de profissionais dos abrigos: o hiato entre o prescrito e o real	Education & Educational research; Public, environmental & Occupational health
SIQUEIRA AC;DELL'AGLIO DD	crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social	Psychology
GUEDES CF;SCARCELLI IR	Acolhimento institucional na assistência infância: o cotidiano em questão	Psychology
PAGNOTA RMNF;PREBIANCHI HB	Estresse e estratégias de enfrentamento em profissionais de abrigos institucionais	Psychology
SILVA JRLA DA;PEREIRA VA;DONATTO ML	Habilidades sociais e acadêmicas de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento	Psychology
WATHER AJL;DALBOSCO DD;HELENA KS	Preditores de sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados	Psychology
RODRIGUES JL DOS S;SANTOS LMM	Mudar, pensar em mudar, continuar mudando: narrativas das metamorfoses de uma adolescência	Psychology

DOS;LIMA AF DE	em abrigamento	
ROCHA PJ;ARPINI DM;SAVEGNAGO S DAL O	Significados atribuídos por mães acerca do acolhimento institucional, reintegração e rede de atendimento	Psychology
POKER TCD	Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de vida de uma pós-abrigada	Psychology

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A amostra final é representada por literaturas diversificadas, publicadas entre os anos de 2010 a 2021. Nota-se, dentro da amostragem estudada, que no ano de 2021 houve um maior índice de publicações acerca da temática, conforme representado na Figura 2.

Figura 2: *Ano das Publicações.*



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Dentre as publicações indexadas referente a amostragem deste estudo, há a maior prevalência das seguintes revistas: Ciência & Saúde Coletiva, Psicologia & Sociedade e Psicologia: Ciência e Profissão.

Visando analisar as informações contidas nas palavras-chaves das literaturas selecionadas, considerou-se pertinente a utilização da plataforma wordclouds.com, que é online e gratuita, no intuito de reproduzir, por meio da representação da nuvem de palavras os vocábulos mais frequentes e semelhantes elencados (LUCINDO, 2021). Ao gerar a nuvem de palavras foi possível identificar, frente a proporção do tamanho da fonte, algumas palavras relevantes, dentre elas podemos destacar as seguintes: children, care, child, family, public, welfare, social, shelter, adolescente, life, health, coping, violence, institutionalization, dentre outras palavras conforme evidenciado na Figura 3.

Figura 3: *Nuvem de palavra por meio das palavras-chaves.*



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As palavras-chaves, assim como o resumo dos artigos científicos determinou a seleção para fins da meta-análise, onde fora possível identificar diversos debates teóricos acerca da temática crianças e adolescentes das unidades de acolhimentos/abrigos que corrobora para a visibilidade deste público específico, e o enriquecimento das discussões traçadas, consequentemente a ênfase acerca da garantia dos direitos sociais e as demandas latentes dos mesmos.

No universo teórico, encontramos pesquisas que abordam sobre a relação dual entre o público infantojuvenil e as unidades de acolhimento, contemplando debates sobre a trajetória e análise dos serviços de acolhimento para as crianças e adolescentes (LICIO et al. 2021b), sobre a saúde mental e a intersetorialidade entre as políticas públicas (SANTOS; MARQUES, 2020), sobre a depressão e ansiedade prevalentes nos adolescentes acolhidos (MUKHTAR et al. 2021) e dos fatores preditores de sintomas depressivos (WATHER ABAID; DALBOSCO DELL'AGLIO; HELENA KOLLER, 2010). Assim como estudo da identidade e metamorfose acerca das narrativas das histórias de vida de adolescentes acolhidos (RODRIGUES; SANTOS; LIMA, 2021; POKER, 2017), a sexualidade das adolescentes, versus a representação dos abrigos (GUHA, 2019) e a saúde bucal, a partir da percepção da relevância sobre a oferta de ações educativas para os cuidadores, no que diz aos cuidados necessários sobre esse quesito, com vista aos resultados positivos para a promoção da higiene bucal (MIRANDA, et al. 2020). Dessa forma, estes, como outros estudos contribuem para a construção de fundamentações teóricas e práticas sobre a temática. Nesse sentido, as temáticas relacionadas as crianças e adolescentes nas unidades de acolhimentos contemplam múltiplos debates, assim como veremos.

As unidades de acolhimento para as crianças e adolescentes abarcam, na esfera de atuação, uma pluralidade de demandas, no que diz respeito ao trabalho executado e a interlocução com os profissionais da rede de proteção. (GUEDES; SCARCELLI, 2014), ou seja, dos serviços que compõe a rede interinstitucional (DOS SANTOS SARAIVA; ALMEIDA, 2021). Seus espaços são considerados multifacetados e dinâmicos frente as complexidades das demandas apresentadas, tanto no que se refere ao cuidado das crianças e adolescentes e suas diversas histórias, quanto no acompanhamento de seus familiares, assim como na gestão do ambiente e do seu corpo de funcionários. Os diversos desafios são vivenciados rotineiramente, exigindo

habilidades técnicas para a condução de tais demandas apresentadas (ARRUDA, 2006; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; GUEDES; SCARCELLI, 2014).

Posto isso, identificar os motivos para o acolhimento institucional das crianças e adolescentes, assim como compreender o contexto familiar torna-se fundamental no trabalho executado neste serviço, onde é possível constatar as diversas vulnerabilidades sociais vivenciadas de forma concomitante desse público foco de intervenção (FERREIRA, 2014). Frente ao acolhimento institucional, práticas visando a proteção integral dessas crianças e adolescentes devem ser estabelecidas para a promoção do bem-estar e o desenvolvimento humano, onde a qualidade do ambiente físico e a atenção dispensada interfere sobremaneira nesse processo, sobretudo o papel desempenhado pelos cuidadores que é considerado essencial, uma vez que são vistos como referência para o público alvo da intervenção (MORÉ; SPERANCETTA, 2010) e como agentes que podem proporcionar o suporte para a existência de uma interação favorável e a oferta do afeto na relação (ACIOLI et al. 2018).

Para tanto, os profissionais inseridos nas unidades de acolhimento devem estar preparados, capacitados e instrumentalizados para intervir no surgimento de diversas demandas acerca de áreas variadas, dando, como exemplo, o conhecimento da maternidade na adolescência, ou seja, a saúde reprodutiva e sexual. Todavia, é imprescindível a atuação de outros atores sociais, ou seja, dos serviços intersetoriais para o acompanhamento e execução de atividades educativas, como também de lazer (PENNA et al. 2012a). Ainda sobre esse aspecto voltado às adolescentes grávidas em acolhimento institucional, estas recebem o suporte as demandas desse momento do ciclo gravídico-puerperal (MIURA; TARDIVO; BARRIENTOS, 2018) e por estarem em intensa vulnerabilidade social se tornam público focal para ações dos profissionais de saúde e o cuidado integral, sendo fundamental a atuação da rede, e neste sentido os enfermeiros exercem um papel fundamental na promoção da educação em saúde (PENNA et al. 2012b).

O estresse materializado por meio da convivência nas unidades de acolhimentos, também são alvos para intervenção, pois tanto as crianças e adolescentes, quanto os profissionais são passíveis de externar tais tensões e situações do cotidiano, decorrente de fontes internas e externas que acaba refletindo em sua saúde, sendo preciso utilizar estratégias de enfrentamento para lidar com pontos estressores (RODRIGUES;

PREBIANCHI, 2021; PAGNOTA; PREBIANCHI, 2021), dando espaço aos fatores de proteção nesse processo (CARLOS et al. 2013). Apesar disso, os cuidadores, acabam não estando aptos, devido à ausência da seleção, capacitação e formação continuada desses profissionais, que dificulta a compreensão do significado da sua atuação, para lidar com o manejo emocional frente a proximidade das situações vivenciadas (HALPERN; LEITE; MORAES, 2015; POKER, 2017).

Estudo demonstra que o acolhimento institucional e os fatores relacionados a ausência de afeto da família, discriminação social, assim como a indiferença encontrada nos abrigos, podem causar atraso no desenvolvimento em diversas esferas na vida dessas crianças e adolescentes e na aprendizagem motora (SANTOS et al. 2017; ARAUJO et al. 2020). Dessa maneira, o envolvimento dos familiares no período de acolhimento das crianças e adolescentes é compreendido como importante para o resultado comportamental destes (HINDT et al. 2019). Além disso, o baixo aprendizado escolar é compreendido enquanto elemento característico do prolongamento da institucionalização (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2010), não obstante, para as crianças acolhidas é identificado que os problemas comportamentais surgem como um obstáculo ao desempenho acadêmico, nos campos de leitura e da escrita (SILVA; PEREIRA; DONATTO, 2021).

A Incidência sobre o uso de álcool e outras drogas também ganha grande evidência nas pesquisas relacionadas ao público infantojuvenil e seus familiares e enquanto motivos relacionados ao processo de acolhimento institucional (RODRIGUES; PREBIANCHI, 2021; RODRIGUES; SANTOS; LIMA, 2021; PAIVA; MOREIRA; LIMA, 2019; MASTROIANNI et al. 2018; ACIOLI et al. 2018; FERREIRA, 2014; FERREIRA; LITTIG; VESCOVI, 2014; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2010), assim como as questões relacionadas a saúde mental (ACIOLI et al. 2018).

É preciso salientar que frente ao acolhimento institucional nos deparamos com a normativa da judicialização da vida, contudo é preciso ter um olhar crítico sobre essa lógica, pois o discurso de negligência sem uma análise profunda acaba por culpabilizar a família, podendo assim intercorrer a criminalização da pobreza nessas circunstâncias (NASCIMENTO, 2012). Essa visão crítica, considerando as desigualdades sociais e exclusão, cede espaço para a conduta que consiste na construção de uma rede de

proteção à família e na garantia ao acesso as políticas públicas, buscando assim, a investida para a superação dos motivos que ensejaram o acolhimento e a defesa da convivência familiar (MASTROIANNI et al. 2018; IANNELLI; ASSIS; PINTO, 2015), mas, para que isso aconteça, a rede de atendimento e a articulação nesta relação se torna fundamental (ROCHA; ARPINI; SAVEGNAGO, 2015).

Além disso, é preciso, ainda mais, que todos os envolvidos no acompanhamento dessas crianças e adolescentes sejam capacitados, com investimento para a formação profissional acerca dos preceitos descritos no ECA, para que assim não sejam reproduzidas práticas características das instituições totais, sendo elas fechadas e rígidas (EPIFANIO; GONCALVES, 2017). A valorização da profissão também deve ser algo a ser considerado na execução desse serviço, devendo ser concebido a relação de prazer e sofrimento nessa prática, principalmente quando abordado sobre os educadores sociais/cuidadores (BASSOLI; FIGUEIREDO, 2020).

Notadamente, evidencia-se que as famílias em situação de risco e vulnerabilidade devem ser alvos das políticas públicas (FERREIRA; LITTIG; VESCOVI, 2014), haja vista que estas vivenciam diversas expressões da questão social e que a institucionalização é uma resposta do Estado (LIMA, 2021). Sobre esse prisma a compreensão sobre a ausência e/ou precarização das políticas públicas ganha seu espaço relevante para o debate, já que esse fator contribui preponderantemente, como bem ocorre, para a reinstitucionalização das crianças e adolescentes nas unidades de acolhimentos (PAIVA; MOREIRA; LIMA, 2019). Assim, urge a necessidade de se pensar acerca da elaboração e execução de Políticas públicas efetivas, eficiente e com eficácia para a realidade das crianças e adolescentes acolhidos (ACIOLI et al. 2019) e para seus familiares, considerando suas especificidades e com vista a implementação de programas, projetos, serviços e a materialização de ações, como oficinas, voltadas para a produção e geração de renda com perspectiva social, ao mesmo tempo englobando o cuidado à saúde e a garantia ao tratamento, buscando dessa forma, corroborar para exercício em sua plenitude da cidadania, para tanto, dos direitos sociais desse público em questão (RODRIGUES PINHO et al. 2022).

Diante do exposto, e frente a singularidade do tema específico tratado neste estudo, é percebido debates variados quando o assunto envolve as produções teóricas sobre o público infantojuvenil das unidades de acolhimento. A intersetorialidade entre

as políticas públicas, a saúde mental, a política de prevenção ao álcool e outras drogas, enquanto uma questão de saúde pública, a saúde integral, a garantia dos direitos, o desenvolvimento, o bem-estar das crianças e adolescentes e dos funcionários são debates latentes.

São várias as demandas para o acompanhamento da rede de proteção, nesse sentido, a intersetorialidade entre as políticas públicas são fundamentais para a garantia do direito e bem-estar das crianças e adolescentes acolhidos.

A capacitação dos profissionais e de toda a rede de proteção, assim como a formação continuada são fatores preponderantes para a materialização desse serviço de alta complexidade com qualidade, e em consonância com os preceitos contidos no ECA, compreendendo assim, as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

2. CONTEXTO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA: COVID-19 E AS UNIDADES DE ACOLHIMENTO

Quando abordamos sobre as crianças e adolescentes inseridas nas unidades de acolhimento, considera-se essencial incluir nessa abordagem sobre o período pandêmico da Covid-19 e seus impactos gerados nesse contexto institucional. A pandemia da Covid-19 trouxe muitos impactos para a sociedade, todavia, as crianças e adolescentes das unidades de acolhimento institucional vivenciaram sobremaneira os reflexos dessa nova realidade global.

Para início da discussão deste estudo tomaremos como marco histórico-legal, a Constituição de 1988, que elege as políticas públicas enquanto direitos constituídos em lei, com caráter universal, onde se destaca como um dos princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana conforme evidencia o Art.1°, inciso III da Constituição de 1988.

Cabe mencionar que a saúde, juntamente com assistência social e previdência social, compõe o tripé da Seguridade Social e conforme descreve o Art. 196 da Constituição Federal de 1988, é considerada como direito do cidadão e dever do Estado por meio da implementação e execução de um conjunto de ações que visa reduzir

doenças e agravos, bem como permear a promoção, proteção e recuperação à saúde da população, devendo estar em consonância com princípios do Sistema Único de Saúde - SUS, sendo eles a universalidade, integralidade e equidade (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990a). Segundo o Art. 6º da Constituição Federal de 1988 são direitos sociais: "a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a alimentação, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (BRASIL, 1988).

Em consonância com os preceitos acima descritos, encontramos na Lei de nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, o direito à vida e à saúde enquanto fundamentais, sendo dever de todos assegurarem essa efetivação. No Art. 7º desta lei, fica evidenciado que "a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência" (BRASIL, 1990). Com essa perspectiva, a proteção à população de crianças e adolescentes e seus direitos passam ter um olhar voltado ao bem-estar social, compreendendo estes como futuro da sociedade, no viés da superação das manifestações adultocêntricas, repressoras e paternalistas, visando assim construir uma nova forma de identidade (CALDAS; BARROS, 2011).

Ao longo do tempo foram diversas as formas de tratamento e atenção dada as crianças e adolescentes, no que diz respeito às intervenções do Estado e a visão da sociedade, decorrente das transformações societárias, perpassando pelas fases com foco caritativo, filantrópico, de bem-estar do menor, até chegar os tempos atuais guiados pelos preceitos norteadores do ECA, que passa a compreender as crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, garantindo a estes a proteção de forma integral (POLETTO, 2012; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; OLIVEIRA; SILVA, 2019; DINIZ; ASSIS; SOUZA, 2018; SILVA, 2021). Esse último preceito transpôs a ideia de intervenção voltada apenas para a situação irregular desse público específico, no entanto, esta evolução e mudança de paradigma na maneira de conceber e tratar as crianças e adolescentes se deu a partir da Constituição Federal de 1988, que passa a direcionar a atenção destes, enquanto prioridade incondicional, tanto da sociedade, quanto do Estado, propondo assim a Proteção Integral, logo, o serviço de acolhimento institucional é previsto enquanto medida protetiva (NUNES; DA CONCEIÇÃO, 2020;

ARAUJO; QUEIROZ, 2021), quando identificada ameaça/risco ou violação dos direitos (BRASIL, 1990).

O ECA em julho deste ano completa trinta e três anos trazendo avanços consideráveis na área da infância e juventude e os preceitos ligados aos Direitos Humanos dessa população. Entretanto, devemos considerar que a pandemia da Covid-19 e o momento político atual de retrocessos trouxeram contemporâneos desafios para a garantia dos direitos e materialização da concepção da proteção integral para as crianças e adolescentes (RIZZINI; COUTO; FIGUEIREDO, 2020) ressaltando assim, as várias formas das desigualdades sociais, inclusive na área educacional (SILVA, 2021; MELLO, 2021).

A crise social, política e econômica agravada com a pandemia (ARAUJO; QUEIROZ, 2021) e seus impactos refletiu diretamente no mundo do trabalho, gerando a elevação do desemprego, consequentemente ocasionando a carência de recursos financeiros da família, que por sua vez repercutiu nas condições para a manutenção de uma casa, assim como para a criação das crianças/adolescentes. Acerca desse aspecto provocado pela pandemia, voltado à escassez dos meios monetários para a sobrevivência, houve o crescimento exponencial da pobreza, seguido da expressão questão social[2], o aumento de crianças e adolescentes abandonados e desprotegidos, tal como a elevação do trabalho infantil, da mesma maneira a violência contra crianças e adolescentes, dentre ela a sexual (ARAUJO; ALEXANDRE; SANTOS, 2021). Esse cenário traz à tona a importância do papel da Política de Assistência Social (inclusive a coloca, pelo governo federal na prestação de serviços à população, como política essencial, juntamente com a saúde) para suprir as necessidades das populações mais vulneráveis e que foram atingidas pela crise decorrente da pandemia, entre eles o acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Da mesma maneira, o período atípico da pandemia a qual ainda estamos vivenciando, diante da ameaça real do vírus Covid-19 forçou a toda humanidade uma mudança de estilo de vida, havendo a necessidade de adaptação de uma rotina nunca existente, trazendo consigo como consequência diversas incertezas e desafios para o ser humano, inclusive no mundo do trabalho, por meio da atuação profissional em diversos

[2] Entende-se questão social como as diversas expressões da desigualdade social existente no sistema capitalista, advindas da contradição entre a relação capital/trabalho (TOLEDO; ROCHA; BROTTO, 2017).

âmbitos, incluindo a esfera pública. Os equipamentos de prestação de serviços públicos em tempos de pandemia passam intervir diretamente no enfrentamento dos impactos causados pela doença, bem como em sua prevenção, sendo norteados por recomendações nacionais que elencam metodologias para atuação, protegendo assim, tanto a população quanto os profissionais (HELIOTERIO, 2020).

É possível evidenciar que pandemia também demandou a reflexão e a intervenção sobre os impactos emocionais e fisiológicos dos indivíduos em decorrência do isolamento (SANTOS et al. 2021). Nesta conjuntura, foi possível identificar a necessidade de repensar a prática em várias esferas, por meio de adaptações, de forma a atender os objetivos dos serviços e a proteção contra o vírus e impactos da Covid-19 concomitantemente (ARAUJO; ALEXANDRE; SANTOS, 2021).

No que diz respeito à Assistência Social e aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, estes também se viram na necessidade de adaptar toda uma logística e dinâmica de funcionamento da unidade por conta da pandemia, trazendo além das mudanças, os impactos na materialização dessa medida protetiva (MATA, 2021), porém é revelado a dificuldade encontrada para a adesão das medidas sanitárias, dando neste caso ênfase ao isolamento das crianças e adolescentes dentro das instituições para os novos acolhidos e com suspeita do contágio (RIZZINI et al., 2021). Contudo, não devemos conceber as adaptações realizadas somente como uma mudança da rotina temporal, e sim, é preciso compreender a particularidade e complexidade da questão, tendo em vista que este ambiente a qual estamos nos referindo está relacionada à casa de um grupo de crianças e adolescentes de perfis diversos, que possuem vivências diferenciadas, com características próprias e que pelo fato de se encontrarem institucionalizados já deixa claro as evidências que a função protetiva não fora efetivada pela família, uma vez que o acolhimento é considerado uma medida excepcional do ECA (LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; SAVI; DISCHINGER, 2017).

Diante do ponto acima descrito, se torna imprescindível destacar, para estimular a reflexão, que a institucionalização para estas crianças e adolescentes é um processo difícil, independente das condições favoráveis oferecidas. Grande parte das crianças e adolescentes ao serem acolhidos já demonstram demandas para atendimento no campo da saúde diante das vivências pregressas. Contudo, o acolhimento também traz consigo diversas consequências à saúde desse público específico, seja física ou mental, somando

a isso, a pandemia e suas medidas de contenção do vírus, como o isolamento veio contribuir para intensificar esse quadro. O distanciamento social, trouxe para à população consequências relativas aos sintomas como o estresse, a depressão e ansiedade, podendo ocorrer agravos através das alterações materializadas por meio do desinteresse para estudar, ausência da realização de atividades físicas, disfunção alimentar, dentre outras, afetando inclusive o sono dessas crianças e adolescentes (SANTOS et al. 2021).

É certo sinalizar que as crianças e adolescentes, ao serem acolhidos, ficam mais vulneráveis por diversas situações e apresentam diferentes demandas para atendimento à saúde. Entretanto, em tempo de pandemia e o necessário isolamento social, as demandas das crianças/adolescentes nas unidades de acolhimento ganharam maior evidência, pois além do cuidado curativo e rotineiro, as consequências dos fatores decorrentes do afastamento dos familiares para evitar o fluxo de pessoas na unidade, o impedimento da realização de atividades extramuros, a impossibilidade de dialogar, brincar e ver crianças diferentes algo que a escola, os cursos e os passeios proporcionavam, trouxeram diversos impactos na vida e na convivência social do público que estamos nos referindo (GOMES; TORRES, 2020). Sobre esse aspecto, devemos considerar que os acolhidos diante da institucionalização, de certa forma, já vivenciam o "isolamento" e o contexto atual de pandemia viera a acentuar esse quadro, podendo assim dizer que estes ficaram sujeitos ao isolamento em dobro (MELLO, 2021).

Estes impactos, para o público acolhido, ficam mais intenso em comparação as outras crianças, diante da institucionalização e a fragilização psíquica que esse feito acaba gerando. Os fatores sinalizados, dentre outros, podem ser evidenciados como foco para a atenção à saúde, uma vez que tais condições podem ocasionar agravos a saúde e a convivência.

E é baseado neste prisma que é importante inserir neste estudo a análise acerca do período da pandemia e seus impactos frente às unidades de acolhimento e o público acolhido. Sendo assim, o objetivo desse estudo foi elucidar os impactos da pandemia frente à população de crianças e adolescentes acolhidos, a partir da análise do 25° e 27° Censo, materiais elaborados pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nos anos de 2020 e 2021.

Nesse debate, torna-se imprescindível abordar sobre a importância da instância

da saúde pública e de seus níveis de cuidado, no acompanhamento sistemático das crianças e adolescentes institucionalizadas nas unidades de acolhimentos. Sobremaneira, inclusive por considerar que estes, são públicos prioritários para atendimento e que o momento da pandemia, acabou intensificando as privações vivenciadas pelos mesmos.

A relevância de considerar os impactos decorrentes da pandemia frente às unidades de acolhimento está intrinsecamente ligada à necessidade de evidenciar que a saúde, a assistência social, a educação, a habitação, a cultura, o esporte, o lazer de cunho público, assim como, as demais políticas públicas desempenham um papel de extrema importância nos meios e fins dos serviços prestados à população de crianças e adolescentes acolhidos, assim sendo destacada como primordial, a concepção da saúde de forma integral considerando os determinantes sociais e a interlocução entre as políticas intersetoriais. Desta maneira, convém destacar, que a pandemia potencializou a vulnerabilidade das crianças e adolescentes acolhidos (ARAUJO; QUEIROZ, 2021), intensificando as demandas apresentadas nas unidades de acolhimento, devido às medidas de proteção sanitária, exigindo assim, novas práticas, sendo necessário o planejamento de estratégias para propor ações de promoção, proteção e prevenção ao cuidado e atenção às crianças acolhidas com qualidade e a garantia do direito à convivência familiar como prevê a lei de número 12.010 de 2009 (CERUTTI; CESCONETO, 2021).

Torna-se imprescindível sinalizar, que esta etapa da pesquisa desenvolvida foi pautada em princípios ético-políticos que regem a categoria do Serviço Social, e que o direcionamento teórico-metodológico adotado nesta pesquisa será baseado na análise crítico-dialética que não naturaliza os problemas, absorvendo a história como um fator essencial para explicar a realidade, assim entendendo que as relações sociais e suas contradições estão apresentadas dentro de uma totalidade, frente ao contexto social a qual estamos inseridos. Nessa lógica o Assistente Social desempenha suas atividades guiadas ideologicamente pelo Projeto Ético-político da categoria, onde encontramos a liberdade como princípio fundamental, respeitando a autonomia e livre arbítrio dos indivíduos, sendo esta de caráter ético central (BRASIL,1993)

É necessário destacar que este estudo se caracteriza enquanto uma pesquisa de cunho qualitativo, que foi concebida de forma exploratória e descritiva, com base nas literaturas científicas advindas de fontes primárias e secundárias relacionados ao tema

proposto. Além disso, com vista a consolidar a pesquisa, foi lançada mão do material produzido pelo Ministério Público/RJ, no que diz respeito ao 25° e 27° Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro, referente aos anos de 2020 e 2021, enquanto método de análise. Destaca-se que o Ministério Púbico/RJ promove a construção e publicação dos censos das crianças e adolescentes acolhidos de forma anual, na perspectiva de material continuado com dados extraídos através do site do Módulo da Criança e Adolescente - MCA, que por sua vez é alimentado por instituições ligadas ao acolhimento institucional e demais medidas.

É conveniente informar que a elaboração dessa etapa da pesquisa, assim como a coleta de dados se iniciaram no período de maio de 2022, com seu término no mês de julho deste mesmo ano. Já a operacionalização desse estudo se efetivou por meio de algumas etapas, sendo elas:

I- Busca e seleção de bibliografias sobre as temáticas voltadas as unidades de acolhimento para crianças e adolescentes, na modalidade abrigo institucional e sobre a pandemia da Covid-19 nesses ambientes coletivos, por meio do acesso a bibliotecas virtuais como SciELO, Google Acadêmico, dentre outros materiais previamente selecionados;

II- Análise do 25° e 27° Censo da População Infantojuvenil Acolhida considerando os seguintes principais indicadores, sendo eles: a- números de acolhidos; b- acolhimentos e; c- desligamentos. Dentre estes, é incluído as reflexões acerca do perfil das crianças e adolescentes acolhidos como: a- sexo; b- região; c- faixa etária; d- cor/raça e; e- tipo de serviço de acolhimento e;

III- Utilização da planilha Excel para melhor análise dos dados contidos no censo, permeando a criação do gráfico que será apresentado no decorrer da pesquisa.

Para melhor ilustração segue a baixo o **Quadro 1** contendo os procedimentos metodológicos utilizados.

Quadro 1- Procedimentos metodológicos

Proposta	Procedimentos	Instrumentos de coletas de dados
1- Conceituar sobre as temáticas voltadas a Pandemia da Covid-19 e o acolhimento institucional para crianças e adolescentes.	Revisão bibliográfica sistemática	Acesso a bibliotecas virtuais como SciELO, Google Acadêmico, dentre outros materiais previamente selecionados sobre os temas.
2- Relacionar as temáticas enfatizando os impactos da Covid-19 para a população de crianças e adolescentes acolhidos.	Análise da População de crianças e adolescentes acolhidos considerando os principais indicadores: a- números de acolhidos; b- acolhimentos realizados e; c- desligamentos. Incluído as reflexões acerca do perfil das crianças e adolescentes acolhidos como: a- sexo; b- região; c- faixa etária; d- raça/etnia e; e- tipo de serviço de acolhimento.	25° e 27° Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro. Material elaborado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Utilização da planilha Excel.

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.1. INDICADORES: ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E OS IMPACTOS DA COVID-19.

O Brasil apresentava no ano de 2020 o quantitativo de 32.791 de crianças e adolescentes em unidades de acolhimento institucional (CNJ, 2020), entretanto, no ano de 2022, esse número reduziu para 27.786 em consulta realizada no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento no dia 01 de junho, onde a região sudeste retrata o número mais elevado de acolhimento nessa modalidade 13.400. Dentre estes, São Paulo com o quantitativo de 8.206, Rio de Janeiro 1.318, Minas Gerais 3.101 e Espírito Santo com 775 crianças e adolescentes acolhidos em unidades de acolhimento institucional (SNA, 2022).

Sobre esse prisma, considerando o número expressivo de crianças e adolescentes inseridos nos acolhimentos institucionais e dadas as características específicas desses ambientes, tidas como coletivas e compartilhadas, é que devemos fazer alusão ao período pandêmico da Covid-19, englobando os desafios e impactos gerados nesses espaços. Compreendendo a grande relevância de ser abordado este assunto, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro elaborou duas edições do Censo da População Infantojuvenil Acolhida, a saber, o 25° e o 27° censo que abrange o estudo dos meses de março a junho dos anos 2019 e 2020**,** incluindo em suas análises de diagnósticos dos serviços de acolhimento, os impactos da Covid-19.

O 25° Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro vem demonstrar que houve uma redução dos números de crianças e adolescentes que foram acolhidos se comparando os anos de 2019 e 2020, no período de março a junho, chegando ao decréscimo do quantitativo de 727 acolhimentos (MPRJ, 2020). Neste mesmo censo e no período equivalente, a análise acerca dos cinco motivos mais evidentes do acolhimento, no que se refere a negligência, transferência de outro serviço de acolhimento, situação de rua, acolhimento em razão da própria conduta da criança ou adolescente e o abandono pelos pais e responsáveis também demonstraram uma redução considerável nos números apresentados e comparados (MPRJ, 2020).

Essa redução, estava intrinsecamente relacionada a compreensão que as instituições de acolhimento e seus espaços coletivos acarretaria grande risco para vida dos infantes, considerando a probabilidade de contágio, assim como a medida de isolamento social imposta para o enfrentamento da Covid-19. Essas medidas reduziu o fluxo de pessoas nos ambientes público e comunitário que permearia maior acompanhamento das famílias, por consequência, a identificação de possíveis ameaças ou risco, tal como a redução e/ou ausência dos atendimentos presenciais, que por esse motivo viera acarretar a dificuldade do acesso ao Sistema de Garantia de Direitos (MPRJ, 2021).

Esclarecendo sobre o Sistema de Garantia de Direitos- SGD é necessário salientar que este, é composto por todos os órgãos/organismos da rede de proteção da criança e do adolescente, ou seja, sendo representado por meio das Secretarias municipais e estaduais, dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente de todas as esferas governamentais, do Fundo da Criança e do Adolescente, das Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, profissionalização e proteção especial, das ONG's, do Ministério Público, da Justiça, englobando as Varas da Infância e da Juventude, Varas Especializadas em Crimes contra Crianças e Adolescentes e Varas Criminais, dos Fóruns dos direitos da criança e do adolescente, dos Conselhos Tutelares, das Defensorias Públicas, do Centro de Defesa, das Delegacias de Polícia e Delegacias Especializadas, assim como através das Universidades que prestam suporte Jurídico. Nesse sentido, SGD é amplo e objetiva promover a promoção, defesa e controle dos direitos do público específico, contemplando, de acordo com suas especificidades, os seguintes eixos, sendo eles: Promoção/Atendimento, Controle/Vigilância/Fiscalização e Exigibilidade/Defesa/Responsabilização (MAGNI; MAIA, 2022).

Destaca-se que nesse contexto de Sistema de Garantia de Direitos das crianças e adolescentes, os novos movimentos sociais, que representa a sociedade civil e sua participação social possuem grande relevância para abordagem e o despertar de temáticas e ações em defesa dos direitos desse público específico (CALDAS, 2012).

No entanto, em relação aos Novos Movimentos Sociais voltados à defesa de direitos de crianças e adolescentes, destacamos vários avanços no campo da participação social, seja no cenário nacional e, principalmente, no âmbito municipal

com a entrada de temas importantes na agenda de políticas públicas, bem como a participação dos diversos sujeitos através dos Conselhos Gestores e de Direitos e os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Retomando a análise do censo, é percebido que no ano de 2020, com o avançar dos meses e a suposta adaptação ao período pandêmico e suas medidas de controle, o quantitativo de acolhimentos de crianças e adolescentes passou a ser crescente, onde os meses de março, abril, maio e junho apresentaram respectivamente o número de 97, 160, 183 e 198 casos (MPRJ, 2020). Em contrapartida, os dados revelam que houve também a redução de desacolhidos neste mesmo período, ou seja, de desligamentos de crianças e adolescentes, sendo representada pela diferença do quantitativo de 457 a menos em relação a 2019.

Torna-se necessário ressaltar que o índice de desligamentos reduziu sobremaneira em 2020, ficando quase que linear, com variações na casa de duzentos casos, no que se refere aos meses de março a junho, a saber: 210; 266; 205 e 223. Esse fato, presumivelmente está relacionado às medidas de restrições sanitárias que acarretou a redução ou até mesmo a suspensão das visitas às crianças pelas famílias ou pessoas consideradas importantes frente ao laço afetivo existente (MPRJ, 2020). Nesse sentido, o isolamento social, além de desencadear sérios prejuízos à convivência familiar e comunitária para as crianças e adolescentes acolhidos, nesse caso também dificultou o trabalho junto às famílias para a superação dos motivos que ensejaram o acolhimento institucional, consequentemente acarretando a redução de desligamentos.

O censo demonstra que dentre o quantitativo de acolhidos entre o período analisado, referente aos meses de março a junho de 2019 e 2020, a região do interior contemplou o maior índice de acolhidos, seguido pela capital. Contudo, quando está analise se refere ao número de acolhimentos essa posição acaba se invertendo, dessa maneira a região da capital passa apresentar o maior índice frente ao interior.

Convém pontuar que o 25° Censo da População Infantojuvenil Acolhida, como as demais edições, permite captar o retrato das crianças e adolescentes das unidades de acolhimentos. Nesse caso, é identificado que em ambos os períodos analisados o sexo masculino entre as crianças e adolescentes acolhidos prevaleceram.

Sobre as faixas etárias, é percebido que o quantitativo dos acolhidos contemplam as idades de 0 a 6, 7 a 11, 12 a 15 e 16 a 18 anos. No entanto, na análise do 25° Censo o

índice com maior proporção de acolhidos envolveu as idades de 0 a 6 e 12 a 15 anos. Quando comparamos o quantitativo de acolhimentos essa característica da faixa etária permanece dentre os mais elevados no ano de 2019, mas no ano de 2020 isso modifica, pois passa a evidenciar os acolhimentos, além das idades de 12 a 15 anos, daqueles entre 16 a 18 anos. Já quando o assunto é desligamento das crianças e adolescentes acolhidos, nota-se que as faixas etárias com maior número englobam as idades de 12 a 18 anos, ou seja, os adolescentes.

No que se refere à cor/raça das crianças e adolescentes institucionalizadas nos acolhimentos, a preta e parda apresentam predominância. Outra análise que merece destaque se relaciona ao elevado número de crianças e adolescentes acolhidos não aptos à adoção. Esse ponto pode, talvez, ser considerado um fator positivo, pois se acredita que a família, seja de origem ou extensa, ainda está sendo trabalhada com vista à reinserção familiar.

O 25° censo nos revela que as unidades de acolhimento institucional são serviços com maior prevalência de crianças e adolescentes acolhidos, em comparação ao acolhimento familiar que é caracterizado pela inclusão dos infantes em ambiente familiar, junto a famílias acolhedoras, ou seja, em residências de pessoas previamente cadastradas, como medida protetiva, proporcionando assim, o cuidado e atenção individualizada (BRASIL, 2009b). Esse padrão sinalizado anteriormente, também é reproduzido quando nos referimos ao número de acolhimentos, ou seja, de novas inclusões de crianças e adolescentes nas unidades na modalidade institucional, assim como na análise acerca do desligamento.

Ao mencionar sobre os motivos de desligamento nos meses analisados, os cinco principais que merecem destaque foram a transferência para outra unidade de acolhimento institucional, a reintegração aos genitores, guarda ou tutela para a família extensa, adoção e a evasão, onde este último encontra-se no topo desta lista, tanto no ano de 2019, quanto em 2020. E dentre os desligamentos a região da capital apresentou o índice superior nos anos analisados. Já analisando mensalmente, esse padrão se manteve em 2019, mas em março e abril de 2020 no interior o número foi mais elevado. Destaca-se que no desligamento o sexo masculino também foi superior ao feminino. Essa condição possivelmente está relacionada ao fato que os números de acolhidos e acolhimentos também são superiores no sexo masculino.

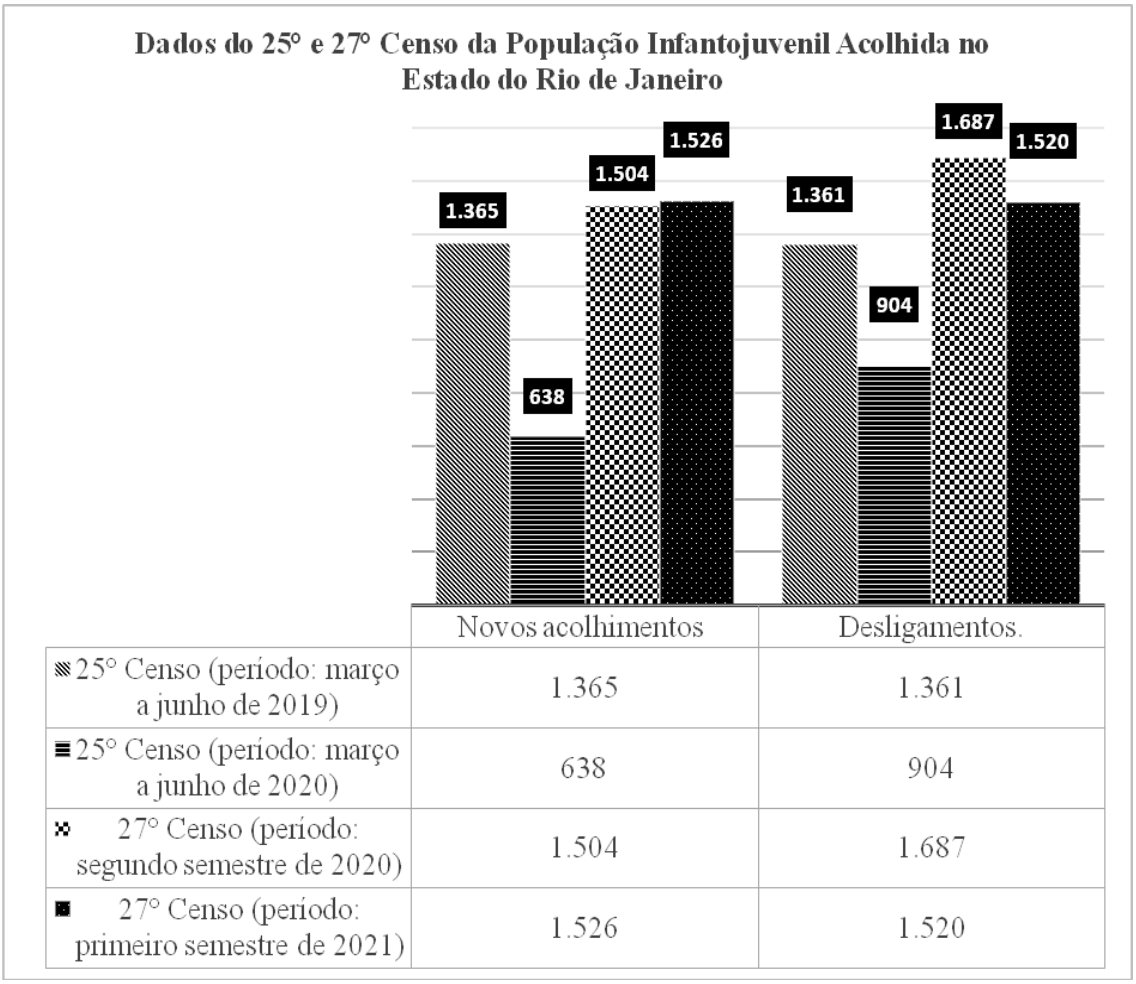
No que concerne o 27° Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro, destaca-se que essa edição trouxe a luz da análise o motivo de acolhimento da criança e do adolescente a qual o responsável estava impossibilitado de cuidar por razões de doença, contudo, convém pontuar que o estudo não aborda quais mazelas específicas, haja vista a ausência de um campo para inclusão dessa informação no MCA. Todavia, considerando o período da pandemia, foi desejado enfatizar que o motivo de doença apareceu no ranking em uma colocação diferenciada e superior das edições anteriores.

Além disso, dando continuidade a análise acerca dos impactos da Covid-19 nos serviços de acolhimento, o 27° Censo do MPRJ demonstra que houve uma ascensão dos números dos novos acolhimentos nos anos de 2020 (1.504) e 2021 (1.526), compreendendo respectivamente os períodos de 30 de junho a 31 de dezembro e 31 de janeiro a 30 de junho, devendo assim considerar a retomada da atuação mais efetiva dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, dessa forma, a aplicação da medida protetiva de acolhimento (MPRJ, 2021).

No 27° Censo o número de acolhidos entre o período acima mencionado também demonstra, como no 25° Censo, que a região do interior contemplou o maior índice em relação a capital e a região metropolitana, assim como de acolhimento na capital. Dentre os acolhidos e os acolhimentos neste período, da mesma maneira o sexo masculino ganhou destaque, assim como a evidência das faixas etárias dos acolhidos que permaneceu com o índice mais elevado entre 0 a 6 e 12 a 15 anos, incluindo nos novos acolhimentos as idades entre 16 a 18 anos. Outrossim, convergindo os dados entre as duas edições do censo, encontramos a continuidade da predominância da cor de pele/raça preta e parda e a prevalência das unidades de acolhimento institucional como serviços mais utilizados quanto a ocorrência da medida protetiva de acolhimento.

Segue abaixo a ***Gráfico 1*** para melhor ilustração e identificação dos dados apresentados no 25° e 27° Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro, quanto aos novos acolhimentos e o quantitativo de desligamentos conforme períodos analisados.

Gráfico 1: 25° e 27° Censo da População Infantojuvenil Acolhida do RJ.



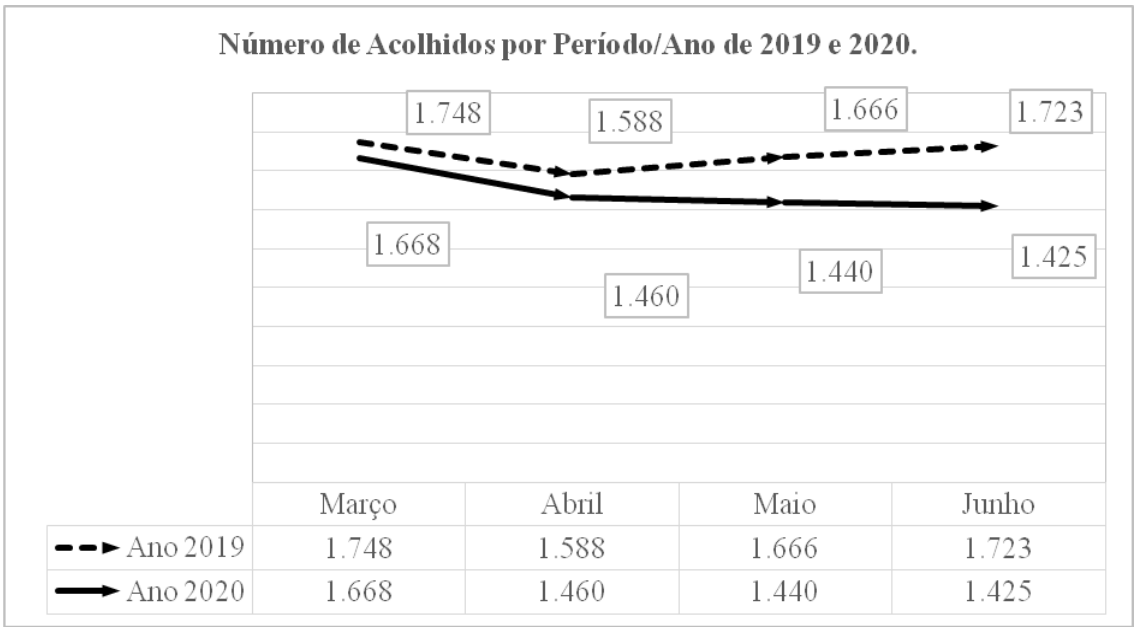
	Novos acolhimentos	Desligamentos.
25° Censo (período: março a junho de 2019)	1.365	1.361
25° Censo (período: março a junho de 2020)	638	904
27° Censo (período: segundo semestre de 2020)	1.504	1.687
27° Censo (período: primeiro semestre de 2021)	1.526	1.520

Fonte: MPRJ, 2020; MPRJ 2021.

A título de esclarecimento, convém mencionar que tanto o 25°, quanto o 27° censo elucidam os metadados baseados nos índices dos acolhidos, acolhimentos e desligamentos. Entretanto, o gráfico 1 contemplou apenas os dois últimos indicadores, onde ao ser analisado os dados numéricos, estes acabam não convergindo, pois é necessário ser considerado que o quantitativo de crianças e adolescentes que se encontram acolhidos sofre adição constante, devendo prever os antigos e os novos.

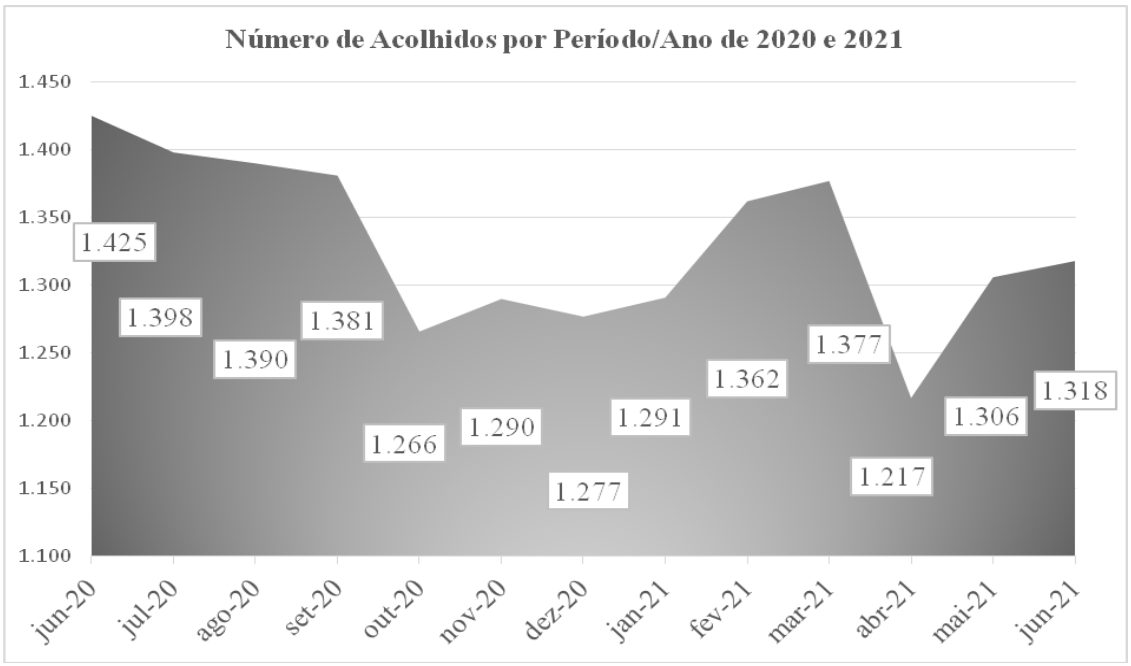
Entretanto, segue abaixo os ***Gráficos 2 e 3*** para melhor visualização do número de crianças e adolescentes acolhidos por período, conforme evidencia os censos 25° e 27° de forma que permita um comparativo por mês.

Gráfico 2: Número de acolhidos de 16 de março a 30 de junho, nos anos de 2019 e 2020- Comparativo por mês.



Fonte: MPRJ, 2020

Gráfico 3: Número de acolhidos no período de junho a dezembro de 2020 e janeiro a junho de 2021.



Fonte: MPRJ, 2021.

Retomando a abordagem acerca do 27° Censo, este revela, por meio da análise mensal, que os acolhimentos realizados se mantiveram oscilando acima da casa dos duzentos, chegando à unidade da terceira centena, exceto no mês de junho de 2021 que este quantitativo reduziu para 187. Em relação ao desligamento, destaca-se que a partir do segundo semestre de 2020, esse quantitativo voltou a atingir um número considerável, onde neste período o número foi de 1.687 e no primeiro semestre de 2021 o total de 1.520. Em ambos os casos, tanto na análise anual, quanto mensal a região que teve maior número de desligamento foi a capital.

A análise de segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021 expôs a convergência dos cinco principais motivos do desligamento contidos no 25° Censo, conforme sinalizado anteriormente. O 27° Censo também revela que o sexo masculino se sobrepõe no índice de desligamento, exceto em agosto de 2020 que o sexo feminino obteve uma pequena elevação.

No 27° Censo também é possível notar a variação entre as faixas etárias no desligamento. No entanto, as idades de 12 a 15 e 16 a 18 anos ganham evidência na análise mensal. Diante desses dados, é preciso refletir sobre a crescente no número de desligamento englobando as idades entre 12 a 18 anos, uma vez que encontramos no topo dos motivos de desligamentos a evasão institucional, logo este indicador provavelmente pode estar associado a esta causa de rompimento com a unidade de acolhimento.

Diante do exposto, o 25° e 27° Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro, materiais elaborados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro viera a corroborar com a evidência que a população de crianças e adolescentes inseridas nas unidades de acolhimento sofreram diretamente com os impactos ocasionados pela Covid-19. A Covid-19 e suas medidas de combate à doença, como o isolamento social prejudicou as crianças e adolescentes acolhidos em vários aspectos, que vai para além do acesso à escola e a convivência comunitária, e sim, transcendendo quanto aos impedimentos para a convivência familiar, consequentemente interferindo diretamente na possibilidade de reinserção familiar, ou seja, no desligamento.

A análise realizada demonstrou que número de crianças e adolescentes que foram acolhidos reduziu entre os meses de março a junho de 2020 se comparado ao

mesmo período de 2019, dessa forma, podendo constatar a redução da materialização da medida protetiva de acolhimento. Foi percebido que com o avançar dos meses no ano de 2020 e a busca da adaptação às medidas de proteção impostas pela pandemia o quantitativo de acolhimentos caminhou de forma crescente. Essa característica de estabilidade média também foi observada no número de acolhimentos referente ao segundo semestre de 2020 e primeiro semestre de 2021.

Sobre os desligamentos das crianças e dos adolescentes das unidades de acolhimento, o estudo revelou que houve um brusco declínio no ano de 2020 em relação a 2019 quando analisados os meses de março a junho. Já no segundo semestre de 2020 e primeiro semestre de 2021 o quantitativo de desligamentos passa a seguir uma linha da estabilidade, porém, sendo possível observar a elevação deste número respectivamente no mês de outubro e abril, haja vista o período que ocorre as audiências concentradas, ou seja, momento que a justiça manifesta a decisão de desligamento da criança e do adolescente. Com esses indicadores, é possível explicitar que à medida que o período pandêmico foi se estendendo, frente ao passar do tempo, os serviços de acolhimento foram se adaptando a nova realidade, dando continuidade as atividades prestadas, evitando assim trazer mais prejuízos a essa população assistida.

A exploração dos indicadores contidos nos censos em questão também evidenciou o perfil das crianças e adolescentes acolhidos, permitindo captar o retrato das crianças e adolescentes das unidades de acolhimentos, logo, nos mostrando que neste caso a proporção do sexo masculino é mais acentuada, que as faixas etárias destes, com maior prevalência, envolve as idades entre 0 a 6 e 12 a 15 anos, assim como a predominância da cor da pele/raça sendo elas pardas e pretas, do mesmo modo demonstrando também que a região do interior possui o índice superior de acolhidos em relação a capital e a metrópole.

Para além dos dados analisados a partir do censo, devemos considerar que as unidades de acolhimento institucional são ambientes coletivos e complexos, onde o cotidiano se apresenta de forma dinâmica, pois sua natureza múltipla de histórias e vivências materializa por si só diversas tensões e conflitos, sendo preciso considerar as necessidades particulares das crianças e adolescentes e suas características peculiares. Embora este estudo não tenha como foco a abordagem sobre os impactos da pandemia à saúde das crianças e adolescentes, uma vez que foram analisadas as duas edições do

censo e que nestas, as informações contidas foram extraídas do MCA, não contemplando esse quesito específico, é preciso refletir sobre a relevância desse debate, podendo assim ser considerado enquanto tema para explanação de pesquisas futuras.

É certo afirmar que a pandemia trouxe diversos impactos à saúde da população, contudo, quando pensamos nas crianças e adolescentes acolhidos esses fatores acabam se intensificando, uma vez que estamos lidando com um público que está afastado dos seus hábitos anteriores e privado, mesmo que provisoriamente, do direito de viver junto a sua família e convívio entre amigos. Nesse sentido, a ansiedade, a depressão, dentre outros agravos foram patologias possíveis de serem identificadas. Em suma, essa percepção, como as demais evidenciadas neste artigo, contribui positivamente para a elaboração de propostas e planejamento do plano de acompanhamento individualizado, considerando assim, a demanda particular da criança e do adolescente, consequentemente a interlocução e a atuação da rede intersetorial.

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa é baseada em uma investigação com abordagem mista (CRESWELL; CRESWELL, 2021), sendo utilizados os métodos qualitativos e quantitativos, pois ao mesmo tempo que este estudo foi pautado em uma pesquisa social com análise critico-dialética, de cunho qualitativo, que ocorre mediante a aproximação com a realidade vivenciada pelos atores sociais aos quais, nós pesquisadores, estamos intrinsecamente associados, gerando uma relação de identidade frente o sujeito e o objeto (MINAYO, 2007), este também ocorreu de forma quantitativa, uma vez que foi analisado as variáveis dos dados obtidos, por meio de instrumento relacionado a procedimentos estatísticos (CRESWELL; CRESWELL, 2021). Com isso, foi realizado uma integração entre os dados analisados permeando uma abordagem ampla sobre os fenômenos e realidade aprendida, por meio destes métodos que se complementam (CRESWELL; CRESWELL, 2021; MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2011).

Neste sentido, a unidade de análise nesta pesquisa serão as unidades de acolhimento/ abrigo institucional dos municípios da baixada fluminense do Estado do Rio de Janeiro. O recorte traçado nesta investigação, englobando apenas os municípios da baixada fluminense, está relacionada a possibilidade de compreender os fenômenos das desigualdades sociais existentes nestes territórios, talvez servindo como parâmetro de análise e comparativo para as demais localidades e Estados brasileiros.

Posto isso, com vista a consolidar essa fase da pesquisa, este estudo foi desenvolvido por meio da utilização e análise dos dados contidos no 29º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro, material continuado que faz parte de uma construção anual do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, disponibilizado por meio do site do Módulo da Criança e Adolescente- MCA[3], assim como a aplicação de um questionário junto aos profissionais inseridos na equipe técnica das unidades de acolhimentos para crianças e adolescentes.

A fim de sistematizar as etapas realizadas, e com vista a alcançar o objetivo deste estudo, para análise das variáveis foi preciso no primeiro momento realizar o levantamento do quantitativo das unidades de acolhimento da baixada fluminense do Rio de Janeiro, na modalidade abrigo institucional e o número de crianças e adolescentes acolhidos. Este levantamento ocorreu por meio da utilização do 29º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro, que diz respeito aos dados coletados no ano de 2022 no período de referência 30 de junho.

Posteriormente, utilizando este mesmo instrumento destacado acima, esta pesquisa também buscou elencar o perfil das crianças e adolescentes presentes nas unidades de acolhimento, por meio de indicadores como: faixa etária, sexo, cor/raça/etnia assim como os indicadores de deficiência e saúde. Neste momento, foi considerado relevante lançar mão de dados relacionados ao motivo do acolhimento, tempo de institucionalização, e quantitativo dos aptos a adoção. A partir daí, foi planejado relacionar as demandas identificadas para o acompanhamento da rede, tanto para as crianças e adolescentes, quanto para os familiares.

Por fim, por meio da compilação dessas informações, foi almejado identificar o

[3] O censo sinalizado neste parágrafo é uma construção baseada na extração de informações inseridas no sistema do MCA, por instituições ligadas ao acolhimento institucional e demais medidas. Os critérios adotados neste Censo constam disponível no site: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/censo_mca_2022_29_compressed.pdf.

andamento do acompanhamento realizado, bem como seus entraves e desafios. Dessa forma, foi estabelecido o contato com as unidades de acolhimento selecionadas, ou seja, da baixada fluminense, a fim de promover a aplicação de um questionário aberto que permitiu aferir o grau de satisfação entre os técnicos, quanto à efetivação do acompanhamento e interação das demais redes de serviços. O questionário foi elaborado a partir do Google Forms e sua aplicação junto aos profissionais/técnicos das unidades de acolhimento ocorreu de maneira remota, ou seja, através do envio on-line por e-mail, ou WhatsApp. Para tanto, devo esclarecer que por meio do site do Ministério Público do Rio de Janeiro, o Módulo Criança e Adolescentes- MCA (acesso livre) é possível ter acesso aos telefones de todas as unidades de acolhimento. Nesse sentido, foi pretendido por meio dos contatos realizados, estabelecer diálogo com os técnicos dessas unidades, abordando sobre a pesquisa, onde neste momento foi solicitado a forma de preferência a ser enviado o link do questionário, seja por e-mail ou WhatsApp. Destaco que o envio do link foi pessoal e destinado a um destinatário por vez, visando à proteção do anonimato entre os participantes, a confidencialidade e o sigilo.

Destarte que a coleta dos dados, tanto do Censo, quanto dos questionários, aconteceu no período de três meses, onde as variáveis mencionadas acima foram agregadas e compiladas em arquivo no editor de planilhas Excel para posterior análise. Inicialmente, a análise univariada foi realizada junto aos dados obtidos, com vista a aplicação das análises descritivas que permeou a sintetização dos dados e sua melhor compreensão através de representações que facilitou a análise e, após essa fase, foi realizada a análise bivariada, ou seja, entre duas variáveis e de regressão. Os testes e programas utilizados foram por meio da ferramenta de análise do Excel (FAVERO; BELFIORE, 2017), bem como por meio do Software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires- *IRaMuTeQ*, haja vista se tratar de uma ferramenta que possibilita o processamento de dados na pesquisa qualitativa, permeando análises estatísticas de textos, extraídos de entrevistas, documentos entre outros (SOUZA, *et al.*, 2018) apresentados em gráficos e/ou tabelas e discutidos sobre a luz dos principais referenciais pertinentes ao assunto.

Não obstante, convém destacar que para fundamentar a pesquisa fora realizado o levantamento e apropriação de leis e conteúdos bibliográficos (fontes primárias e secundárias) relacionados ao tema proposto. Inicialmente, para compreender o papel do

Estado frente à população infantojuvenil, foi realizado um resgate histórico das políticas voltadas para as crianças e adolescente no Brasil. As aproximações teóricas foram iluminadas por autores como: (RIZZINI; COUTO; FIGUEIREDO, 2020); (FALEIROS, 2010); (CERQUEIRA; RIZZINI, 2020); (BEHRING; BOSCHETTI, 2007); (IAMAMOTO, 2022); (POLETTO, 2012); (SCHACH, 2015). Porém, devo salientar que não foram os únicos autores e bibliografias pesquisadas para esse estudo.

Convém sinalizar que o critério de inclusão dos participantes se pautou em: I- Seleção das Unidades de Acolhimento na modalidade abrigo institucional localizadas nos 13 municípios da Baixada Fluminense; II- Aplicação do questionário apenas para equipe técnica com nível superior da unidade de acolhimento. Já os critérios de exclusão serão aplicados nas seguintes situações: I- Para as instituições que não estão em funcionamento; II- E para os serviços de acolhimento que não corresponde a modalidade de abrigo institucional, ou seja, Casa lar e família acolhedora.

Os riscos eventuais da pesquisa estão relacionados a disponibilidade de tempo e ao desconforto e dano emocional, uma vez que ao responder as questões possivelmente permeará uma análise da realidade, aos conceitos previstos nas legislações e aportes teóricos acerca da temática, assim como os riscos relacionados a pesquisa virtual, como exemplo o uso da plataforma e armazenamento de dados. Para minimizar a possibilidade destes riscos eventuais aos participantes, serão respeitados os princípios da autonomia, não-maleficência, beneficência, justiça e equidade, sendo garantido também a não violação e a integridade das informações, assegurando a confidencialidade e a privacidade, e a proteção dos dados conforme prevê a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos (CNS, 1996), além da garantia do armazenamento adequado dos dados coletados, assegurando os procedimentos para o sigilo e a confidencialidade como responsabilidade do pesquisador (CONEP, 2022). O envio do link do questionário de forma pessoal e direcionado a um destinatário por vez, também pode ser considerado como estratégia para minimizar a possibilidade destes riscos eventuais aos participantes assim, garantindo à proteção do anonimato entre os participantes, a confidencialidade e o sigilo. Por oportuno, nesta mesma perspectiva, destaca-se que com a conclusão da coleta de dados por meio dos questionários, foi realizado o download das respostas para um dispositivo eletrônico local, sendo apagado posteriormente qualquer registro do

ambiente virtual conforme orienta a Carta Circular Nº 1/2021- CONEP/SECNS/MS.

Os eventuais riscos sinalizados acima se justificam pelos benefícios futuros que os resultados deste estudo podem trazer à pesquisa como o aumento do conhecimento acerca da temática. Sobre os benefícios diretos ao participante à pesquisa, convém salientar que o participante da pesquisa para responder as perguntas do questionário estará fazendo uma análise reflexiva da realidade que concerne o seu fazer profissional, contribuindo assim para as dimensões técnico-operativa e teórico-metodológica da sua prática profissional nas unidades de acolhimento e o diálogo em rede, ou seja, as políticas intersetoriais. Esse benefício ao participante repercutirá diretamente e principalmente no resultado dos serviços prestados à população assistida. A participação na pesquisa também permeará ao participante o aumento do conhecimento acerca da temática, uma vez que irá estimulá-lo a obter a compreensão sobre o assunto específico. Não obstante, o estudo proposto de forma geral trará benefícios, no campo da pesquisa, pois abre os horizontes para novos estudos e debates relacionados ao tema.

Com vista a devolutiva do resultado da pesquisa, pretende-se, após a apresentação dessa dissertação a banca do mestrado, enviar via e-mail todo estudo aos participantes, com vista a contribuir nas dimensões técnico-operativa e teórico-metodológica da prática profissional nas unidades de acolhimento. Destaca-se que este e-mail será obtido no momento do preenchimento do questionário eletrônico, acessado pelo link.

O questionário não solicitará a identificação pessoal garantido assim o anonimato e a incolumidade do participante. No entanto, cabe sinalizar que para aquelas perguntas que por associação poderia fazer alusão a um possível profissional da instituição, já que as unidades não possuem equipe extensa, é certo destacar que em hipótese alguma será divulgado o nome do participante ou congênere, independente da fase do estudo, pois as respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial. Sobre este mesmo quesito convém salientar que o envio do link do questionário ao participante, assim como a devolutiva será pessoal e direcionado a um destinatário por vez, visando à proteção do anonimato entre os participantes, a confidencialidade e o sigilo.

O participante tem o direito de interromper sua participação, mesmo após ao consentimento, não sofrendo qualquer prejuízo quanto ao seu tratamento,

acompanhamento, estudos e etc., frente a relação com o (a) pesquisador (a) ou com a instituição. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

E por fim, convém salientar que a coleta, análise e divulgação dos dados dessa dissertação esteve em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, tendo em vista que, o pesquisador responsável, assumiu o compromisso em seguir os preceitos éticos para a utilização de dados institucionais, bem como, aos aspectos éticos contidos na Resolução 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, que versam sobre a ética em pesquisa com seres humanos. Destaca-se que aplicação do questionário, ou seja, o estudo com seres humanos, se iniciou apenas após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa- CEP.

Quadro 2- Etapas de coleta de dados

COLETA DE DADOS			
29º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro	Acesso livre a população por meio do site do MCA.	- Levantamento das unidades de acolhimento. - Levantamento do perfil das crianças e adolescentes. - Levantamento dos dados relacionados ao motivo do acolhimento, tempo de institucionalização, e quantitativo dos aptos a adoção	Utilização da ferramenta de análise do Excel.
Aplicação do questionário aberto para os profissionais das	Advindo dos questionários aplicados a seres humanos.	Aferir o grau de satisfação entre os técnicos, quanto à efetivação do	Utilização do Google Forms, da ferramenta de análise do Excel, bem como do

unidades de acolhimento da baixada fluminense.		acompanhamento e interação das demais redes de serviços.	Software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires- *IRaMuTeQ*.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

3.1. PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS

Como mencionado na metodologia, a partir do 29º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro, por meio dos dados coletados no ano de 2022 no período de referência 30 de junho, foi possível realizar o levantamento do quantitativo das unidades de acolhimento da baixada fluminense do Rio de Janeiro, na modalidade abrigo institucional e o número de crianças e adolescentes acolhidos, respectivamente nos permitindo analisar os dados extraídos. Não obstante, cabe pontuar que sobre o prisma das unidades de acolhimento na modalidade abrigo institucional, apenas foi permitido extrair de forma distinta os dados específicos referentes ao quantitativo existente dessas unidades, das crianças e adolescentes acolhidos nessa modalidade, dos aptos a adoção e o quantitativo desse público que não recebem visitas.

O 29º Censo também permeou a obtenção de um panorama do perfil das crianças e adolescentes que foram aplicadas a medida protetiva de acolhimento, como faixa etária, sexo, raça, deficiência e saúde, motivo do acolhimento, e sobre o tempo de institucionalização. Convém ressaltar que sobre estes aspectos relacionados acima, este censo não traz os dados categorizando os números entre as modalidades abrigo institucional, casa-lar e família acolhedora, ou seja, o quantitativo representa a soma das três modalidades.

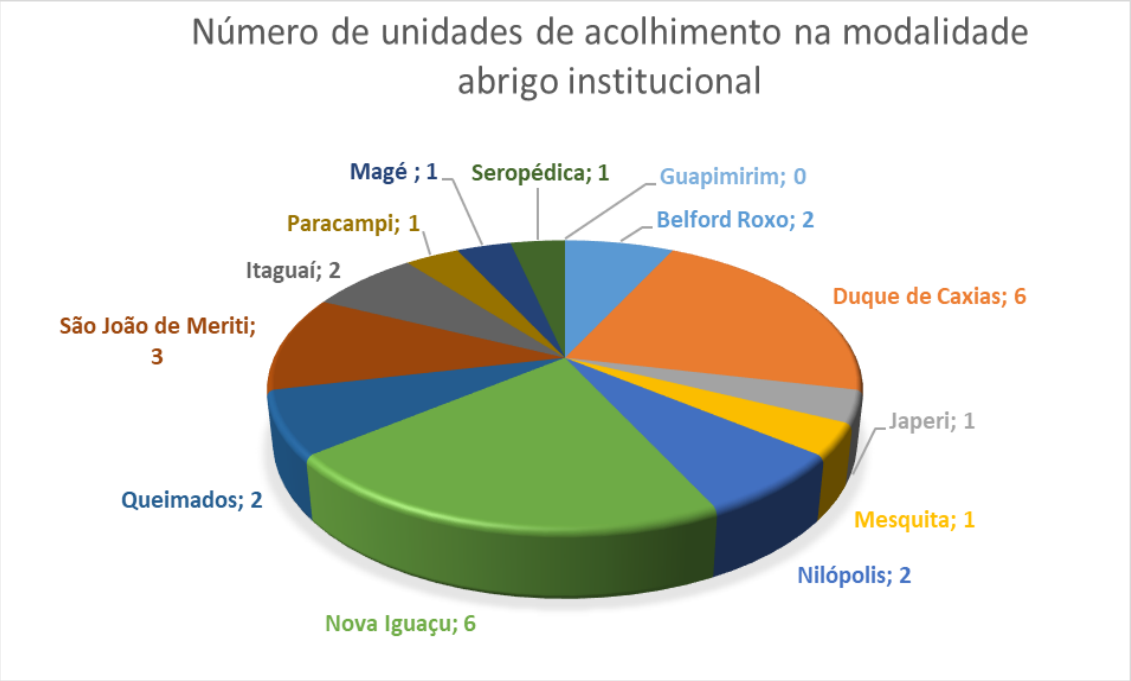
Posto isto, destaca-se que os dados apresentado nessa seção estará pautada nas duas considerações sinalizadas acima, onde também representará os indicadores das crianças e adolescentes que se encontram nas unidades de acolhimento, dentre elas

abrigo institucional, casa-lar e família acolhedora dos 13 municípios da baixada fluminense, a saber: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti, Guapimirim, Itaguaí, Magé, Paracambi e Seropédica. Sobre os municípios da baixada fluminense será considerado o sentido mais abrangente do limite territorial do Estado do Rio de Janeiro, assim englobando os treze municípios ligados a velha região da Baixada da Guanabara.

3.1.1. Dados do 29º Censo: unidades de acolhimento na modalidade abrigo institucional.

Os dados contidos no 29º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro evidenciaram que a baixada fluminense possui 28 unidades de acolhimento na modalidade abrigo institucional, conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Unidades de acolhimento: Abrigo institucional.



Fonte: Elaborado pelo autor.

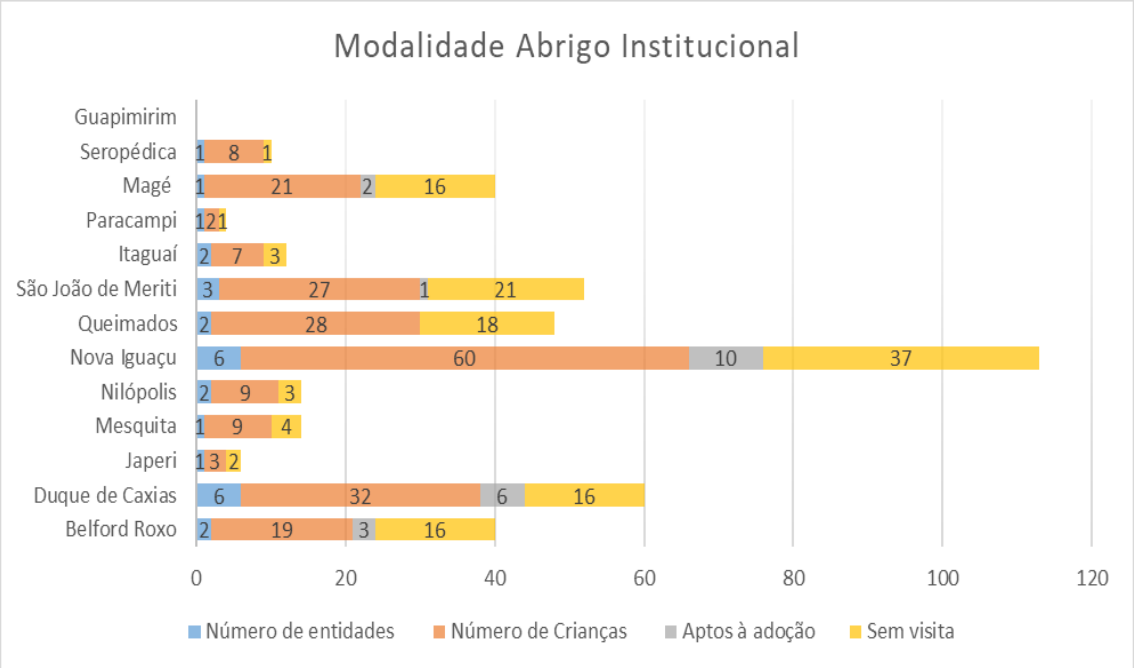
Duque de Caxias e Nova Iguaçu são os municípios com maior número de abrigo

institucional contendo 6 (seis) unidades, seguido de São João de Meriti com 3, Belford Roxo, Nilópolis, Queimados e Itaguaí com 2, e Paracambi, Magé, Seropédica, Japeri, e Mesquita com 1 unidade. O município de Guapimirim encontra-se sem quantitativo no gráfico acima, pois dispõe apenas do serviço de acolhimento na modalidade casa-lar e de família acolhedora, logo não sendo quantificados.

Ao realizar o cruzamento entre o quantitativo dos abrigos institucionais da baixada fluminense com o número de crianças e adolescentes, e o índice de aptos à adoção e sem visitas, é possível constatar que Magé e Queimados possuem a média de crianças e adolescentes acolhidos superior em relação a quantidade de abrigo, sendo respectivamente 21 e 14, se comparar aos demais municípios que não ultrapassam o quantitativo de 10 crianças e adolescentes no período analisado, conforme evidencia o Gráfico 2.

Cabe esclarecer que os índices dos municípios relacionados aos aptos à adoção que não consta no gráfico 2, decorre devido ao número inexistente (zerado) sobre este item.

Gráfico 2: *Abrigo institucional/perfil*



Fonte: Elaborado pelo autor.

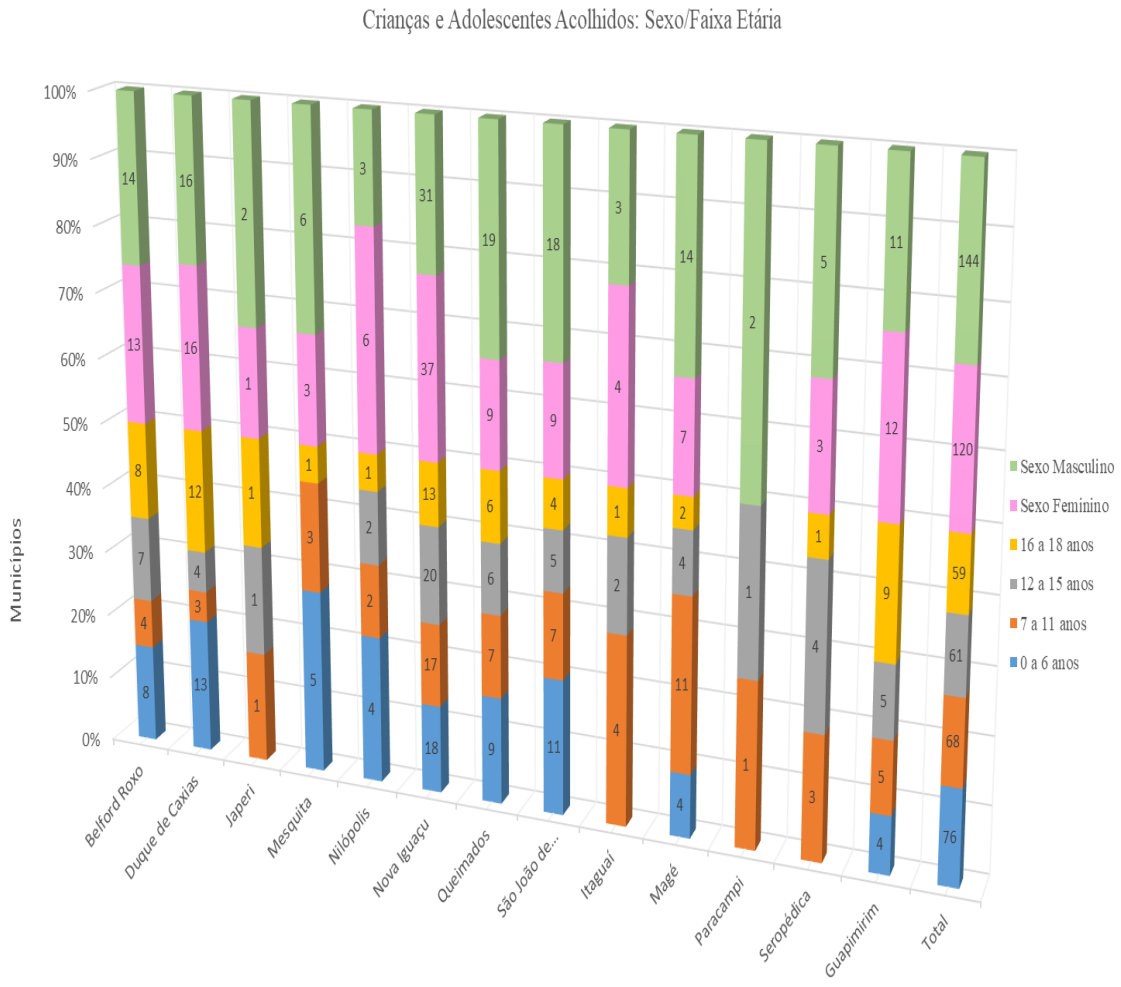
Ao analisar o gráfico 2 é possível identificar uma questão no mínimo

contraditória, pois este demonstra o número reduzido de crianças e adolescentes aptos à adoção (22), ao mesmo tempo que revela o quantitativo elevado dos acolhidos que não recebem visitas dos familiares e/ou de uma rede de proteção (138). Os municípios de Magé, São João de Meriti, Queimados, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Belford Roxo apresentam um índice latente de crianças e adolescentes que não recebem visita. Ao subtrair o quantitativo de crianças e adolescentes acolhidos (225), com aqueles que não recebem visitas (138) é possível constatar que destes apenas 87 possuem a oportunidade de contar com a presença de alguém que denote uma representação em sua vida, seja familiar ou de rede de proteção, ou seja, a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários não está sendo bem-sucedido. Este viés de análise, associado ao tempo de institucionalização das crianças e adolescentes que veremos a seguir nos permite traçar um amplo debate a ser problematizado, haja vista a existência de uma legislação, Lei Nº 13.509/2017 que evidencia o tempo máximo para o acolhimento deste público específico, não devendo prolongar por mais de 18 meses, salvo em algumas situações comprovadas.

3.1.2. Perfil das crianças e adolescentes inseridos nas unidades de acolhimento nas modalidades abrigo institucional, casa-lar e família acolhedora.

Já considerando as unidades de acolhimento, nas modalidades abrigo institucional, casa-lar e família acolhedora dos 13 municípios da baixada fluminense, no que diz respeito ao perfil das crianças e adolescentes é possível salientar que em relação ao gênero das crianças e adolescentes acolhidos grande parte dos municípios analisados possuem a maior inclusão do sexo masculino, com exceção de Nilópolis, Nova Iguaçu, Itaguaí e Guapimirim, além de Duque de Caxias que possuí a igualdade entre o quantitativo de ambos os sexos. Sobre as idades das crianças e adolescentes acolhidos, a faixa etária que possui maior proporção em relação ao quantitativo analisado é a de 0 a 6 anos, embora as demais faixas etárias também apresentam números próximos, não havendo muita disparidade entre elas, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3: *Perfil das crianças e adolescentes por sexo e faixa etária*

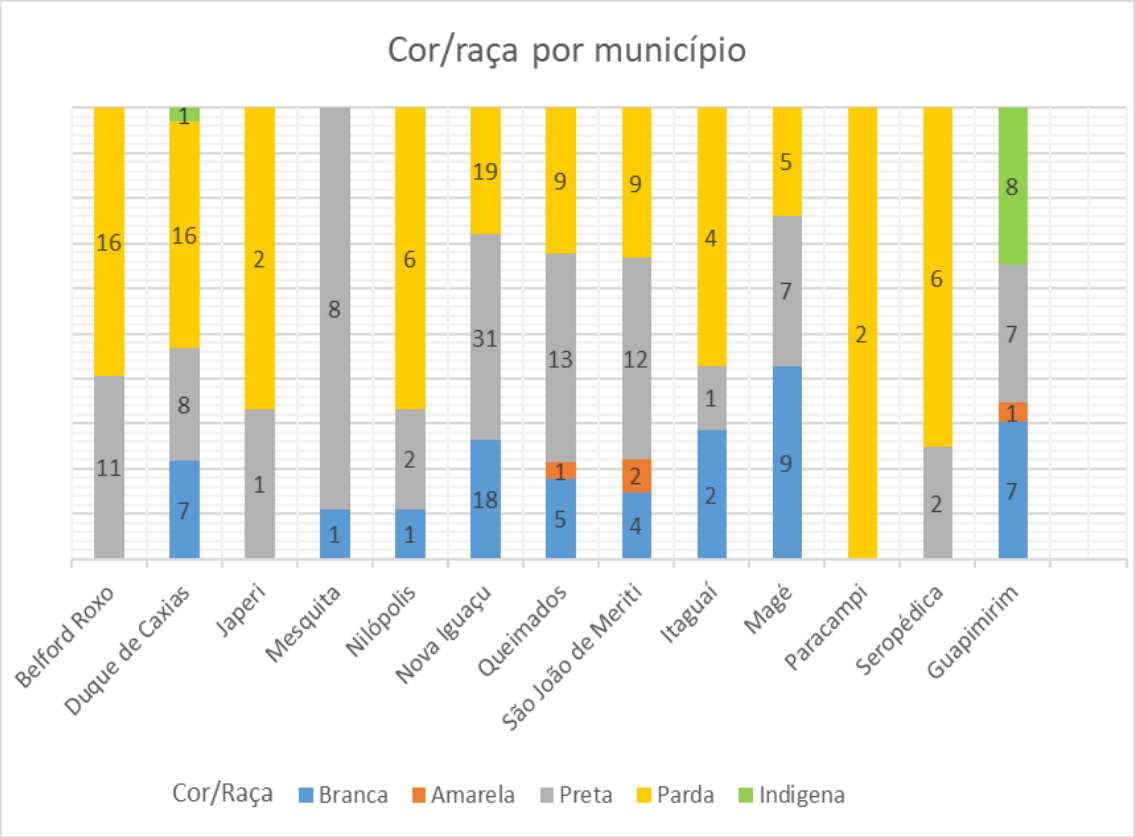


Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico 3 apresenta o quantitativo total de 264 crianças e adolescentes acolhidos abrangendo as modalidades abrigo institucional, casa-lar e família acolhedora. Diante disso, é possível neste momento realizar uma estimativa entre o total de crianças e adolescentes acolhidos (264) apresentados no gráfico 3, em comparação ao gráfico 2 relacionado apenas aos abrigos institucionais (225). Neste sentido, se compararmos os índices sinalizados, é possível inferir que 39 crianças e adolescentes descritas no gráfico 3, assim como nos que serão ainda apresentados, estão inseridos nas modalidades casa-lar e /ou família acolhedora.

Outro aspecto possível de mensurar ao analisar o 29º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro são os índices relacionados a cor/raça das crianças e adolescentes acolhidos no período em questão, como segue no Gráfico 4.

Gráfico 4: *Perfil das crianças e adolescentes por cor/raça*



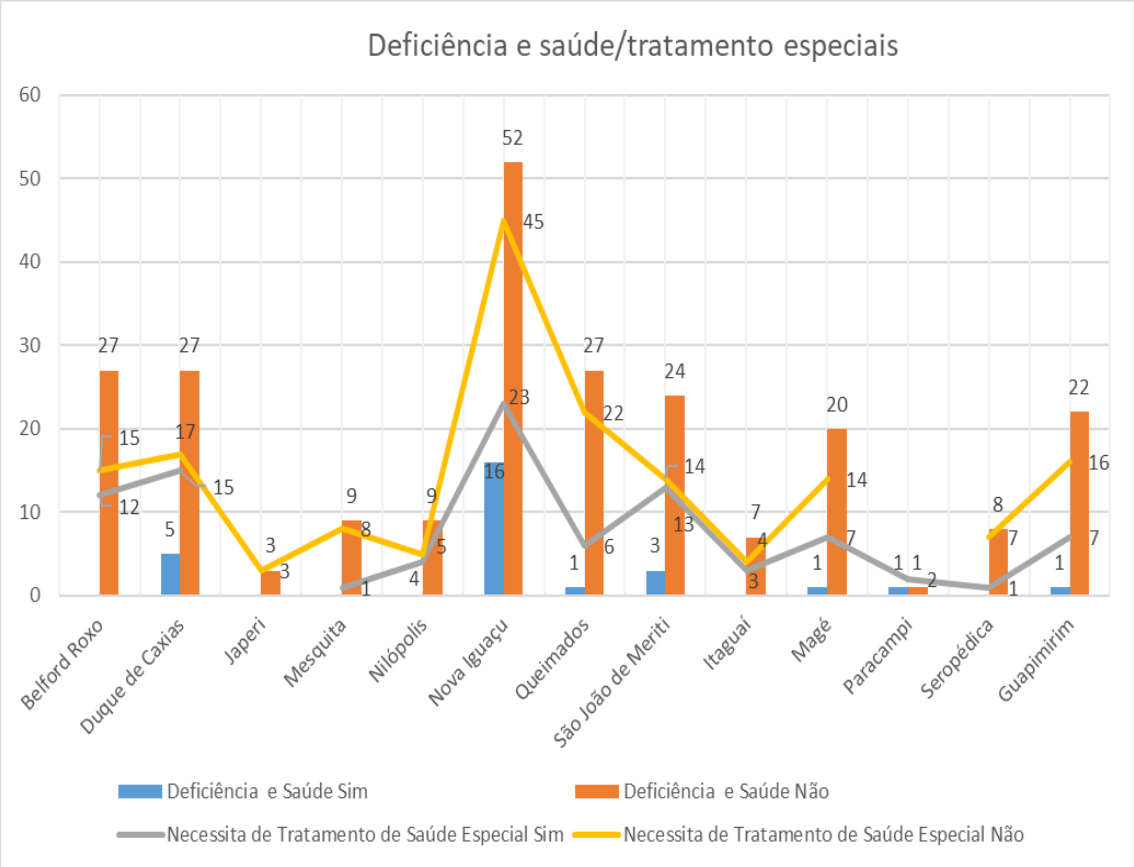
Fonte: Elaborado pelo autor.

Em números reais, as crianças e adolescentes de cor/raça preta (103) e parda (94), segundo o censo, apresenta o maior índice, seguido da cor branca (54), indígena (9) e amarela (4). Convém destacar que a raça indígena se apresentou nos municípios de Duque de Caxias e Guapimirim, assim como a amarela em Queimados, São João de Meriti e Guapimirim.

No que concerne a questão da deficiência e saúde/tratamentos especiais das crianças e adolescentes acolhidos, destaca-se que 10,6% do quantitativo total dos

acolhidos possuem algum tipo de deficiência e 35,6% possui a necessidade de tratamento especial a sua saúde. O município de Nova Iguaçu foi o que apresentou o maior índice de acolhidos com deficiência, sendo representado por 23,5% do seu valor total. O acompanhamento psicológico, e/ou psiquiátrico surge como demanda para tratamento com maior índice. Apenas o município de Japeri e Mesquita não elencam estas demandas. Segue abaixo o Gráfico 5 para melhor visualização dos números reais, sobre as crianças e adolescentes com deficiência e que demanda tratamentos especializados.

Gráfico 5: *Perfil das crianças e adolescentes por deficiência e Saúde/tratamentos especiais*



Fonte: Elaborado pelo autor.

A negligência, o abuso sexual, a guarda para família extensa malsucedida, a transferência de outro regime de atendimento, em razão de sua conduta, a situação de rua, a adoção malsucedida, os abusos físicos e psicológicos, a guarda para terceiros

malsucedida, a orfandade, o risco de vida na comunidade, o responsável impossibilitado de cuidar por motivo de doença, o responsável cumprindo pena privativa de liberdade, a entrega voluntária, a carência de recursos da família, a reintegração para os genitores malsucedida, a devolução por tentativa de colocação familiar malsucedida e abandono foram os motivos apresentados para a aplicação da medida protetiva de acolhimento das crianças e adolescentes referente aos índices analisados. Segue abaixo a Tabela 1 para melhor visualização, contendo os motivos de acolhimento, os municípios e o seu respectivo quantitativo de crianças e adolescentes incluídos de acordo com os motivos. Vale ressaltar que os municípios que não constam presentes conforme o motivo de acolhimento, demonstra indicativo que não houve crianças e adolescentes inseridos no acolhimento por tais motivos dentro do período analisado.

Tabela 1: *Motivo de acolhimento* em cada município

Motivo de acolhimento	**Município**	**Nº de C/A**
Negligência	Belford Roxo	5
	Duque de Caxias	11
	Japeri	1
	Mesquita	2
	Nilópolis	6
	Nova Iguaçu	17
	Queimados	17
	São João de Meriti	13
	Itaguaí	2
	Magé	7
	Seropédica	7
	Guapimirim	12
	Paracambi	1
	Total	**101**
Abuso sexual	Duque de Caxias	4
	Nova Iguaçu	2
	São João de Meriti	1
	Magé	1
	Total	**8**

Motivo de acolhimento		
	Município	**Nº de C/A**
Guarda para família extensa malsucedida	Belford Roxo	1
	Duque de Caxias	1
	Japeri	1
	Nova Iguaçu	1
	Queimados	1
	Itaguaí	3
	Magé	1
	Guapimirim	7
	Total	**16**
Transferência de outro regime de atendimento	Nova Iguaçu	1
	Guapimirim	2
	Total	**3**
Em razão de sua conduta	Belford Roxo	3
	Duque de Caxias	2
	Nova Iguaçu	7
	Queimados	2
	São João de Meriti	2
	Guapimirim	1
	Total	**17**
Situação de rua	Belford Roxo	3
	Duque de Caxias	1
	Mesquita	3
	Nova Iguaçu	2
	Queimados	3
	São João de Meriti	1
	Total	**13**
Adoção malsucedida	Belford Roxo	2
	Duque de Caxias	1
	Nova Iguaçu	6
	São João de Meriti	1
	Total	**10**
Abusos físicos e psicológicos	Belford Roxo	2
	Duque de Caxias	4

Motivo de acolhimento		
	Município	**Nº de C/A**
	Mesquita	3
	Nova Iguaçu	15
	Queimados	1
	Magé	3
	Total	**28**
Guarda para terceiros malsucedida	Belford Roxo	1
	Duque de Caxias	1
	Nilópolis	1
	Nova Iguaçu	1
	São João de Meriti	2
	Itaguaí	1
	Paracambi	1
	Total	**8**
Orfandade	Belford Roxo	3
	Duque de Caxias	1
	Nova Iguaçu	1
	Total	**5**
Risco de vida na comunidade	Duque de Caxias	2
	Nova Iguaçu	2
	Itaguaí	1
	Seropédica	1
	Total	**6**
Responsável impossibilitado de cuidar por motivo de doença	Duque de Caxias	1
	Magé	2
	Total	**3**
Responsável cumprindo pena privativa de liberdade	Duque de Caxias	1
	Nova Iguaçu	1
	Total	**2**
Entrega voluntária	Mesquita	1
	Queimados	1
	São João de Meriti	2
	Total	**4**
Carência de recursos da família	Nova Iguaçu	2
	Total	**2**

Motivo de acolhimento		
	Município	**Nº de C/A**
Reintegração para os genitores malsucedida	Nova Iguaçu	1
	Total	**1**
Devolução por tentativa de colocação familiar malsucedida	Queimados	1
	Total	**1**
Abandono	Belford Roxo	7
	Duque de Caxias	2
	Japeri	1
	Nilópolis	2
	Nova Iguaçu	9
	Queimados	2
	São João de Meriti	5
	Magé	7
	Guapimirim	1
	Total	**36**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre a tabela 1 é possível constatar que a negligência (101), o abandono (36), os abusos físicos e psicológicos (28), assim como a conduta da criança e do adolescente (17), a guarda para família extensa malsucedida (16), e a situação de rua (13) foram os motivos de acolhimento com maior índice. Todavia, o motivo de acolhimento que todos os municípios apresentaram foi a negligência.

No que se refere ao tempo de institucionalização representado na tabela 2, é possível destacar que o número de crianças e adolescentes que se encontram acolhidos com mais de dezoito meses equivale o percentual de 34,1% do quantitativo total, e 65,9% até com menos de um ano e seis meses. Embora o primeiro índice seja inferior ao segundo, ainda sim devemos problematizar estes números, uma vez que todos os esforços devem ser realizados para que não seja prolongado o tempo de institucionalização de uma criança e adolescentes, não devendo exceder 18 meses de acolhimento, haja vista o caráter provisório e excepcional dessa medida protetiva.

Tabela 2: *Tempo de Institucionalização*
Período de acolhimento

Município	Menos de 6 meses	Mais de 6 meses	Mais de 1 ano (-1 e 6 meses)	Mais de 1 e 6 meses	Mais de 3 anos	Mais de 4 anos	Mais de 5 anos	Mais de 10 anos
Belford Roxo	14	0	0	1	5	3	4	0
Duque de Caxias	14	10	1	2	0	1	1	3
Japeri	0	1	1	1	0	0	0	0
Mesquita	2	5	0	2	0	0	0	0
Nilópolis	4	0	4	1	0	0	0	0
Nova Iguaçu	25	8	8	12	2	7	5	1
Queimados	9	9	3	2	2	2	1	0
São João de Meriti	14	1	3	7	0	1	1	0
Itaguaí	1	0	3	3	0	0	0	0
Magé	9	6	2	2	1	0	0	1
Seropédica	2	0	1	5	0	0	0	0
Guapimirim	5	1	7	6	4	0	0	0
Paracambi	1	0	0	1	0	0	0	0
Total	**100**	**41**	**33**	**45**	**14**	**14**	**12**	**5**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé possuem crianças e adolescentes com mais de 10 anos institucionalizadas. Esses dados devem contribuir como indicador para a criação de políticas públicas que possam garantir o direito dessas crianças e adolescentes, primando pelo bem-estar, segurança e autonomia, considerando inclusive o período de pós-acolhimento.

Em suma, o 29º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro permeou uma análise muito rica das unidades de acolhimento da baixada fluminense do Rio de Janeiro, na modalidade abrigo institucional, quanto o seu quantitativo, o número de crianças e adolescentes acolhidos, dos aptos a adoção e o quantitativo desse público que não recebem visitas.

Este censo também proporcionou a obtenção de um panorama do perfil das

crianças e adolescentes que foram aplicadas a medida protetiva de acolhimento, como faixa etária, sexo, raça, deficiência e saúde, motivo do acolhimento, e sobre o tempo de institucionalização. Todavia, destaca-se que este ponto foi considerado uma possível fragilidade deste estudo, uma vez que esses dados relacionados ao perfil das crianças e adolescentes não são apresentados por modalidades, como abrigo institucional, casa-lar e família acolhedora, e sim apenas por meio do somatório desses índices. Destaca-se que a viabilização dos dados categorizados por essas modalidades possibilitaria uma análise mais sistêmica, sendo possível trazer com maior clareza o desenho das medidas protetivas de acolhimento, logo oportunizaria a possibilidade para a definição de estratégias para o desenvolvimento dessa política pública com maior eficiência.

A partir do censo analisado, outro ponto elencado como limitação neste estudo foi a ausência dos dados que permitiria realizar a associação do tempo de institucionalização das crianças e adolescente com as faixas etárias destes. Este indicador traria maior solidez ao estudo, pois possibilitaria mensurar sobre o perfil do público acolhido com maior índice do tempo de institucionalização, proporcionando assim a validação ou não do entendimento que as crianças e adolescentes com faixa etária mais elevada possuem maior propensão a permanência nas unidades de acolhimento até completar sua maioridade.

4. RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção almeja-se identificar a subjetividade das percepções dos técnicos das unidades de acolhimento quanto o andamento do acompanhamento realizado junto as crianças e adolescentes acolhidos, bem como seus entraves e desafios encontrados. Dessa forma, foi estabelecido o contato com os técnicos das unidades de acolhimento selecionadas, ou seja, da baixada fluminense, a fim de promover a aplicação de um questionário aberto com o intuito de aferir o grau de satisfação entre os técnicos, quanto à efetivação do acompanhamento e interação das demais redes de serviços. Destaca-se que o questionário foi elaborado a partir do Google Forms e sua aplicação realizada de

maneira remota, ou seja, através do envio on-line para os profissionais/técnicos das unidades de acolhimento.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Neste estudo possuímos a participação de 11 (onze) técnicos, dentre eles, 4 Psicólogos, 4 Assistentes Sociais, 1 Pedagogo, 1 Educadora Social que também exerce a função de Psicóloga e 1 Coordenadora que é Assistente Social. Dentre as categorias de profissionais sinalizadas, é possível constar que estes estão inseridos em suas funções laborativas, por meio do regime de contrato de trabalho a saber: (4) através de contrato, (3) CLT, (3) concursado, e (1) cargo em comissão, conforme demonstrado na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Categoria profissional dos participantes/regime de contrato de trabalho.

Categoria Profissional/Função Exercida	Regime de Contrato de Trabalho				Total
	Contrato	CLT	Concursada	Cargo em Comissão	
Psicóloga	1	2	1	0	4
Assistente Social	2	1	1	0	4
Educadora Social/Psicóloga	0	0	1	0	1
Pedagoga	1	0	0	0	1
Coordenadora de abrigo/Assistente Social	0	0	0	1	1
Total	4	3	3	1	11

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre a carga horária dos participantes foi possível identificar que 63,6% dos profissionais realizam 30 horas semanais, seguido de 18,2% que cumprem 20 horas, assim como aqueles que executam suas atividades por meio de 16 e 40 horas, ambos com 9,1%. A Tabela 2 evidencia a carga horária dos participantes, segundo as categorias profissionais.

Tabela 2: Categoria profissional/ carga horária.

Categoria Profissional/Função Exercida	Carga Horária				Total
	30h semanais	16h semanais	20h semanais	40h semanais	
Psicóloga	2	1	1	0	4
Assistente Social	4	0	0	0	4
Educadora Social/Psicóloga	0	0	1	0	1
Pedagoga	1	0	0	0	1
Coordenadora de abrigo, Assistente Social	0	0	0	1	1
Total	7	1	2	1	11

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentre os técnicos participantes e a relação com o tempo de atuação na unidade de acolhimento a qual estão inseridos, 54,5% possuem entre 1 a 3 anos de trabalho, 18,2% obtém entre 4 a 7 anos, e 27,3% entre 8 a 19 anos desempenhando a atividade específica, conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3: Categoria profissional/ tempo de atuação.

Categoria Profissional/Função Exercida	Tempo de Atuação			Total
	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 19 anos	
Psicóloga	0	2	2	4
Assistente Social	3	0	1	4
Educadora Social/Psicóloga	1	0	0	1
Pedagoga	1	0	0	1
Coordenadora de abrigo, Assistente Social	1	0	0	1
Total	6	2	3	11

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.1.1. Característica das unidades de acolhimento

Em meio a análise das respostas dos questionários, identificou-se que os participantes estão inseridos em instituições com tipo de organização variando entre pública, privada e filantrópica, no entanto apresentando o maior percentual referente a esfera pública com 81,8% dos técnicos, segundo tabela 4.

Tabela 4: Tipo de organização das unidades de acolhimento.

	Tipo de Organização			
Municípios	**Pública**	**Privada**	**Filantrópica**	**Total**
Duque de Caxias	5	0	0	5
Seropédica	1	0	0	1
Mesquita	1	0	0	1
Nilópolis	2	0	0	2
São João de Meriti	0	1	0	1
Nova Iguaçu	0	0	1	1
Total	9	1	1	11

Fonte: Elaborado pelo autor.

Convém pontuar que vários foram os contados com os técnicos das unidades de acolhimento dos 13 municípios da baixada fluminense, todavia foi percebido um grande receio para o preenchimento dos questionários, mesmo sendo apresentada a proposta e objetivo deste estudo. Diante do resultado da tabela 4, podemos conjecturar que os profissionais inseridos nas organizações de âmbito público possuem maior receptividade, no que diz respeito, a intenção de analisar, dialogar e problematizar sobre sua prática profissional e a política pública inserida.

No que concerne acerca da capacidade dos acolhidos inseridos nas unidades de acolhimento, ou seja, o limite máximo de inserção das crianças e adolescentes na determinada instituição analisada, é certo dizer que encontramos uma variação desses números, pois 54,5% destas possuem a capacidade máxima para 20 crianças e/ou adolescentes, 9,1% admitem o quantitativo de 15, 16, 25 crianças e/ou adolescentes em todos os casos e por fim, identifica-se 18,2% com o limite de capacidade de 10 crianças

e/ou adolescente conforme se apresenta na tabela 5.

Tabela 5: Perfil das Unidades de acolhimento quanto a capacidade máxima de acolhidos, sexo e faixa etária.

Municípios de Atuação dos participantes	**Capacidade Máxima dos Acolhidos na Unidade**	**Perfil de Inclusão dos Acolhidos na Unidade**
Duque de Caxias	10 adolescentes	Masculino 12 a 16 anos
Duque de Caxias	20 crianças	Sexo masculino e feminino. Idade entre 4 a 12 anos.
Seropédica	25 crianças e adolescentes	Feminino e masculino. Idades entre 0 a 18 anos.
Mesquita	15 crianças	Misto, até completar 12 anos
Nilópolis	20 crianças	Ambos os sexos. 0 a 11 anos
São João de Meriti	20 crianças e adolescentes	Em uma unidade, meninos de 7 a 18 anos e na outra meninas de 12 a 18 anos
Duque de Caxias	16 adolescentes	Masculino de 12 a 17 anos e 11 meses e 29 dias
Duque de Caxias	20 adolescentes	Feminino, de 12 a 18 anos
Nova Iguaçu	10 crianças.	Primeira Infância de 0 a 3 anos e 11 meses.
Nilópolis	20 crianças	Crianças de 0 a 12 anos. Sendo 8 meninas, 8 meninos e 4 bebês.
Duque de Caxias	20 crianças	Crianças de ambos os sexos, de 6 a 12 anos de idade

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda na Tabela 5, sobre as características das unidades de acolhimento dos profissionais participantes, a análise revela a existência de perfis diversificados para inclusão do público alvo, ou seja, das crianças e adolescentes. Dentre as unidades analisadas, apenas uma atendem crianças e adolescentes de ambos os sexos e com a faixa etária entre 0 a 18 anos de idade. Na maioria das unidades de acolhimento identifica-se a separação por faixa etária, além disso também sendo existente o recorte por gênero em quatro (4) instituição. Seis (6) unidades de acolhimento admitem acolhidos de ambos os gêneros, no entanto delimitando a faixa etária de crianças até 11 e/ou 12 anos de idade. E dentre estas, duas (2) unidades não incluem as primeiras faixas etárias, ou seja, uma absorvendo crianças a partir de 4 anos e a outra de 6 anos de idade.

Um ponto a ser destacado sobre a análise anterior, está pautado na seguinte fundamentação e sendo necessário ressaltar que embora a tabela acima evidencia a ausência de um padrão e distinção referente a idade e sexo do perfil para a inclusão dos

acolhidos, as normativas legais preveem a não separação de grupos de irmãos quando a ocorrência de faixas etárias e gênero fora do perfil das unidades de acolhimento. Este assunto requer um debate aprofundado, talvez em um próximo estudo, pois é passível de questionamento ao considerar que essas delimitações de perfis para inclusão poderão prejudicar o poder judiciário na busca das unidades de acolhimento para a inclusão de grupos de irmãos e consequentemente na execução da medida protetiva de acolhimento.

Outro ponto analisado na tabela 5, está relacionado a resposta de uma das participantes, pois foi possível supor que a mesma atua em duas unidades de acolhimento no município de atuação, assim despertando a atenção sobre essa questão, já que dessa forma pressupõe que dentro de sua carga horária, as demandas acabarão se duplicando, por sua vez, a qualidade do serviço ofertado poderá ser reduzido.

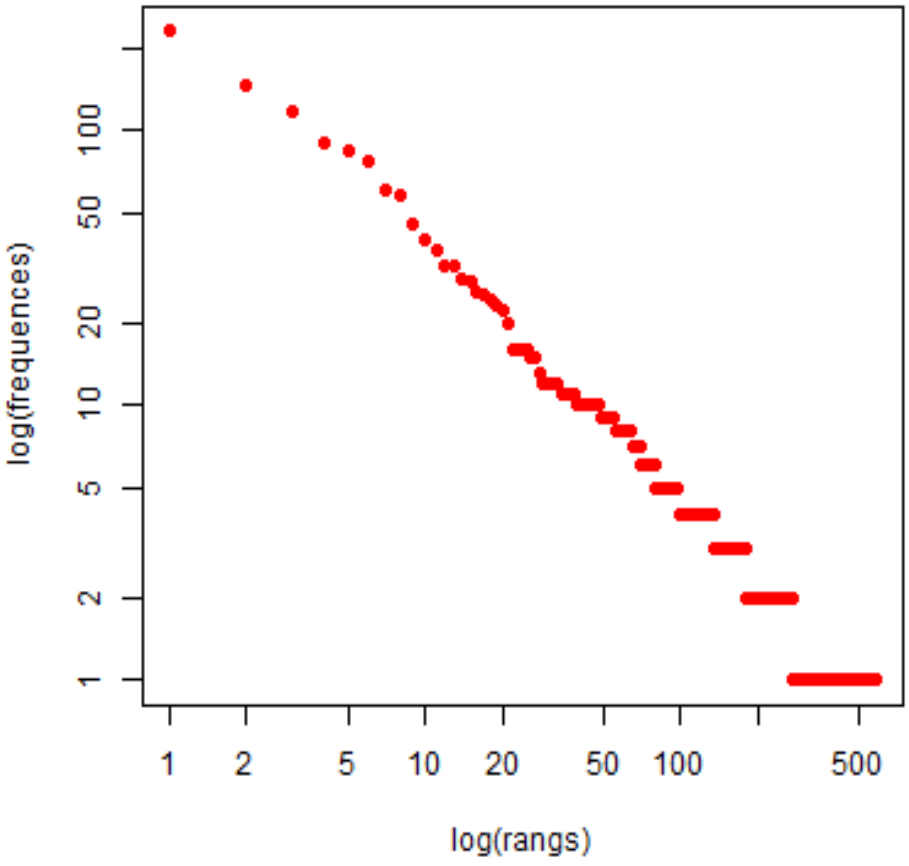
4.2. *IRAMUTEQ* E DIFERENTES ANÁLISES

Como mencionado anteriormente, este estudo se propôs analisar o corpus textual do arquivo submetido a partir do Software IRaMuTeQ, onde permeou a descrição dos conteúdos presentes nos questionários respondidos pelos técnicos das unidades de acolhimento, na modalidade abrigo institucional, da baixada fluminense. Nas propriedades chaves do IRaMuTeQ foram selecionadas as seguintes classes gramaticais sendo elas: os adjetivos, os verbos, nome comum ligado ao substantivo e as formas não reconhecidas, pois utilizamos o hífen para unificar a análise de algumas palavras com vocabulário específico da área. Dessa maneira as palavras relacionadas as classes gramaticais sinalizadas acima serão consideradas como formas de palavras ativas para análise, todavia o software também apresenta os resultados das palavras/formas complementares. Posto isso, nos subcapítulos subsequentes será abordado sobre as diferentes formas de análise aplicado do corpus textual extraído.

4.2.1. Análise de estatística.

Sobre as estatísticas do corpus textual analisado, ou seja, a descrição dos conteúdos presentes nos questionários respondidos pelos técnicos das unidades de acolhimento da baixada fluminense, é possível considerar que o maior número de palavras possui a frequência reduzida, e havendo poucas palavras com repetições dentro do nosso corpus textual, conforme demonstrado no quadro 1.

Quadro 1: Análise estatística



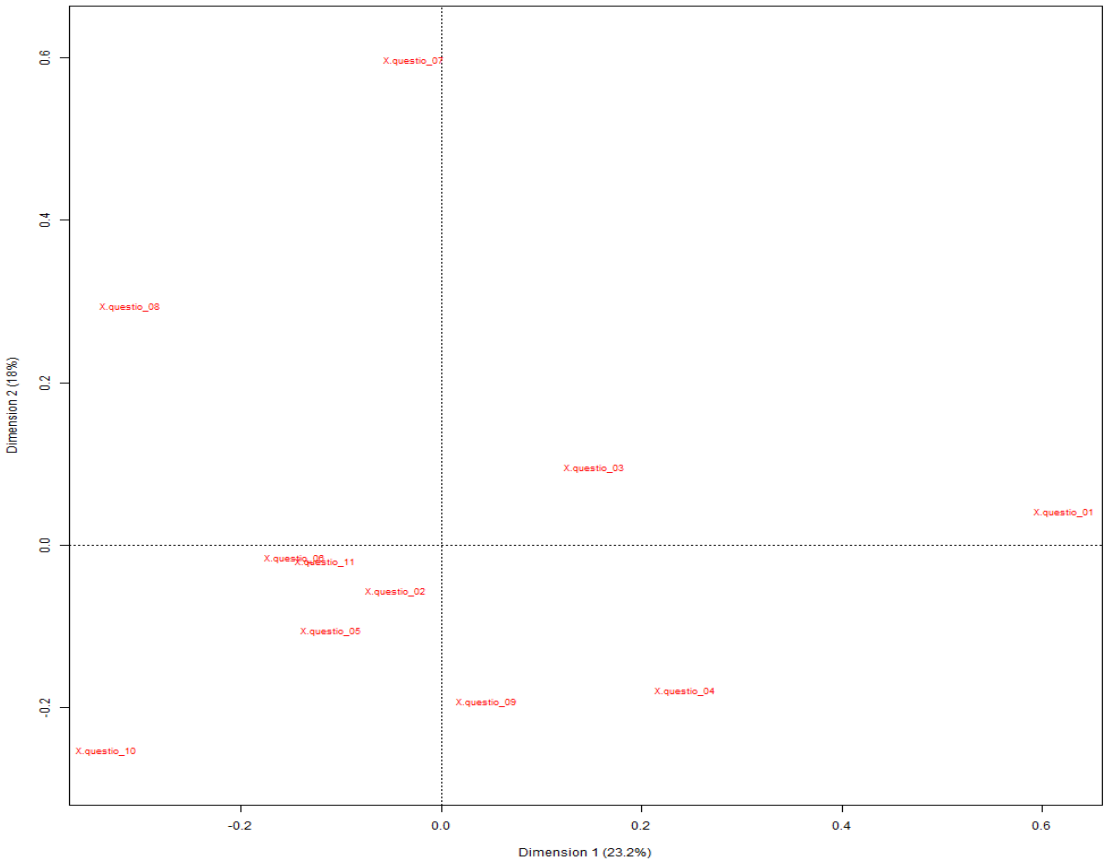
Fonte: Elaborado pelo autor.

Convém ressaltar que quadro acima está representado em logaritmo, demonstrando no eixo vertical as frequências das palavras e quantidade das palavras no eixo horizontal.

4.2.2. Análise de especificidade e fatorial de correspondência

Nesta etapa foram analisadas as palavras/formas ativas, e as modalidades definidas no corpus textual criado, ou seja, por meio dos 11 questionários respondidos, sendo nomeado como *questio_01 assim sucessivamente, conforme apresentado no quadro 2.

Quadro 2: Especificidade e AFC



Fonte: Elaborado pelo autor.

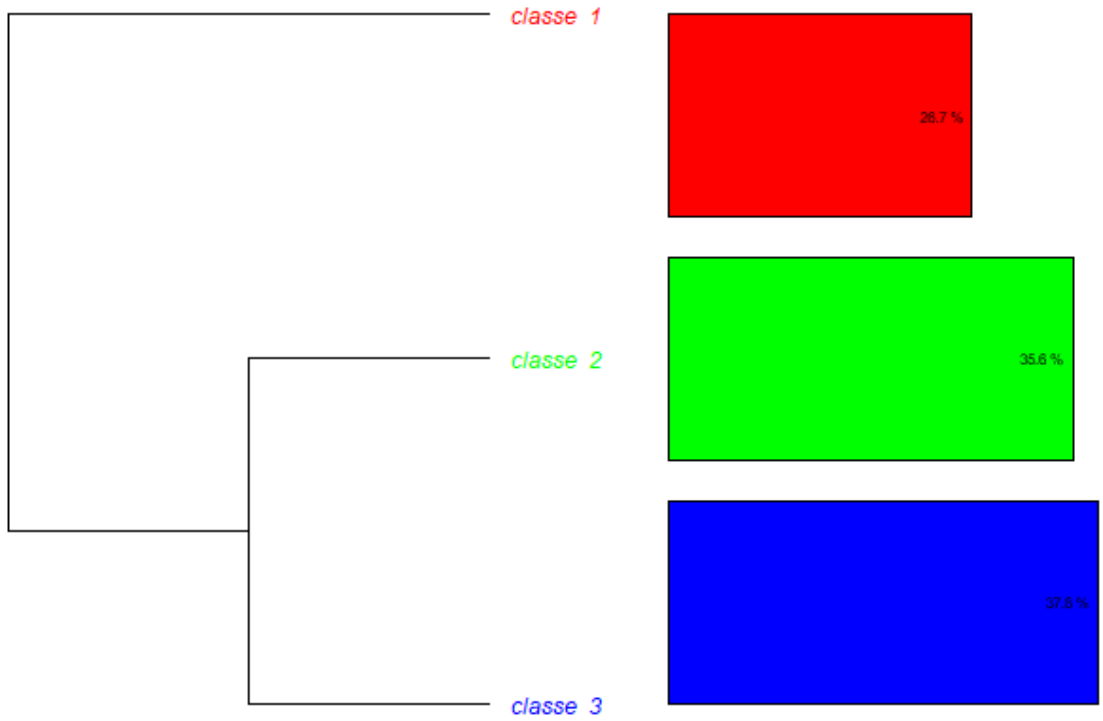
O quadro 2 se propõe mostrar as características do corpus textual realizando uma comparação das posições das palavras entre as respostas dos 11 questionários analisados, no que diz respeito ao distanciamento e a proximidade dos vocabulários.

Neste sentido as respostas dos questionários apresentados no quadro 2, com proximidade nas determinadas áreas de divisões possuem maior inclinação para a abordagem de palavras e posicionamento semelhantes. Já para aqueles questionários que se encontra com distanciamento um dos outros revelam que estes apresentam vocabulários com tendência a ser diferente.

4.2.3. Análise de classificação hierárquica descendente: dendrogramas.

A classificação por meio do método de Reinert realiza a tentativa de mostrar os diferentes vocabulários existentes no corpus submetido, através da divisão em classes. Nesse sentido o corpus desse estudo, referente as respostas obtidas por meio do questionário aplicado junto a equipe técnica das unidades de acolhimento, apresentou três (3) classes de vocabulário no segmento textual conforme apresentado no quadro 3.

Quadro 3: Classificação: método de Reinert.

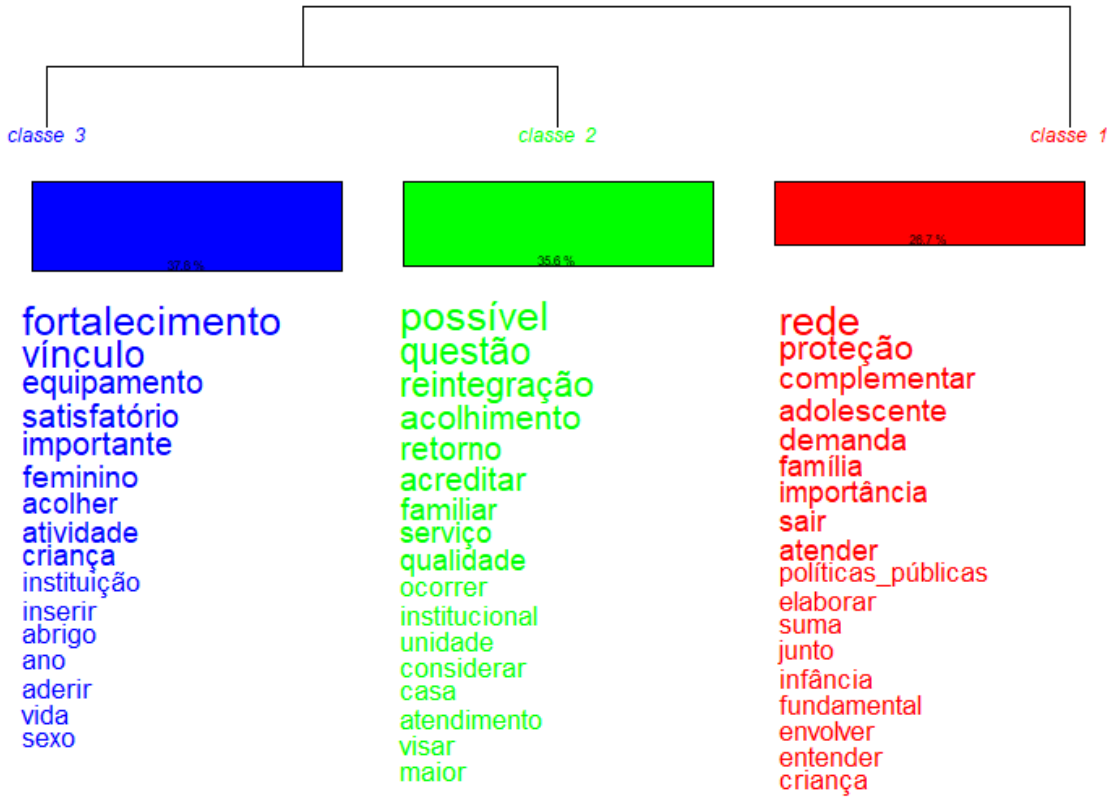


Fonte: Elaborado pelo autor.

Sendo assim os questionários deste estudo apresentou três vocabulários diferentes, ou seja, as classes dos vocabulários, sendo estas divididas por três segmentos, onde a classe 1 deriva a classe 2 e 3.

Para complementação da análise iniciada no quadro 3, o IRaMuTeQ também fornece a classificação das palavras presentes nos vocabulários, isto é, em cada classe, de acordo com o quadro 4.

Quadro 4: Palavras por classificação



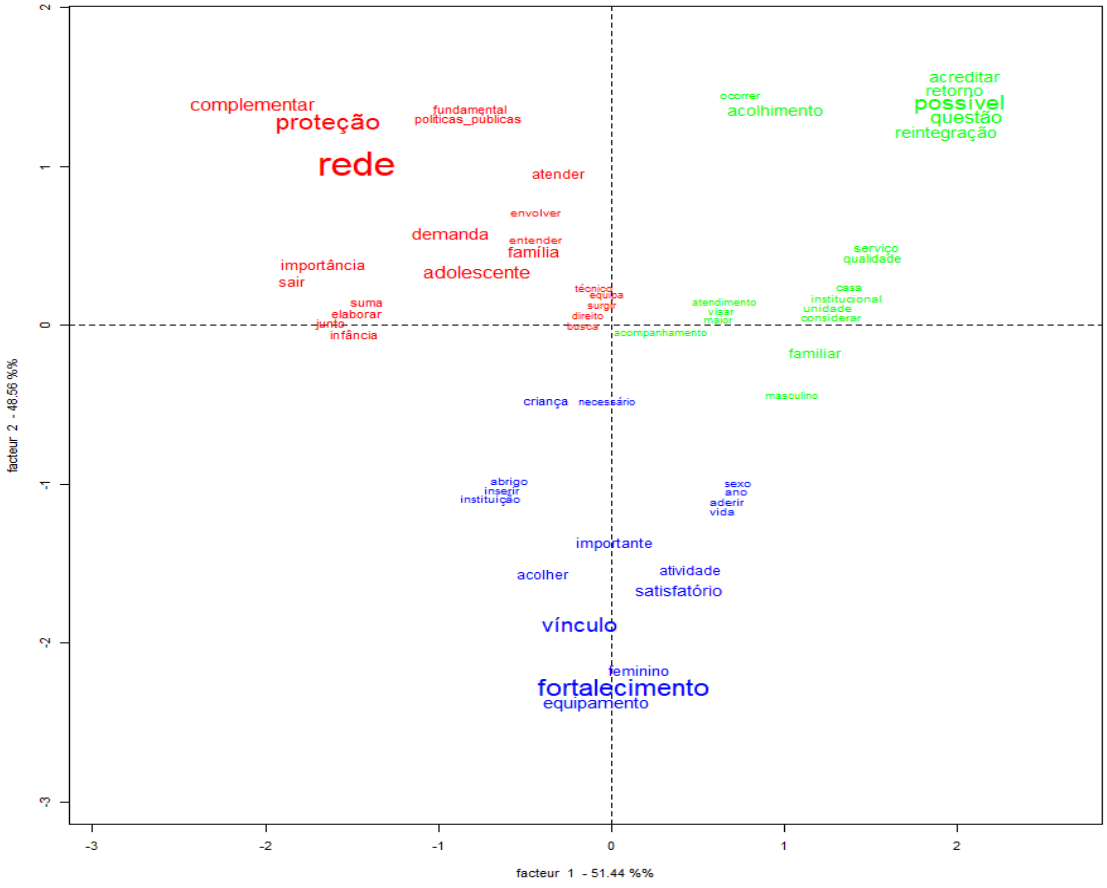
Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 4 evidencia que a classe 1, que corresponde a 26,7% do corpus de texto inserido, sendo possível identificar que as palavras rede, proteção, complementar, adolescente, demanda, assim por diante faz parte dos vocabulários que compõe essa classificação. Já as classes que é derivada da primeira, encontramos a classe 2 que

constitui 35,6% dos textos inseridos apresentando as palavras possível, questão, reintegração, acolhimento dentre outros vocabulários em destaque. E por fim a classe 3 que representa 37,6% dos textos inseridos estando em destaque as palavras, fortalecimento, vínculo, equipamento, satisfatório, importante, e outras como explicitado acima.

O IRaMuTeQ também permite explicitar as palavras por um gráfico em plano, com tamanho da fonte e em cores diferenciadas, onde é possível comparar os vocabulários e suas proximidades. Para melhor compreensão segue o quadro 5

Quadro 5: Plano do vocabulário por classe



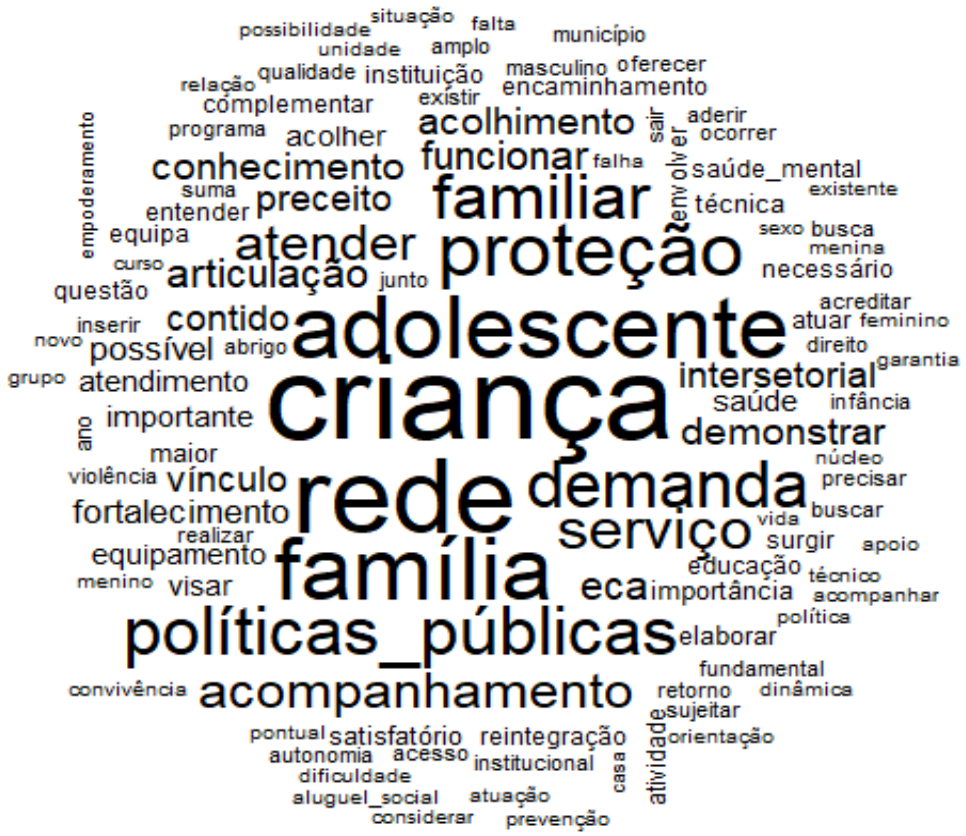
Fonte: Elaborado pelo autor.

Para aquelas palavras presentes no quadro 5 que se encontram nas extremidades do quadro, é certo dizer que são vocabulários mais singulares, específico de um texto, e aquelas palavras mais centralizadas supõe que estas acabam surgindo no contexto das demais.

4.2.4. Análise por meio da nuvem de palavras

O IRaMuTeQ possibilita, além das análises demarcadas até o momento, apresentar com base na frequência das palavras uma nuvem de palavras acerca do corpus textual. Os textos analisados neste estudo, por meio das respostas dos questionários aplicados, permitiram a criação do seguinte quadro 6.

Quadro 6: Nuvem de palavra



Fonte: Elaborado pelo autor.

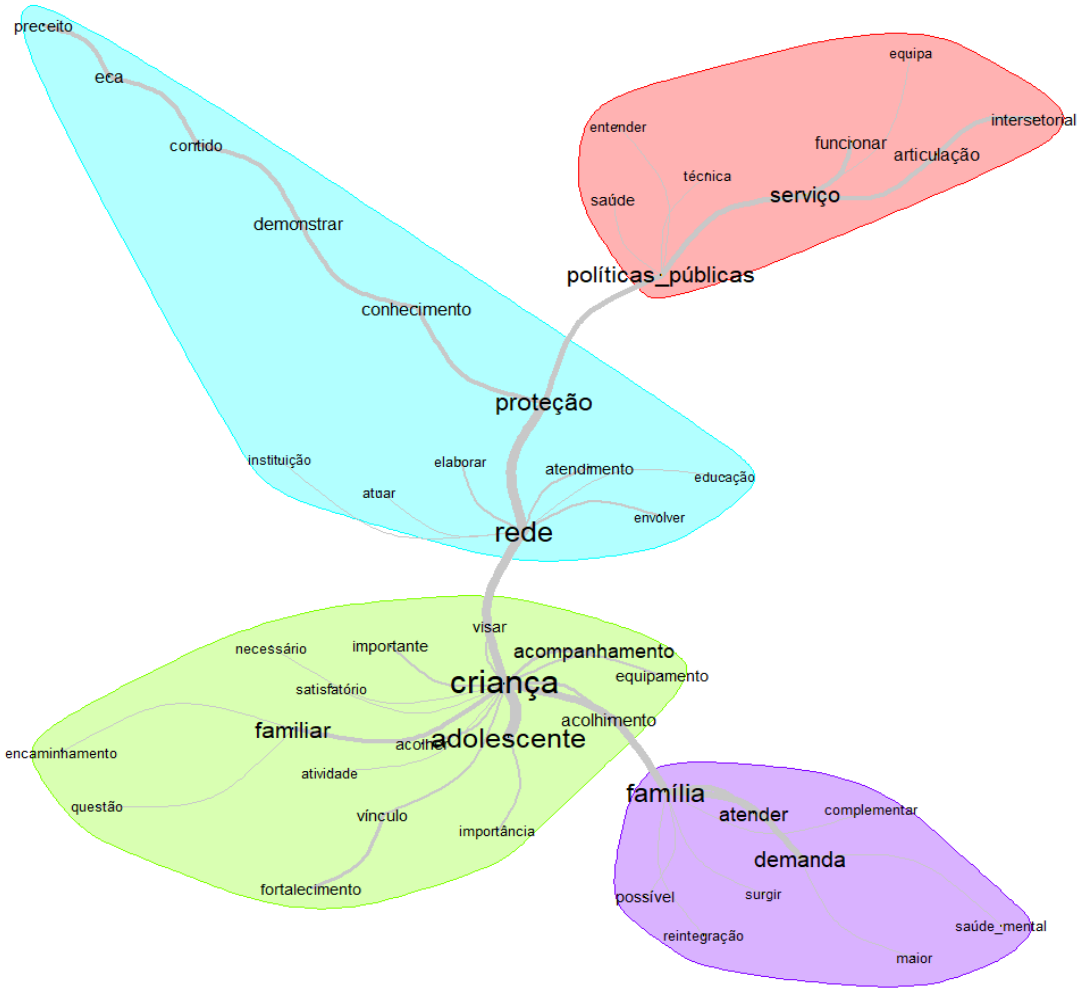
Ao analisar o quadro 6 é possível constatar que as palavras criança, adolescente, rede, família, políticas públicas, proteção, demanda, acompanhamento, familiar e serviço possuem um maior destaque na imagem apresentada, logo estas possuem maior

frequência no corpus textual analisado, concluindo assim que são expressões utilizadas regularmente dentre os participantes.

4.2.5. Análise de similitude

Esta análise permite apresentar nos vocabulários do corpus textual, a partir da frequência das palavras no texto, as conexões de proximidade das mesmas. Nesta vertente, o corpus textual analisado neste estudo, para melhor análise e compreensão dos vocabulários foi delimitado para a utilização das palavras que possuía a frequência de até 4 vezes. Segue abaixo o quadro 7.

Quadro 7: Quadro de Similitude



Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 7 permite analisar o conjunto das palavras interligadas. Dessa maneira as palavras apresentadas em cada grupo com fonte superior, acaba estando interligadas entre os grupos. Frente a este prisma, as palavras proteção e rede estão interligadas com as expressões políticas públicas e serviço, assim como criança, adolescente e familiar existente no outro grupo que por sua vez matem relação com as palavras família, atender e demanda existente no grupo de cor lilás. Convém pontuar que cada grupo possui palavras que acaba derivando outros vocabulários a partir dos segmentos de ligação. Dando exemplo é possível sinalizar que no grupo de cor verde claro, a palavra proteção mantém o elo sobre a expressão conhecimento, demonstrar, assim sucessivamente. E a palavra rede mantém ligação direta com os vocábulos instituição, atuar, elaborar, atendimento, educação e envolver.

4.3. DISCUSSÃO DOS DADOS

Como já abordado neste estudo, a assistência social se caracteriza pelo seu papel de garantir a proteção social, considerando a intersetorialidade, junto as famílias assistidas que dela necessita, enquanto uma política pública não contributiva e como direito do cidadão (BRASIL, 1988; 2009a; 2005). A assistência social compondo o tripé da seguridade social, juntamente com a política da saúde e da previdência social, se fundamenta por meio da integralização de ações e iniciativas com intuito de garantir a materialização e acesso aos direitos acerca dessas esferas (MACIEL; ALCHORNE, 2022), sobretudo, sendo necessário a articulação com as demais políticas públicas e sociais com intuito de assegurar o bem-estar, a promoção do desenvolvimento social, a garantia do princípio da dignidade da pessoa humana e as condições de vida de forma digna (BRASIL, 1988; 2009a; 2005).

Frente a este prisma é evidente salientar que na execução da assistência social, em meio aos serviços ofertados através da classificação das formas de proteção social, sendo ela básica e especial, onde esta última se apresenta por meio de média e alta complexidade (BRASIL, 2014), urge a necessidade de interlocução constante entre os

atores das diversas esferas das políticas públicas e sociais com intuito de garantia dos direitos sociais dos indivíduos. Sendo assim, a intersetorialidade entre as demais políticas públicas e sociais é essencial para promover o rompimento do ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social, e para que assim possa ser evitado que as famílias e indivíduos tenham seus direitos violados, ocorrendo assim as situações de vulnerabilidades e riscos (BRASIL, 2005). Considerando este fator fundante e determinante na condução da assistência social, e trazendo para o debate a alusão associando a análise de classificação do corpus textual relativo as respostas dos participantes, é possível identificar a existência dos vocabulários apresentados na classe 1, onde as palavras rede e proteção se tornam presentes em maior destaque, dando sequência a outras palavras correlacionadas.

Dando destaque a rede de proteção, no que concerne ao funcionamento da articulação intersetorial entre as demais políticas públicas e serviços, os profissionais participantes em parte demonstraram que no município de atuação essa prática coexiste. Todavia, também havendo a presença de técnicos que sinalizaram que essa articulação funciona às vezes, bem como na maioria das vezes, sendo necessário em alguns casos provocar a rede para o acontecimento das intervenções. Além disso fora pontuado que a articulação entre a rede não funcionava, principalmente com o âmbito da saúde. E de outro modo encontramos também a afirmativa que a articulação intersetorial entre a rede funcionava com uma certa dificuldade, pois para este à rede socioassistencial é um problema crônico.

Frente a estes argumentos, convém pontuar que devido a excepcionalidade da medida protetiva de acolhimento e seu caráter provisório, todos os casos das crianças e adolescentes passam a serem acompanhados pelas instâncias do poder judiciário, logo, sua atuação objetivará a instrumentalização do direito (SILVA; ROCHA; LIMA, 2019) por meio de intervenções, sentenças e manifestações que em grande parte determina o envolvimento da atuação da assistência social, além das outras políticas públicas, visando o melhor interesse desse público específico. Não obstante, mesmo diante deste fato, ainda sim encontramos os entraves relacionados ao não funcionamento da articulação da rede intersetorial e este ponto acaba sendo um dificultador para que o trabalho junto as famílias dos acolhidos sejam fragilizados e/ou inviabilizados para se alcançar o resultado para a reintegração familiar. A não atuação das políticas

intersetoriais nas demandas das crianças/adolescentes acolhidos, assim como no acompanhamento de seus familiares, acaba por reproduzir a visão de culpabilização das famílias, sem problematizar que a questão social, compreendida como as diversas expressões das desigualdades sociais, acabam sendo intrínsecas ao sistema capitalista (NETTO, 2013) que desencadeiam arranjos sociais que as reproduzem (IAMAMOTO, 2022), e tendenciam a naturalização dessa desigualdade (FARIAS, 2019), e dessa forma se materializando à judicialização da questão social, em meio ao redirecionamento da referência de responsabilidade de atuação do órgão executivo para o judiciário (BARISON; GONÇALVES, 2016; SILVA; ROCHA; LIMA, 2019).

Sobre a perspectiva de rede, no que concerne a incidência da violência intrafamiliar, torna-se necessário salientar que o encaminhamento formal das demandas de uma instância/órgão de proteção para outro simplesmente como procedimento padrão, não é suficiente para a busca de superação e redução dos casos, sendo preciso o envolvimento e integração dos atores e das políticas públicas como estratégia de atuação para a busca da garantia dos direitos e proteção integral (FALEIROS, 2010). Sendo assim, pensar rede de proteção requer compreender esta como engrenagem para ação interdisciplinar e conjunta com os demais serviços e políticas (SOARES; ENGELBRECHT, 2019). A intersetorialidade objetiva fomentar as ações para a garantia da proteção social, compreendendo a corresponsabilidade entre as políticas, frente as demandas apresentadas, no caso deste estudo acerca do acompanhamento das crianças/adolescentes acolhidos e seus familiares, desse jeito é preciso que haja o afastamento de uma prática com divisões dentro da estrutura organizacional das políticas públicas, assim como a individualização e a concorrência entre elas (ALCHORNE; MACIEL, 2019).

Na mesma vertente ligada ao debate traçado acima, quando buscamos saber sobre a percepção acerca das demandas das crianças/adolescentes e de seus familiares, no que diz respeito se estas estavam sendo atendidas plenamente pela a rede de proteção foi possível identificar uma cisão nas respostas, pois alguns profissionais sinalizaram que sim e outros apontaram que não. Um profissional embora tenha respondido que as demandas estavam sendo atendidas plenamente pela rede, ao dar complementariedade ao seu argumento, no final da frase destacou que seria por meio da proteção social básica e especial, ou seja, este estava se referindo apenas a assistência social e não as

demais políticas e serviços. Foi identificado também respostas sinalizando que as demandas das crianças e adolescentes são atendidas pela rede, no entanto das famílias nem sempre são atendidas plenamente.

Sobre as maiores demandas de acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidas e de seus familiares que surgiram em meio a este estudo é possível citar a saúde mental com maior proporção, seguida da utilização por parte da família de substâncias psicoativas como álcool e outras drogas. Todavia, a violência familiar, a negligência, maus-tratos, abandono, o fortalecimento de vínculos, a educação, a saúde, inclusive o apadrinhamento afetivo surgiu como demandas mais elevadas. Ramos (2020) elucida que o apadrinhamento afetivo é uma forma de garantir o direito a convivência familiar e comunitária para os casos de acolhidos com vínculos rompidos e com possibilidades remotas de reintegração e adoção. Sobre a demanda da saúde mental, convém ressaltar a importância do serviço de acolhimento possuir em sua equipe, categorias de profissionais capacitados para o atendimento e manejo junto ao público demandante dessa atenção específica, acima de tudo uma relação muito próxima com o âmbito da saúde (LICIO et al. 2021b), dessa forma o apoio multidisciplinar da rede é primordial (GONÇALVES et al. 2021).

Diante deste prisma nos cabe a reflexão, considerando que as mazelas sociais são advindas do modo de desenvolvimento econômico vigente, ou seja, o capitalismo, que desencadeiam questões estruturais, e que as famílias não são atendidas ou com acesso insuficiente as políticas públicas e/ou serviços (SILVA; FOGAÇA, 2019; MATA, 2021; IAMAMOTO, 2022), como podemos esperar que os motivos que ensejaram o acolhimento das crianças e adolescentes sejam superados? O atendimento das demandas das crianças e dos adolescentes é algo que de fato deve ser almejada, no entanto, o acompanhamento na unidade de acolhimento não se restringe a este fim, pois para se alcançar o objetivo principal do trabalho técnico devemos compreender a família (MATA, 2021), seja de origem ou extensa, como alvo de atuação para a reintegração, e nos casos constatados a impossibilidade deste feito, a inserção em uma família substituta deverá ser o objeto de atuação, após decisão judicial (SILVA; MOTTA, 2020), e inclusão dos dados referente ao acolhido no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento- SNA (CNJ, 2020). Não é em vão que o Sistema Único de Assistência Social- SUAS define e organiza em seus pilares a matricialidade sociofamiliar como

elemento essencial para atuação, ou seja, a família é vista como base central para atendimento da assistência social, logo, encontramos este conceito enquanto princípios da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005; SILVA; OLIVEIRA, 2019).

Frente a esta lógica das demandas da família a serem supridas como alvo de intervenção profissional da rede intersetorial de proteção é que devemos salientar a importância do acompanhamento familiar. Para os técnicos que responderam este estudo todos ressaltaram a importância do acompanhamento familiar, assim como sua extrema necessidade. Dentre as respostas, (4) quatro profissionais associaram esse tema ao fortalecimento de vínculos, e (3) três a reintegração familiar das crianças e adolescentes, considerando neste último caso, que sem a existência do acompanhamento familiar a ocorrência da reintegração seria inviabilizada e que a realização ou não do trabalho técnico junto as famílias permearia que a reintegração seja bem-sucedida ou fracasse, sendo salientado que o foco é o acontecimento do desligamento o mais breve possível (ROCHA; ARPINI; SAVEGNAGO, 2015). Além disso, a compreensão acerca do acompanhamento familiar também fora correlacionada ao trabalho de prevenção, de garantia dos direitos e de redução que estes sejam violados, bem como, de compreensão da dinâmica familiar, para que assim, seja possível o encaminhamento para os equipamentos disponíveis. Relacionado a isto e no que tange o olhar e cuidado para as crianças e adolescentes devemos ter em mente que, para que a família possa exercer o seu papel e possuir capacidade protetiva, o Estado deve garantir seus direitos e proteção social, ou seja, intervir para suprir e ofertar suas necessidades sociais básicas (MATA, 2021), só assim será possível que esta garanta condições para prevenção, proteção, dentre outros pontos essenciais para um contexto familiar saudável (BRASIL, 2005). Nesta perspectiva de acompanhamento familiar e sua importância, apenas um participante trouxe em seus argumentos o ponto relacionado a matricialidade familiar (SILVA; OLIVEIRA, 2019; MATA, 2021), como demonstrado a seguir:

> Extremamente importante, pois um dos princípios da PNAS é o da matricialidade familiar, ou seja, objetivos centrados na família, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, sendo a família foco principal no atendimento visando sobretudo a reintegração familiar de crianças (questio_04).

Este estudo também revelou a percepção acerca da insuficiência ou não do acompanhamento familiar por meio da rede, no momento que antecede o acolhimento, haja vista, a medida protetiva aplicada e seu caráter excepcional. Foi percebido o entendimento da existência de uma falha ou lacuna acerca desse acompanhamento

anterior da rede que acaba gerando o acolhimento institucional, e em muitos casos desdobrando na ação de destituição do poder familiar. O acontecimento de algumas formas de risco social e violações foram colocadas como fatores relacionados a ausência de uma política de assistência social e de saúde eficaz, além de ser disposto a verificação da ocorrência de falhas por meio do conselho tutelar.

Sobre este último aspecto, em uma resposta específica, foi identificado que o profissional não considerou que a rede foi insuficiente no acompanhamento, porém evidenciou que o conselho tutelar não dialogou com a rede, para compartilhar o caso e realizar um estudo para possíveis intervenções junto a rede familiar. Frente a este argumento, nos cabe refletir, embora o conselho tutelar seja um órgão autônomo, este está vinculado a uma estrutura do poder executivo (CONANDA, 2001) e fazendo parte inclusive do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente- SGD, sendo assim, fazendo parte da rede de proteção (CONANDA 2006; ALVES et al, 2020), nos permitindo dessa forma constatar que houve insuficiência no acompanhamento prestado pela rede.

Outros aspectos das respostas que merecem destaques para serem problematizados estão pautados nos seguintes argumentos: que se atuação no âmbito da proteção e prevenção fosse exercida junto as demandas das famílias de maneira ampla, o acolhimento institucional não aconteceria. E que após o acolhimento, o acompanhamento passa ter um olhar mais amplo, com o envolvimento das outras políticas. Além de ser enfatizado sobre a demora para a rede identificar a violência intrafamiliar, logo, ocorrendo a ausência de intervenções da rede para cessá-la. Ainda sobre este prisma é necessário evidenciar as respostas a seguir demonstrando que:

> É possível notar em alguns casos a falta ou insuficiência de investimentos dessa rede de proteção. Crianças chegam ao SAI (Serviço de Acolhimento Institucional) sem que alguns núcleos familiares tenham sido acompanhados por equipamentos da Proteção Social Básica (CRAS), e na Proteção Social Especial, na Média Complexidade (CREAS). Além de outros serviços de Saúde, Educação, dentre outros (questio_04)

> ... entendo que a demanda seja maior do que a quantidade e qualidade do serviço prestado. Num município de grande porte (...) ainda vemos sujeitos que não conseguem acessar as políticas públicas (questio_07)

Neste sentido Dionisio (2022) ressalta sobre a existência de grandes obstáculos para o bom desempenho da lógica do Sistema de Garantia de Direito das crianças e adolescentes e de seus familiares, citando como exemplo a ausência de recursos

humanos, a fragilidade na capacitação profissional, a inexistência de um fluxo de trabalho ou sua indevida utilização. Não obstante, esta mesma autora esclarece acerca da responsabilidade de toda a rede de proteção de forma articulada, realizando a alusão a uma engrenagem, acrescentando que os atores sociais envolvidos neste sistema, considerando a características específicas de sua profissão, devem convergir com o ideal de defesa, promoção e controle da violação do direito, funcionando articulando, mobilizando, e integrando os serviços, para assim materializar o conceito de proteção integral.

Seguindo a ótica da pergunta debatida acima, mas divergindo com as ideias apresentadas até o momento, convém destacar que um profissional em sua resposta sinalizou que não julgava que o acompanhamento da rede de proteção tenha sido insuficiente no momento anterior ao acolhimento, todavia acrescentou que acreditava que houve a falha de comunicação entre estas. Diante do argumento desta última frase, urge a necessidade de trazer para o debate novamente sobre a importância de uma rede intersetorial consolidada e articulada (JACQUES; OLIVEIRA, 2020) na execução das intervenções, no campo das políticas públicas e sociais, sobretudo, quando pensamos sobre a materialização das propostas de atuação junto ao público acolhido e seus familiares, dessa forma, não podemos conceber como aceitável a ausência de atuação da rede de proteção e/ou ações com serviços desconectados, desencontrados e sobrepostos (MOREIRA, 2014; MATA, 2021), “trabalhar em rede exige habilidade para lidar com grupos diferentes e dialogar em prol de um objetivo em comum, que é o desenvolvimento humano e social” (CERQUEIRA; RIZZINI, 2020, p. 28).

Outrossim, nos deparamos com respostas sinalizando que nem sempre podemos considerar que as investidas das redes para cessar a violência, risco social e/ou negligência, antes do acolhimento foram insuficientes, pois é alegado que muitas vezes são esgotadas todas as possibilidades, no entanto é visto que a qualidade de prevenção para aquele núcleo familiar, não houve êxito por diversos motivos, sendo assim, as relações familiares passam a serem judicializadas (MATA, 2021). E que, quando isso ocorre e se esgotam as possibilidades do viés de fortalecimento de vínculos, acaba incorrendo a possibilidade desse acolhido permanecer na unidade até sua maioridade, além do mais, estudo revela que o índice de adotados se reduz conforme a faixa etária do acolhido se eleva e que a idade da criança e do adolescente que está disponível para

adoção exerce grande influência na vinculação entre estes e os possíveis pretendentes (CNJ, 2020). Esta lógica nos coloca uma nova reflexão, ao completar 18 anos, este jovem, estando preparado ou ao contrário, para encarar os desafios do mundo externo passará pelo o desacolhimento, que acaba de forma antecipada gerando diversos sentimentos e inquietações sobre a fase que estará por vir, em vista disso, o trabalho da equipe deve estar pautado no viés para a busca da autonomia, e do processo de reinserção de forma ampliada, ou seja considerando as instâncias familiar, comunitária e social da vida deste jovem (CERQUEIRA; RIZZINI, 2020).

Ainda neste viés este estudo desejou compreender com os profissionais, como a unidade de acolhimento que atua conta com o apoio do município e da rede para os casos dos adolescentes prestes a completar sua maioridade, sem perspectiva de reintegração familiar, no que concerne as propostas e execuções de ações que venha garantir sua autonomia. Sobre este aspecto, alguns profissionais salientaram que não atendem este público específico, haja vista, o perfil pré-determinado da instituição relacionado a faixa etária. Dentre aqueles que atendem a faixa etária até 18 anos, encontramos entre as respostas a inserção no mercado de trabalho como uma das ações realizadas junto a estes jovens como uma forma de promoção para uma vida segura e com dignidade, assim como surgiu a inclusão no aluguel social para garantir assim uma moradia após o desacolhimento. Destarte que o serviço de república apenas foi sinalizado em uma resposta, porém para enfatizar sua inexistência no munícipio. Este serviço trata-se de um acolhimento que proporciona suporte e moradia subsidiada aos jovens em situação de vulnerabilidade e risco social e outras características que os enquadrem neste perfil, onde o processo de desligamento de instituições de acolhimento está contida (BRASIL, 2009b). Nove estados no Brasil possuíam este serviço sendo representados pelo quantitativo de 30 unidades no ano de 2018 (LICIO et al. 2021b). No ano de 2021 foi inaugurada a primeira república municipal no Rio de Janeiro, sendo elencado como pretensão a implementação de mais quatro unidades até 2024 (PREFEITURA DO RIO, 2021), onde ainda sim seria certo dizer que no Estado do Rio de Janeiro este serviço é insuficiente para a demanda existente, frente a reduzida cobertura, inclusive a nível nacional (LICIO et al. 2021b; LICIO et al. 2021a).

Na perspectiva de trabalho realizado com as crianças e adolescentes e suas famílias, no viés de garantia de direito, e integralidade das ações (JACQUES;

OLIVEIRA, 2020) que é necessário a compreensão do ECA, por tal motivo foi incluído neste estudo uma pergunta sobre este assunto, buscado identificar se toda a rede de proteção da criança e do adolescente do município de atuação do participante, possuía o conhecimento acerca dos preceitos contidos nesta legislação, no que diz respeito ao caráter excepcional e temporário do acolhimento institucional (LICIO et al. 2021a). A afirmativa sobre o conhecimento da rede sobre essa concepção contida no ECA se destacou com maior proporção nas respostas, no entanto, também surgindo as expressões alguns e na maioria das vezes, ou seja, ainda deixando claro a existência de lacunas para a oferta do serviço com qualidade, e o compromisso com as crianças e adolescentes enquanto sujeito de direitos e de proteção integral como abordado por Ramos (2020). Frente a está indagação, uma profissional salienta que não existe um compromisso, fazendo acreditar que é por parte da gestão, de preparar os profissionais que não exercem o papel técnico para atuar junto ao público específico atendido. Todavia, torna-se primordial, para uma boa atuação junto as crianças e adolescentes acolhidas que todos os profissionais dessas unidades tenham habilidades, competências e conhecimento teórico sobre a área (GONÇALVES et al. 2021). É necessário salientar que a cartilha de orientações técnicas dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes na estrutura do capítulo II, descreve a importância da capacitação e formação continuada para todos os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento, onde nessa prática é possível envolver além destes, a rede de atendimento e os demais atores do SGD, fortalecendo assim para o diálogo e troca entre eles, e para articulação (BRASIL, 2009b).

Como vimos anteriormente Alchorne e Maciel (2019) ao abordarem sobre a intersetorialidade enfatizam sobre a importância da corresponsabilidade entre as políticas públicas. Diante deste prisma, buscamos identificar este assunto neste estudo, sobre a perspectiva dos profissionais participantes em seu campo de atuação. As respostas revelaram que mais da metade dos profissionais sinalizaram que em meio a articulação e atuação das demais políticas públicas e serviços de proteção estes se envolviam exercendo um papel meramente complementar, ou seja, não se colocando como corresponsáveis no acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidos e de seus familiares. A política da saúde e educação foram citadas neste viés, sendo que esta última foi descrita por um profissional por meio de uma atuação, em alguns casos,

“meramente política”. Frente a esta abordagem é percebido que Licio et al. (2021b) converge com essas percepções, ao ser enfatizado sobre a insuficiência da integração entre as unidades de acolhimento e o SGD na totalidade, salientando sobre a necessidade de esforços amplos sobre essa questão, propondo a partir de algumas instâncias nacionais, que seja definido protocolos de responsabilidades para todos os atores desse sistema, assim permeando a troca de informação e adoção de estratégias para promover essa integração na ponta.

Sobre o plano individual de atendimento da criança/ adolescente e da família este estudo expôs em maior proporção que este instrumento, tido como norteador das intervenções a serem adotadas durante o acolhimento, com intuito de modificar os motivos que determinaram a aplicação dessa medida protetiva (BRASIL, 2009b), é elaborado pelas equipes dessas unidades e que a rede acaba não se envolvendo nessa construção, atuando somente quando surge as demandas pontuais. Segundo o artigo 101, § 4º e 5º do ECA o plano individual de atendimento deverá ser elaborado pela equipe técnica da unidade de acolhimento contendo propostas com objetivo de reintegração familiar, considerando a opinião do acolhido e a escuta dos familiares ou responsáveis, e ocorrendo de forma articulada com as demais instâncias da rede (BRASIL, 2009b). Todavia, em meio a investigação de Licio et al. (2021b) foi identificado que no ano de 2014 as propostas contidas nesse plano não contemplavam em sua maioria o viés da convivência familiar e comunitária, ou seja, caminhando desalinhado com os preceitos contidos no ECA.

Outro ponto que se mostrou neste estudo refere-se as formas que são desenvolvidas as potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e o empoderamento de suas famílias, surgindo em meio as respostas o diálogo, a inserção em programa de renda, em atividades educativas, em atendimentos psicológicos, de esporte e lazer, o encaminhamento para cursos profissionalizantes, além do acompanhamento durante as visitas e a materialização do projeto livro da vida. Esta última ação objetiva a promoção da concepção da identidade individual, através do incentivo junto à criança e ao adolescente para a construção de um livro que conte a história, podendo conter em seu interior fotos, lembranças, registro, dentre outras maneiras que consiga captar as etapas de vida dos acolhidos, pois com o desacolhimento este será um dos itens a ser entregue, juntamente com seus pertences

pessoais (BRASIL, 2009b). A construção deste livro durante a institucionalização é uma forma de registro das vivências, captando essa história sem a intenção de ocultá-la, e sim tornando transparente e positiva (VIDIGAL, 2008). Além do mais as potencialidades e empoderamento são estimuladas por meio:

> ... de atendimentos sistemáticos pelos técnicos da instituição e através dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS. Além de oficinas, atividades em grupo, assembleias, etc (questio_04).
>
> São realizadas escutas individualizadas e coletivas, dinâmica de grupos e roda de conversa, objetivando checar as potencialidades do ser, para que possamos realizar encaminhamentos e inscrições em demandas específicas, visando a autonomia e maior empoderamento destes (questio_02).
>
> Inserindo-as em atividade e projetos que possam fazer que se sintam protagonistas e não coadjuvantes em sua vida (questio_08).

Seria correto afirmar que as unidades de acolhimento, por meio de suas equipes movem esforços para reduzir ao máximo o tempo de permanência da criança e dos adolescentes e para isso torna-se essencial a materialização de intervenções intrínsecas ao serviço citando como exemplo o atendimento psicossocial, reuniões junto aos familiares, visitas domiciliares dentre outras ações que podem contribuir sobremaneira nesse processo (LICIO, et al. 2021b; LICIO, et al. 2021a). Nessa circunstância, outro ponto almejado à identificação foi se os profissionais consideravam que o acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidos e de seus familiares era tido por eles como satisfatório, ao passo de contribuir no processo de superação dos motivos que ensejaram o acolhimento institucional da criança/adolescente. Como resultado obtivemos a dualidade das respostas, pois uma parcela dos profissionais sinalizou que concebia o acompanhamento como satisfatório, associando nessa questão a atuação técnica, por meio da busca pelo fortalecimento de vínculo, orientações, encaminhamentos, e as intervenções para proporcionar o empoderamento desses sujeitos. Já a outra parcela destaca que nem sempre esse acompanhamento é satisfatório, pois em algumas situações os resultados são tristes e que demanda a melhoria do trabalho em rede, almejando agilidade para os atendimentos e eficácia no trabalho. É também compreendido que o acompanhamento contribui no processo de superação dos motivos que levou o acolhimento, mas não os solucionam por completo, porque envolve a atuação de políticas públicas falhas. Além disso, identificou-se outros argumentos pautados na devolutiva do compromisso da família e da rede, acerca do

acompanhamento a serem tratados como sendo satisfatório ou não para esta superação, como demonstrado a seguir:

> Satisfatório desde que sejam aderidos pelos responsáveis em questão, temos encontrado muita resistência dos familiares atualmente, fazendo com que a destituição seja maior do [que] a reinserção (questio_10).

> Sobre minha atuação, considero que em todos os casos esse acompanhamento ocorre da melhor maneira possível. Porém é preciso reforçar: quando se trata de famílias atendidas nessas circunstâncias, precisamos de toda rede trabalhando em conjunto e com continuidades, pois o trabalho envolve todos atores da rede de garantia de direitos (questio_09).

Sob nova perspectiva visamos identificar se unidade de acolhimento de atuação dos profissionais que responderam este estudo era vista pelo gestor da política de assistência social, demais políticas públicas e comunidade como espaço de proteção e de garantia de direito, que prima pela convivência familiar e comunitária e que para isso é necessário ofertar a qualidade dos atendimentos de forma que possa minimizar os impactos do acolhimento, por meio de vivências positivas e reparadoras junto às crianças e aos adolescentes e a preparação para o retorno da convivência familiar (GONÇALVES et al. 2021). Acerca desse ponto, obtivemos em maior proporção as respostas afirmando que todos os atores sinalizados acima possuíam a imagem da unidade de acolhimento conforme destacado anteriormente. Entre as explanações fora destacado que a unidade de acolhimento visava proteger, cuidar e trabalhar junto aos acolhidos para a retomada junto a família e sociedade, além disso a autonomia para os casos próximo de completar a maioridade. E que dentro do limite é buscado realizar a reparação na vida dos acolhidos, proporcionando a estes o que está preconizado no ECA, favorecendo que esta vivência institucional passe a ser menos traumática conforme é apontado em Gonçalves et al. (2021). O acompanhamento familiar, o encaminhamento para o Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS e outros equipamentos visando o desenvolvimento das famílias também foram sinalizados, além da informação da existência de uma rede específica para o atendimento junto as crianças e adolescentes acolhidos, e que as ações advindas das unidades de acolhimento são delimitadas pela qualidade de atendimento ao público atendido, sendo permeado estudos, acompanhamentos, articulações e organizações almejando a reintegração familiar.

Entretanto, neste mesmo aspecto foi possível verificar a existência de discursos

com pontos a serem melhorados a saber: a fragilidade no preparo para o retorno da convivência familiar, para aqueles casos de impossibilidade de reintegração familiar ou adoção, o apoio no trabalho acerca da autonomia, e a dificuldade de respostas junto à família que acaba não aderindo as propostas da equipe, ocasionando assim a inclusão do acolhido para adoção, neste último caso na perspectiva sinalizada por Malucelli (2022). Segue abaixo a reflexão de um profissional sobre a existência da compreensão do papel da unidade de acolhimento por parte da gestão atual, no entanto:

> Pela comunidade, ainda falta maior esclarecimento sobre o ECA, CF, PNCFC, dentre outros. Sobre as demais políticas públicas, percebemos ainda alguns profissionais que atuam em tais serviços sem o conhecimento pleno da proteção à Infância, levando a ações técnicas com base em senso comum e que violam os sujeitos ainda mais (questio_04).

No que tange o entendimento da importância do acompanhamento sistemático e efetivo de toda a rede de proteção junto as crianças e adolescentes que se encontram nas unidades de acolhimento, e de seus familiares, com vista a garantia dos direitos e ao acesso aos direitos fundamentais, considerando inclusive o momento posterior ao desacolhimento, foi observado que, com exceção de uma profissional, todos os demais descreveram a importância e relevância da materialização dessa prática nestes moldes, compreendendo que dessa forma será evitado o regresso da criança e do adolescente e/ou novos acolhimentos, permitirá fortalecer, reconstruir/construir vínculos rompidos ou inexistentes, viabilizar o acesso às políticas públicas para assim, proporcionar a qualidade de vida, o bem-estar do público alvo e para a inclusão dos acolhidos na sociedade após o desacolhimento. Com a reintegração as equipes técnicas das unidades de acolhimento permanecem pelo período de pelo menos seis meses acompanhando a criança/adolescente e sua família (BRASIL, 2009b; LICIO et al. 2021b). Outrossim, no intuito de demonstrar a relevância dessa atuação foi elencado que após o desligamento da criança e do adolescente a rede de proteção já existente e atuante no acompanhamento do caso dará continuidade as intervenções e ações propostas, incluindo a permanência da equipe técnica da unidade de acolhimento neste processo por mais um tempo determinado, bem como a busca para o fortalecimento dessa rede. Sendo assim, sobre essa perspectiva essa prática é considerada de:

> Suma importância o acompanhamento antes, durante o acolhimento e

> posteriormente, quando há a desinstitucionalização pela rede de proteção à Infância e adolescência. Zelando pelos direitos dessa população infantojuvenil, cada ator do SGD (Sistema de Garantia de Direitos) dentro de sua especificidade, evitando novas violações, visando a Proteção Integral (questio_04).

Como mencionado uma profissional abordou essa questão trazendo para o debate o relato da ausência de investimento e ineficiência nas esferas governamentais, sinalizando que este acompanhamento sistemático e efetivo da rede, deste público específico inclusive após o desacolhimento deveria ser prioridade, problematizando ainda mais seus argumentos ao destacar que muitas das vezes esses indicadores objetivam recursos. Destarte que mesmo com os avanços históricos explícitos sobre a política voltada para as crianças e os adolescentes, ainda hoje nos deparamos com diversos desafios para a materialização dos preceitos contidos nos aparatos legais, nesse caso se traduzindo por meio dos entraves para efetivar os direitos fundamentais do público aqui referido (MALUCELLI, 2022).

Em suma, frente ao exposto nesta seção de discussão decorrente da apropriação dos conteúdos advindos tanto da coleta dos resultados e as análises advindas do IRaMuTeQ, quanto das respostas do questionário aplicado, é possível afirmar que este estudo proporcionou um amplo debate e um olhar analítico das questões apresentadas a partir da subjetividade dos participantes. Além do mais, foi possível identificar percepções dos profissionais que responderam a pesquisa, acerca do acompanhamento realizado, os entraves e desafios encontrados e aferir o grau de satisfação entre estes técnicos, quanto à efetivação do acompanhamento e interação dos demais atores da rede de serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou expor o tema referente as crianças e adolescentes das unidades de acolhimento na modalidade abrigo institucional, e suas demandas, assim como de sua família, de acompanhamento da rede intersetorial de serviços, uma

vez que esse debate se torna imprescindível para que possamos problematizar a prática profissional e intervenções existentes, para que só assim seja possível clarificar os desafios e entraves e propor estratégias de superação destes obstáculos, com vista a garantia dos direitos e proteção da infância e da adolescência em questão e de seus familiares. As perguntas que nortearam essa pesquisa estavam relacionadas em primeiro lugar a indagação se seria possível assegurar a eficiência dos serviços responsáveis no acompanhamento familiar, no que diz respeito a promoção do acesso aos serviços e prevenção das mazelas sociais, e em segundo lugar se estes mesmos serviços e políticas públicas/sociais iriam conseguir contribuir no processo de superação dos motivos que determinaram o acolhimento institucional da criança/adolescente.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa foi ressaltar a importância do acompanhamento sistemático e efetivo de toda a rede de proteção às crianças e adolescentes acolhidos e de seus familiares, com vista a garantia dos direitos e ao acesso aos direitos fundamentais. No entanto, para a materialização dessa proposta foi compreendido enquanto objetivos específicos a elucidação da abordagem da Assistência Social como Política Pública, direito do cidadão e dever do Estado, tal qual a importância de enfatizar sobre os preceitos contidos no ECA, no que diz respeito ao caráter excepcional e temporário do acolhimento institucional, assim como evidenciar a essencialidade da intersetorialidade entre as políticas públicas, e o papel de corresponsabilidade de todos os serviços de proteção no acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidos e de seus familiares.

Posto isso, ressalta-se que esta pesquisa trouxe contribuições significativas acerca da proposta apresentada, evidenciando que não é possível proporcionar a proteção às crianças e adolescentes acolhidos, sem a existência de uma rede fortalecida, integrada e articulada, e acima de tudo que compreenda a família como norte de atuação. A assistência social, sendo política pública abordada nesta pesquisa, atuante junto ao público aqui referido através das unidades de acolhimento enquanto local de pesquisa empírica, não se sustenta em seu papel garantidor dos direitos sociais, atuando de forma isolada. Dessa maneira, as políticas públicas devem conceber sua função enquanto corresponsáveis no atendimento das demandas das crianças e adolescentes acolhidos e de seus familiares, de modo a conceber a integralidade dessa atenção conforme o proposto no SGD, que visa a promoção, defesa e controle por meio de

mecanismos, e ações articuladas e integradas entre os atores sociais envolvidos neste processo de garantia dos direitos humanos da infância e adolescência.

Para tanto, as ações e encontros visando a proximidade, o diálogo e a articulação entre os atores dessa rede intersetorial se torna ponto precípuo, assim como a capacitação e formação continuada. Por conseguinte, devemos compreender que todos os atores desse sistema de garantia dos direitos, estão lidando com vidas, e que a ausência e/ou ineficiência da oferta de um serviço e atuação das políticas públicas poderá interferir no rumo da história desses assistidos, tanto positivamente, como em seu oposto.

Não obstante, convém salientar que a questão social, que se traduz por meio das diversas expressões das desigualdades sociais, é intrínseca ao modo de desenvolvimento econômico/social vigente, logo, não devemos naturalizar as mazelas sociais advindas deste sistema, e sim, permear por meio das políticas públicas formas para superá-las, através da garantia dos direitos sociais, o acesso aos serviços e a inclusão em benefícios sociais.

Destarte que, para a materialização desta pesquisa foi necessário transpor algumas limitações manifestadas ao longo de todo processo. Dentre as limitações encontradas, a pandemia sobremaneira impactou na operacionalização desta pesquisa, uma vez que as medidas de segurança e proteção para seu enfrentamento foram determinadas de forma mundial, sendo assim o contato físico junto aos profissionais seria pouco recomendado. Além disso, também fora considerado como aspecto limitador, a dificuldade para adesão dos profissionais para a participação da pesquisa frente a correlação de forças existente na relação empregado/empregador e vínculo profissional, percepção esta, ora velada e ora explicita, por meio de alguns argumentos e impedimentos para o acesso aos profissionais. Outra limitação que é possível sinalizar está relacionado ao impasse ocasionado pela dificuldade de comunicação com as unidades de acolhimento por meio dos telefones fixos disponibilizados, através do cadastro do MCA, onde nesse caso foi necessário lançar mão da articulação entre os profissionais para alcançar o número de participantes referido nesta pesquisa.

Como recomendação para os próximos estudos, aproveito para destacar que seria interessante promover esta mesma pesquisa em outras regiões do Rio de Janeiro, como nos municípios do sul fluminense, com objetivo de comparar a realidade de cada região

quanto ao perfil dos acolhidos, as demandas de acompanhamento, os entraves e desafios encontrados pelas equipes atuantes nessas unidades de acolhimento, assim como, a compreensão sobre como funciona o diálogo e articulação entre a rede intersetorial. Transpondo a perspectiva deste estudo atual, também seria produtivo incluir no campo da investigação a participação de outros atores do SGD, para que assim seja possível compreender o olhar e percepção daqueles que atuam vinculados de forma externa as unidades de acolhimento, mas que possuem grande participação nos resultados obtidos, frente ao acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidos e de seus familiares.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Raquel Moura Lins et al. Evaluation of institutional foster care services for children and adolescents in Recife. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 529-542, 2018.

ACIOLI, Raquel Moura Lins et al. Foster care time and characteristics of adolescents under foster care by type of institutional services. Recife, Brazil, 2009-2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 553-562, 2019.

ALCHORNE, Sindely Chaim de Avellar; MACIEL, Heloisa Helena Mesquita. Proteção Social e intersetorialidade: Desafios em muitas faces. Tópicos em Políticas e Serviço Social, Volume 1, Ed. Poisson, 1ª Edição, 2019.

ALMEIDA, Ney L. T. de; ALENCAR, Mônica M. T. de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas.** São Paulo: Saraiva, 2011.

ALVES, Renan Mendonça et al. Assessoria em serviço social ao conselho tutelar de São Borja (RS): tecendo com a rede de proteção. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 68997-69004, 2020.

ARAUJO, André Wesley de et al. Analysis of fine motor control in institutionalized sheltered children and adolescents through performance in computer software. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 38, 2020.

ARAUJO, C. de S.; QUEIROZ, A. C. de S. Covid-19 e o acolhimento

institucional para crianças e adolescentes: uma breve análise. **Serviço Social em Debate**, *[S. l.]*, v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/4914. Acesso em: 17 jun. 2022.

ARAUJO, Litiane Marins Motta Marins; ALEXANDRE, Joyce Silva; SANTOS, Tatiane Duarte dos. Adoção em período de pandemia: reflexos diante do isolamento e a necessidade do adotante guardião e o adotado. **Revista de Direito da Unigranrio**, v. 11, n. 2, p. 1-24, 2021.

ARIA, Massimo; CUCCURULLO, Corrado. bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of informetrics**, v. 11, n. 4, p. 959-975, 2017.

ARRUDA, Isabel Campos de. O cotidiano de um abrigo para crianças e adolescentes: uma simplicidade complexa. Mestrado em Serviço Social. PUC/SP, 2006.

BARBOSA, Rosangela N. de C; CARDOSO, F. G; ALMEIDA, Ney L. T. de. **A Categoria "processo de Trabalho" e o trabalho do assistente social.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 58. Editora Cortez, 1998.

BARISON, Mônica Santos; GONÇALVES, Rafael Soares. Judicialização da questão social e a banalização da interdição de pessoas com transtornos mentais. **Serviço Social & Sociedade**, p. 41-63, 2016.

BASSOLI, Eiza Nádila; FIGUEIREDO, Vanessa Cartherina Neumann. Desafios do trabalho de educadoras sociais em casas de acolhimento. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 2396-2410, 2020.

BEHRING, Elaine R. e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** Biblioteca Básica de Serviço Social. Cortez: São Paulo, v. 2, 3. Ed. 2007.

BRASIL. Código de Ética do Assistente Social, Resolução CFESS nº 273, 1993.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. CNAS- Resolução 145, de 15 de outubro de 2004.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm**.** Acesso em: 22 de julho de 2022.

Brasil. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento/ Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4513.htm. Acesso em**:** 22 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#art123. Acesso em 22 de julho de 2022.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990a. Brasília.

BRASIL. **Lei nº 8.742/1993. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS Anotada**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Brasília, 2009a.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, 2009c.

BRASIL. Lei nº 13.509, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.** Altera a Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm**.**

BRASIL. **Norma Operacional Básica- NOB SUAS 2012.** Brasília, 12 de dezembro de 2012.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS-NOB-RH/SUAS.** BRASÍLIA, dezembro de 2006.

BRASIL. **Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** 2ª Edição- Brasília, 2009b.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 – Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional da Assistência Social. Brasília, 2005.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**: Resolução de número 109, de 11 de novembro de 2009- reimpressão 2014.

CALDAS, Paula da Silva. O Paradigma dos novos movimentos sociais para a

defesa dos direitos da criança e do adolescente–breves análises. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 18, n. 2, p. 69-78, 2012. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180415221529id_/http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/759/653. Acesso em 22 de junho de 2022.

CALDAS, Paula da Silva; BARROS, Nívea Valença. Efetivação do ECA junto as políticas de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes na Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/A_EFETIVACAO_DO_ECA_JUNTO_AS_POLITICAS_DE_ENFRENTAMENTO.pdf. Acesso em 22 de junho de 2022.

CARLOS, Diene Monique et al. Institutional shelter to protect adolescent victims of domestic violence: theory or practice?. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 21, p. 579-585, 2013.

CERQUEIRA, Carla; RIZZINI, Irene. Espaços de escuta e participação no contexto de acolhimento institucional. **Rio de Janeiro: CIESPI**, 2020.

CERUTTI, Neusa Figueredo; CESCONETO, Eugenia Aparecida. O Contexto do (Des) Monte da Política de Fortalecimento do Direito a Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes e seu Aguçamento na Pandemia de Covid-19. X Jornada Internacional Políticas Públicas. Trabalho alienado, destruição da Natureza e crise de hegemonia. Consciência de Classe e lutas sociais na superação da barbárie. Ambiente virtual, 16 a 19 Nov, 2021.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento/ Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2020.

CNS. Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 196, de 10 de outubro de 1996.

CNS. Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012

CNS. Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016

CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Resolução nº 75 de 22 de outubro de 2001.

CONANDA. RESOLUÇÃO Nº 113, DE 19 DE ABRIL DE 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CONEP. Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS. Brasília, 03 de março de 2021.

CONEP. Ofício Circular Nº 23/2022/CONEP/SECNS/DGIP/SE/MS. Brasília, 17 de outubro de 2022.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Penso Editora, 2021.

DERVIŞ, Hamid. Bibliometric analysis using Bibliometrix an R Package. **Journal of Scientometric Research**, v. 8, n. 3, p. 156-160, 2019.

DINIZ, I. A.; ASSIS, M. O.; SOUZA, M. F. S. DE. Crianças Institucionalizadas: Um olhar para o desenvolvimento socioafetivo. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, p. 261-285, 7 mar. 2018.

DIONISIO, Tainá Silva. O conselho tutelar em interface a prioridade absoluta: desafios para a rede de proteção à Infância e adolescência no município de Palhoça/SC. 2022.

DOS SANTOS SARAIVA, Vanessa Cristina; ALMEIDA, Carla Cristina Lima. Direito à convivência familiar e comunitária: o Cadastro Nacional de Adoção sob a mira das lutas antirracistas. **O Social em Questão**, v. 24, n. 50, p. 293-310, 2021.

EPIFANIO, Thais Pacheco; GONCALVES, Monica Villaca. Children as subjectos endowed with right: a systematic review of children in situation of institutional care. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional-Brazilian Journal of Occupational Therapy**, v. 25, n. 2, p. 373-386, 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário, 2010.

FARIAS, Jalon Nunes de. O assistencialismo na assistência social brasileira: o papel do assistente social. Tópicos em Políticas e Serviço Social, Volume 1, Ed. Poisson, 1ª Edição, 2019.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. Elsevier Brasil, 2017.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. **Serviço Social & Sociedade**, p. 142-168, 2014.

FERREIRA, Vanda Valle de Figueiredo; LITTIG, Patrícia Mattos Caldeira Brant; VESCOVI, Renata Goltara Liboni. Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 165-174, 2014.

GOMES, Ana Lígia; TORRES, Abigail. SUAS na pandemia: planejamento para assegurar proteção. **Vira e Mexe**, 2020.

GONÇALVES, Fabiana Pires et al. O trabalho em uma instituição de acolhimento à crianças e adolescentes: relato de experiência Work in a child and adolescent care institution: experience report. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 4, p. 18139-18150, 2021.

GUEDES, Carina Ferreira; SCARCELLI, Ianni Regia. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. SPE, p. 58-67, 2014.

GUHA, Mirna. 'Safe spaces' and 'bad'girls:'child marriage victims''experiences from a shelter in Eastern India. **Gender, Place & Culture**, v. 26, n. 1, p. 128-144, 2019.

GULER, Arzu Tugce; WAAIJER, Cathelijn JF; PALMBLAD, Magnus. Scientific workflows for bibliometrics. **Scientometrics**, v. 107, n. 2, p. 385-398, 2016.

HALPERN, Elizabeth Espindola; LEITE, Ligia Maria Costa; MORAES, Mayara Cristina Muniz Bastos. Seleção, capacitação e formação da equipe de profissionais dos abrigos: o hiato entre o prescrito e o real. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, p. 91-113, 2015.

HELIOTERIO, Margarete C. et al. Covid-19: por que a proteção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde é prioritária no combate à pandemia? Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, 2020.

HINDT, Lauren A. et al. Impact of emergency shelter utilization and kinship involvement on children's behavioral outcomes. **Child maltreatment**, v. 24, n. 1, p. 76-85, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO de Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. - 41. Ed - São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Cortez Editora, 2022. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=9qF9EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=iamamoto&ots=dRGF6NFBSE&sig=vAYZjRV9HFhd71gadnaly2uv2VI#v=onepage&q=banaliza%C3%A7%C3%A3o&f=false. Acesso em 06 de fevereiro de 2023.

IANNELLI, Andrea M.; ASSIS, Simone Gonçalves; PINTO, Liana Wernersbach. Family reintegration of children and adolescents in foster care in Brazilian municipalities with different population sizes. **Ciencia & saude coletiva**, v. 20, p. 39-48, 2015.

JACCOUD, Luciana. **Proteção Social no Brasil: Debates e desafios**. In: MDS (Org.). Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil. UNESCO, 2009, p. 57- 86.

JACQUES, Carla Oliveira; OLIVEIRA, Jairo da Luz. Serviço Social e a intervenção com famílias: contribuições para uma concepção crítica e interseccional na garantia de direitos. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 19, n. 2, p. e36834-e36834, 2020.

LICIO, Elaine Cristina et al. Filhos "cuidados" pelo Estado: o que nos informa o relatório do Ipea sobre o reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. 2021b.

LICIO, Elaine Cristina et al. Reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes e implementação de novas modalidades: família acolhedora e repúblicas (2010-2018). 2021a.

LIMA, Rodrigo Silva. Uma interpretação marxista sobre a infância e os abrigos. **Revista Katálysis**, v. 24, p. 235-244, 2021.

LUCINDO, Pedro Henrique Malheiros. Infância participativa?: as avaliações das crianças do" Programa Educação com Movimento" da rede pública de ensino do Distrito Federal. 2021.

LUVIZARO, Nathália Azevedo; GALHEIGO, Sandra Maria. Considerações

sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 22, n. 2, p. 191-199, 2011.

MACIEL, Heloisa Helena Mesquita; ALCHORNE, Sindely Chahim de Avellar. Serviço Social da PUC-Rio: interfaces com a política de assistência social. **O Social em Questão**, v. 1, n. 54, p. 11-32, 2022.

MAGNI, Ana Carolina Cordeiro; MAIA, Francisca Paula Soares. Estudo sobre a construção histórica da concepção de infância até o estabelecimento do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. **Orbis Latina**, v. 12, n. 2, p. 73-89, 2022.

MALUCELLI, Andressa Pacenko. Desafios para a proteção de crianças e adolescentes em relação ao acolhimento institucional pós-adoção, 2022.

MASTROIANNI, Fábio de Carvalho et al. (Des) acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, p. 223-233, 2018.

MATA, Sophia de Souza Macêdo. **A participação da família no processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

MELLO, R. do N. O isolamento em dobro: As crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente e as formas do vivenciar o isolamento social em tempos de pandemia de Covid-19. **Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, v. 10, n. 2, 2021. DOI: 10.34024/pensata.2021.v10.13152. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/13152. Acesso em: 30 maio. 2022.

MINAYO, Maria C. de Souza. **O Desafio da Pesquisa Social**. In: Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade. Ed. 25ª, revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

MIRANDA, Giza Hellen Nonato et al. Percepção e práticas de cuidadores de abrigos infantis e juvenis sobre saúde bucal na cidade de Belém, Brasil. Revista o

Mundo da Saúde, 2020.

MIRANDA, Humberto da Silva. Política Nacional do Bem-Estar do Menor e a Aliança para o Progresso. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 10, n. 25, p. 143-158, 2020.

MIURA, Paula Orchiucci; TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury; BARRIENTOS, Dora Mariela Salcedo. Helplessness experienced by adolescent mothers and pregnant adolescents sheltered in institutions. **Ciencia & saude coletiva**, v. 23, p. 1601-1610, 2018.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 28-37, 2014.

MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; SPERANCETTA, Andressa. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, p. 519-528, 2010.

MPRJ- Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro / Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: MPRJ, 2020. Disponível em: https://mca.mp.rj.gov.br/25o-censo/. Acesso em: 30 de maio de 2022.

MPRJ- Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro / Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: MPRJ, 2021. Disponível em: https://mca.mp.rj.gov.br/censos/27o-censo/. Acesso em: 30 de maio de 2022.

MPRJ- Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. 29º Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro / Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: MPRJ, 2022. Disponível em: https://mca.mp.rj.gov.br/censos/29o-censo/. Acesso em: 30 de junho de 2022.

MUKHTAR, Firdaus et al. Prevalence and Associated Factors of Depression and Anxiety in Adolescents Residing in Malay-operated Non-government-run Sheltered Homes in Selangor, Malaysia. Pertanika J. Soc. Sci. & Zumbir. 29 (1): 267 – 289, 2021.

NASCIMENTO, Maria Livia do. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 39-44, 2012.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, v. 50, n. 1, 2013.

NUNES, Mariana Martins Coelho Almeida; CONCEIÇÃO, Maria de Jesus da. Transtornos mentais e o acolhimento institucional de adolescentes: desafios e reflexões sobre esta prática. In: Políticas públicas, educação e diversidade [recurso eletrônico]: uma compreensão cientifica do real/ Organizador Flávio Aparecido de Almeida .- Guarujá, SP: Científica Digital, 2020.

OLIVEIRA, Thiago Rosa Assis de; SILVA, Roberta Barbosa da. Práticas de Saber-Poder entre Pobreza e Negligência que se Configuram na Institucionalização da Infância. Revista Mosaico, v. 10, n. 2Sup, p. 96-104, 2019.

PAGNOTA, Rosângela Maria Negri Ferrão; PREBIANCHI, Helena Bazanelli. Estresse e Estratégias de Enfrentamento em Profissionais de Abrigos Institucionais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021.

PAIVA, Ilana Lemos de; MOREIRA, Tabita Aija Silva; LIMA, Amanda de Medeiros. Institutional shelter: families of origin and re-institutionalization. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, p. 1405-1429, 2019.

PENNA, Lucia Helena Garcia et al. A maternidade no contexto de abrigamento: concepções das adolescentes abrigadas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 46, p. 544-548, 2012a.

PENNA, Lucia Helena Garcia et al. Care of adolescents sheltered in maternity hospitals from the perspective of health professionals. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, n. SPE2, p. 121-127, 2012b.

POKER, Thalita Catarina Decome. Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de vida de uma pós-abrigada. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017.

POLETTO, Letícia Borges. **A (des)qualificação da infância: a história do Brasil na assistência dos jovens.** Trabalho apresentado no *IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul* - ANPED SUL, 2012. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1953/329. Acesso em 23 de junho de 2020.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Rio Inaugura primeira República para Jovens, 2021. Disponível em: https://prefeitura.rio/assistencia-social-direitos-humanos/cidade-ganha-primeira-republica-para-jovens-de-18-a-21-anos-que-fara-encaminhamento-ao-mercado-de-trabalho/. Acesso 10 de fevereiro de 2023.

PROCÓPIO, Daniel Barbosa; MELLO, José André Villas Boas; SILVA, Júlio César Santos. O Impacto da Tecnologia da Informação na Administração Pública: Uma Revisão Sistemática. **P2P e Inovação**, v. 6, n. 1, p. 191-205, 2019.

RAMOS, Mariá Rosa. O lugar simbólico da criança e do adolescente no programa de apadrinhamento afetivo. 2020.

RIO DE JANEIRO. Baixada Fluminense. Disponível em: http://www.oriodejaneiro.com/baixadaflluminense-htm/. Acesso em 09 de novembro de 2022.

RIZZINI, Irene; COUTO, Renata Mena Brasil do; FIGUEIREDO, Mônica Regina de Almeida. Acolhimento institucional em foco: perspectivas de profissionais e de crianças e adolescentes usuários do serviço no Rio de Janeiro. 1ª ed. - Rio de Janeiro: CIESPI, 2020.

RIZZINI, Irene et al. Subsídios para o aprimoramento do serviço de acolhimento institucional no Brasil. Recomendações para o Comitê dos Direitos da Criança (ONU) sobre os "Direitos das crianças e cuidados alternativos". Irene Rizzini; Renata Mena Brasil do Couto (coord); Juliana Batistuta Vale; Isa Maria F. da Rosa Guará; Dayse Cesar Franco Bernardi; Manoel Torquato – 1a. ed. – Rio de Janeiro: CIESPI, 2021.

ROCHA, Patricia Jovasque; ARPINI, Dorian Mônica; SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro. Significados atribuídos por mães acerca do acolhimento institucional, reintegração e rede de atendimento. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 35, p. 111-124, 2015.

RODRIGUES, Luiz Henrique Fortunato; PREBIANCHI, Helena Bazanelli. Estresse e Estratégias de Enfrentamento em Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional em Casas Lares. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021.

RODRIGUES, Júlia Loren dos Santos; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; LIMA, Aluísio Ferreira de. Mudar, pensar em mudar, continuar mudando: narrativas das metamorfoses de uma adolescência em abrigamento. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, 2021.

RODRIGUES PINHO et al. Processo de formação para o trabalho associado: uma práxis em construção que gera protagonismo e inclusão social. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 18, n. 50, jan./mar. 2022.

SANTOS, Aldilete de Freitas; MARQUES, Heloisa. O assistente social em

unidades de acolhimento institucional infanto juvenil: desafios e possibilidades. MIMESIS, v. 41, n. 2, p. 135-152, 2020.

SANTOS, Caroline Moreira Souza et al. Motor learning in children and adolescents institutionalized in shelters. **Fisioterapia em Movimento**, v. 30, p. 725-732, 2017.

SANTOS, Daiane Silva dos et al. Impactos emocionais e fisiológicos do isolamento durante a pandemia de COVID-19. **Enfermería Actual de Costa Rica**, n. 40, 2021.

SAVI, A. E.; DISCHINGER, M. Habitar Doméstico: Notas sobre a ambiência no habitar doméstico do acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, *[S. l.]*, v. 1, n. 2, p. 58–68, 2017. DOI: 10.21680/2448-296X.2016v1n2ID16652. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16652. Acesso em: 30 maio de 2022.

SCHACH, Vanderlei Alberto. Roda dos expostos: do abandono social histórico à vulnerabilidade afetiva de crianças na atualidade. **Revista Batista Pioneira**, v. 4, n. 1, 2015.

SERAFIM, Tatiane Mendes. Infância, desigualdade social e pandemia: as narrativas em disputa acerca do Direito à Infância. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234006. Acesso em 22 de julho de 2022.

SILVA, Amanda Cardoso; ROCHA, Genoclécia Márcia Mafra da; LIMA, Rosangela Aparecida. O enfrentamento da questão social e a reprodução de práticas punitivas no juizado da infância e juventude na comarca de Rio Verde- GO. Tópicos em Políticas e Serviço Social, Volume 1, Ed. Poisson, 1ª Edição, 2019.

SILVA, Anabella Pavão da; FOGAÇA, Aline Fernanda de Oliveira. "O jovem no Brasil nunca é levado a sério": Juventudes, culturas, territórios e os dilemas na efetivação dos direitos sociais. Tópicos em Políticas e Serviço Social, Volume 1, Ed. Poisson, 1ª Edição, 2019.

SILVA, Bruna Izabela Sales da. Acolhimento institucional e direito à educação dos adolescentes no município de João Pessoa/PB em período de pandemia. João Pessoa, 2021.

SILVA, Chris Giselle Pegas Pereira da; OLIVEIRA, Antonio Carlos de.

Trabalho com as famílias no serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF). Uma questão de habitus. Tópicos em Políticas e Serviço Social, Volume 1, Ed. Poisson, 1ª Edição, 2019.

SILVA, Cláudia Yaísa Gonçalves da; MOTTA, Ivonise Fernandes da. A perspectiva de futuro no contexto da adolescência em acolhimento institucional. **Natureza humana**, v. 22, n. 2, p. 189-203, 2020.

SILVA, Jhonathan Roger Levino Alencar da; PEREIRA, Veronica Aparecida; DONATTO, Millena Lima. Habilidades Sociais e Acadêmicas de Crianças e Adolescentes em Instituições de Acolhimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 26, n. 3, p. 407-415, 2010.

SNA- Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Crianças Acolhidas, 2022. Disponível em: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=e78bd80b-d486-4c4e-ad8a-736269930c6b&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=clearall. Acesso em 01 de junho de 2022.

SOARES, Daniele Moraes Cecílio; ENGELBRECHT, Marize Rauber. Rede Dde Atenção e Prevenção à Violência de Maringá: Articulação das Políticas Públicas. Tópicos em Políticas e Serviço Social, Volume 1, Ed. Poisson, 1ª Edição, 2019.

SOUZA, M. A. R. D. et al. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 52, Outubro, 2018.

TOLEDO, Herculis Pereira; ROCHA, Daniel Albuquerque; BROTTO, Marcio Eduardo. Trabalho do Assistente Social: Debate sobre as formas de manifestação da questão social. 2017. Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina- Florianópolis/SC. Disponível em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/04/Eixo_1_220_2doc.pdf. Acesso em: 17 de agosto de 2022.

VIDIGAL, Cláudia. Fazendo minha história: Guia de ação para abrigos e colaboradores. São Paulo: Associação Fazendo História, 2008.

WATHER ABAID, Josiane Lieberknecht; DALBOSCO DELL'AGLIO, Debora;

HELENA KOLLER, Sílvia. Preditores de sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados. **Universitas Psychologica**, v. 9, n. 1, p. 199-212, 2010.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro do questionário.

QUESTIONÁRIO: PERGUNTAS PARA APLICAÇÃO JUNTO AOS PROFISSIONAIS
1- Qual a sua categoria profissional/ função exercida e o município que atua?
2- Qual é o regime de contrato de trabalho?
3- Quanto tempo atua nesta unidade de acolhimento para crianças e adolescentes? Caso tenha atuado em outra unidade de acolhimento para crianças e adolescentes, quanto tempo atuou?
4- Qual é a sua carga horária?
5-A unidade de acolhimento que atua é pública ou privada/filantrópica?
6- Qual é a capacidade máxima para o acolhimento de crianças e adolescentes na unidade de acolhimento que atua?
7- Qual é o perfil (sexo e idade) das crianças e adolescentes acolhidos na unidade de acolhimento que atua?
8- Frente aos princípios, diretrizes e objetivos da Política de Assistência Social você considera o acompanhamento familiar importante? Explique.
9- Assistência Social prevê em sua organização a oferta de serviços com intuito de ações preventivas e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, tal qual aqueles prestados para as pessoas em circunstância de violação de direitos e ameaça, através da oferta e a promoção do acesso as políticas públicas e demais serviços, evitando assim o afastamento da convivência familiar, ou seja, da institucionalização da criança ou adolescente. Nesse sentido, considerando o caráter excepcional da medida protetiva de acolhimento, você compreende que os serviços e o acompanhamento da rede de proteção, no momento anterior ao acolhimento institucional, junto as famílias foram insuficientes na busca para cessar a violência,

quando identificadas? Explique.
10- No município que você atua toda a rede de proteção da criança e adolescente demonstra conhecimento acerca dos preceitos contidos no ECA, no que diz respeito ao caráter excepcional e temporário do acolhimento institucional?
11- A unidade de acolhimento que você atua é vista pelo Gestor da Política de Assistência Social, demais políticas públicas e comunidade como espaço de proteção e de garantia de direito, que prima pela convivência familiar e comunitária e que para isso é necessário ofertar a qualidade dos atendimentos de forma que possa minimizar os impactos do acolhimento, por meio de vivências reparadoras junto às crianças e aos adolescentes e a preparação para o retorno da convivência familiar? Fale sobre sua resposta.
12- Na Assistência Social a intersetorialidade entre as demais políticas públicas e sociais é essencial para promover o rompimento do ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social e evitar que as famílias e indivíduos tenham seus direitos violados, ocorrendo assim as situações de vulnerabilidades e riscos (PNAS, 2004). Sendo assim, você considera que na unidade de acolhimento que atua, a articulação intersetorial entre as demais políticas públicas e serviços funciona?
13- As demandas das crianças e adolescentes, assim como das famílias são atendidas plenamente pela rede de proteção?
14- Para você qual a importância do acompanhamento sistemático e efetivo de toda a rede de proteção junto as crianças e adolescentes que se encontram nas unidades de acolhimento, e de seus familiares, com vista a garantia dos direitos e ao acesso aos direitos fundamentais, considerando inclusive o momento posterior ao desacolhimento?
15- Ocorrendo a articulação e atuação das demais políticas públicas e serviços de proteção, estes se envolvem como corresponsáveis no acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidos e de seus familiares, ou acabam exercendo um papel meramente complementar?

16- O plano de atendimento individual da criança/ adolescente e da família é elaborado previamente junto a rede envolvida com definições de propostas de intervenção, ou essa rede atua somente quando surge a demanda pontual? Explique.
17- Na unidade de acolhimento que você atua quais são as maiores demandas no acompanhamento das crianças e adolescentes institucionalizadas e de seus familiares? Fale sobre elas.
18- Como são desenvolvidas as potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e o empoderamento de suas famílias?
19- No caso dos adolescentes prestes a completar sua maioridade, sem perspectiva de reintegração familiar, a unidade de acolhimento conta com o apoio do município e da rede para propor e executar ações que venha garantir sua autonomia, proteção, apoio e moradia digna quando chegar o momento do desacolhimento, como exemplo da inserção do mercado do trabalho, concessão do benefício eventual como o aluguel social e/ou inclusão em república? Fale sobre.
20- Em sua atuação técnica, você considera que o acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidos e de seus familiares é satisfatório, ao passo de contribuir no processo de superação dos motivos que ensejaram o acolhimento institucional da criança/adolescente?

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
(Resolução CNS-466/12 e 510/16)

O(a) Sr.(a) foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **Crianças/Adolescentes e as Unidades de Acolhimento: Acompanhamento das políticas públicas as demandas deste público específico**. O objetivo principal deste estudo é ressaltar a importância do acompanhamento sistemático e efetivo de toda a rede de proteção às crianças e adolescentes que se encontram nas unidades de acolhimento, na modalidade abrigo institucional e de seus familiares, com vista a garantia dos direitos e ao acesso aos direitos fundamentais. E dentro dos objetivos específicos é pretendido elucidar a Assistência Social enquanto Política Pública, direito do cidadão e dever do Estado, enfatizar os preceitos contidos no ECA, no que diz respeito ao caráter excepcional e temporário do acolhimento institucional, assim como, evidenciar a essencialidade da intersetorialidade entre as políticas públicas, e o papel de corresponsabilidade de todos os serviços de proteção no acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidos e de seus familiares.

A participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você poderá recusar-se a participar ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o(s) pesquisador (a) ou com a instituição.

Sua participação nesta pesquisa consistirá no preenchimento do questionário de forma on-line a partir do Google Forms e em permitir a análise das repostas contidas no questionário. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. As respostas serão tabuladas a partir da planilha Excel, que serão guardadas por cinco (05) anos e excluídas após esse período. O(a) Sr.(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras.

Os riscos eventuais que poderão ocorrer estão relacionados a disponibilidade de tempo e ao desconforto e dano emocional, uma vez que ao responder as questões possivelmente permeará uma análise da realidade, aos conceitos previstos nas legislações e aportes teóricos acerca da temática, assim como os riscos relacionados a pesquisa virtual, como exemplo o uso da plataforma e armazenamento de dados.

Para minimizar a possibilidade destes riscos eventuais aos participantes, serão respeitados os princípios da autonomia, não-maleficência, beneficência, justiça e equidade, sendo garantido também a não violação e a integridade das informações, assegurando a confidencialidade e a privacidade, e a proteção dos dados conforme prevê a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 1996), além da garantia do armazenamento adequado dos dados coletados, assegurando os procedimentos para o sigilo e a confidencialidade como responsabilidade do pesquisador (CONEP, 2022). O envio do link do questionário de forma pessoal e direcionado a um destinatário por vez, também pode ser considerado como estratégia para minimizar a possibilidade destes riscos eventuais aos participantes assim, garantindo à proteção do anonimato entre os participantes, a confidencialidade e o sigilo. Por oportuno, nesta mesma perspectiva, destaca-se que com a conclusão da coleta de dados por meio dos questionários, será realizado o download das respostas para um dispositivo eletrônico local, sendo apagado posteriormente qualquer registro do ambiente virtual conforme orienta a Carta Circular Nº 1/2021- CONEP/SECNS/MS.

Os eventuais riscos sinalizados acima se justificam pelos benefícios futuros que os resultados deste estudo podem trazer à pesquisa como o aumento do conhecimento acerca da temática. Sobre os benefícios diretos ao participante à pesquisa, convém salientar que o participante da pesquisa para responder as perguntas do questionário estará fazendo uma análise reflexiva da realidade que concerne o seu fazer profissional, contribuindo assim para as dimensões técnico-operativa e teórico-metodológica da sua prática profissional nas unidades de acolhimento e o diálogo em rede, ou seja, as políticas intersetoriais. Esse benefício ao participante repercutirá diretamente e principalmente no resultado dos serviços prestados à população assistida. A participação na pesquisa também permeará ao participante o aumento do conhecimento acerca da temática, uma vez que irá estimulá-lo a obter a compreensão sobre o assunto específico. Não obstante, o estudo proposto de forma geral trará benefícios, no campo da pesquisa, pois abre os horizontes para novos estudos e debates relacionados ao tema.

Com vista a devolutiva do resultado da pesquisa, pretende-se, após a apresentação da dissertação a banca do mestrado, enviar via e-mail todo estudo aos participantes, com vista a contribuir nas dimensões técnico-operativa e teórico-

metodológica da prática profissional nas unidades de acolhimento. Destaca-se que este e-mail será obtido no momento do preenchimento do questionário eletrônico, acessado pelo link.

Objetivando garantir a confidencialidade, o questionário não solicitará a identificação pessoal garantido assim o anonimato e a incolumidade do participante. No entanto, cabe sinalizar que para aquelas perguntas que por associação poderia fazer alusão a um possível profissional da instituição, já que as unidades não possuem equipe extensa, é certo destacar que em hipótese alguma será divulgado o nome do participante ou congênere, independente da fase do estudo, pois as respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial. Sobre este mesmo quesito convém salientar que o envio do link do questionário ao participante, assim como a devolutiva será pessoal e direcionado a um destinatário por vez, visando à proteção do anonimato entre os participantes, a confidencialidade e o sigilo.

O participante tem o direito de interromper sua participação, mesmo após ao consentimento, não sofrendo qualquer prejuízo quanto ao seu tratamento, acompanhamento, estudos e etc, frente a relação com o(a) pesquisador(a) ou com a instituição. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sobre indenização e ressarcimento, convém informar que o participante não terá nenhum custo com a participação nesse estudo e nem receberá vantagens financeiras, no entanto, em caso de gastos, tais como alimentação e deslocamento, será garantido pelos pesquisadores a indenização. Para além disso, caso o participante venha sofrer dano resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) tem o direito de receber a assistência integral e imediata de forma gratuita, inclusive após o estudo. Identificando a possibilidade de qualquer dano ao participante, as devidas providências serão adotas, desde a interrupção da pesquisa e/ou comunicação ao Comitê de Ética em Pesquisa-CEP.

Esse termo será disponibilizado por meio do link contido na apresentação da pesquisa, onde constará o celular/e-mail do pesquisador e do professor/ orientador deste estudo, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

“O Comitê de Ética em Pesquisa- CEP UNIRIO localizado na Av. Pasteur, 296,

Botafogo, Subsolo do prédio de Nutrição, é o setor responsável pela permissão da pesquisa e avaliação dos seus aspectos éticos. Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique-se com o Comitê de Ética da Escola pelo telefone 2542-7796 e e-mail: cep@unirio.br.

E por fim, convém salientar que a coleta, análise e divulgação dos dados da dissertação esteve em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, tendo em vista que, o pesquisador responsável, assumiu o compromisso em seguir os preceitos éticos para a utilização de dados institucionais, bem como, aos aspectos éticos contidos na Resolução 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde que versam sobre a ética em pesquisa com seres humanos. Destaca-se que aplicação do questionário, ou seja, o estudo com seres humanos, se dará o início apenas após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa- CEP.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto dando o aceite ou não, por meio do link do questionário eletrônico, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Júlio César Santos da Silva -Tel.: 98741-5030
Doutor em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery, professor permanente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP)
e-mail: julio.silva@cefet-rj.br.

Graciane Oliveira Costa- Tel.: 98614-8399
Assistente Social, mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP)
e-mail: graciane.oliveira07@gmail.com.